

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**REDES DE PRODUÇÃO E
DINÂMICA NA ORGANIZAÇÃO DAS
ESPACIALIDADES**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Neiva Marli Martins dos Santos Baréa

**Santa Maria, RS, Brasil
2008**

REDES DE PRODUÇÃO E DINÂMICA NA ORGANIZAÇÃO DAS ESPACIALIDADES

por

Neiva Marli Martins dos Santos Baréa

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Área de Concentração em Meio ambiente e Sociedade, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Geografia**

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vera Maria Favila Miorin

Santa Maria, RS, Brasil

2008

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Naturais e Exatas
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências**

A comissão examinadora, abaixo assinada
aprova a Dissertação de Mestrado

**REDES DE PRODUÇÃO E DINÂMICA NA ORGANIZAÇÃO DAS
ESPACIALIDADES**

elaborada por
Neiva Marli Martins dos Santos Baréa

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Geografia

COMISSÃO EXAMINADORA:

Vera Maria Favila Miorin, Dr^a.
(Presidente/Orientadora)

Gláucio José Marafon, Dr. (UERJ)

Rógis Juarez Bernardy, Dr. (UNOCHAPECÓ)

Santa Maria, 07 de novembro de 2008.

AGRADECIMENTOS

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), por possibilitar o uso de sua estrutura, aproveitando o conhecimento de seu corpo docente, de modo especial, aos professores do PPGGeo e, por proporcionar um ensino de qualidade e gratuito.

A professora Vera Maria Favila Miorin pelo incentivo, dedicação, amizade, orientação na pesquisa acadêmica, paciência e disponibilidade concedida desde 2006, quando ingressei no Programa de pós-graduação em Geografia e Geociências, acima da formalidade acadêmica, ela tem sido uma grande amiga, colaborando de modo singular na minha formação.

Ao professor Dr. Rógis Juarez Bernardy, meu reconhecimento por ter me apontado os primeiros passos na pesquisa em geografia.

À Secretaria de Agricultura e aos funcionários do escritório da EPAGRI de Caibi/SC, pela disponibilidade de tempo e de material, colocados à disposição para a realização da investigação sobre o meio rural de Caibi.

À sociedade urbano-rural do município Caibi que contribuíram através de seus relatos para a construção do conhecimento do referencial empírico que compõe este estudo.

Aos colegas do Curso de Mestrado e do Laboratório de Estudo e Pesquisa Regional (LEPeR) e, especialmente aos que contribuíram para a realização deste trabalho.

Agradeço de modo particular e carinhosamente ao meu esposo Elimar Baréa, que tem acompanhado e incentivado, ao longo de nossa vivência, meu crescimento intelectual.

Dedicatória...

Ofereço este trabalho a minha família e, de modo especial, a todos aqueles que contribuíram para sua concretização.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências
Universidade Federal de Santa Maria

REDES DE PRODUÇÃO E DINÂMICA NA ORGANIZAÇÃO DAS ESPACIALIDADES

AUTORA: NEIVA MARLI MARTINS DOS SANTOS BARÉA
ORIENTADORA: VERA MARIA FAVILA MIORIN

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 07 de novembro de 2008.

As relações em rede são coordenadas pelas ações dos atores interligados em diversas escalas e meios da espacialidade geográfica, seja de caráter social, político, econômico, familiar ou solidário. O rural apresenta uma complexidade de processos oriundos de tais relações na aurora do século XXI, com reestruturação da produção e de novas formas de organização na dinâmica das espacialidades. Apesar das relações em redes, não serem novas, o estudo de seus processos no rural ganharam relevância nos dias atuais. Em determinadas espacialidades evidencia-se a importância crescente do sistema de integração agroindustrial, ligado aos CAIs e as agroindústrias familiares. Deste modo, se objetivou distinguir e analisar a formação e a presença das redes de produção que coordenam e organizam os processos produtivos no meio rural, por meio de relações verticais e horizontais, configurando-se nas dinâmicas dessas espacialidades. Usou-se como referencial empírico o município de Caibi/SC, para isso, lançou-se mão de arcabouço teórico-metodológico-conceitual, embasado na análise dialética e na metodologia sistêmica. Os procedimentos de investigação se serviram de diferentes técnicas de coleta de dados e de ferramentas para seu tratamento. A reflexão conceitual se remeteu a origem da terminologia rede e a difusão deste termo na contemporaneidade, bem como do estabelecimento de redes na agricultura brasileira, seus processos e dinâmicas de reestruturação, abordando os diferentes tipos de redes e as implicações para os atores envolvidos. O processo de modernização na agricultura, a partir de 1960, agravou as desigualdades socioeconômicas entre atores, produtos e redes, provocando o aumento do êxodo rural e tornando visíveis as estruturas, as especificidades dos produtos e entre os atores. Este processo levou ao surgimento de novas formas de redes de produção na vanguarda do Século XXI, provocadas pela reestruturação do modo de produção capitalista. São diferentes atores, produtos e tipos de redes de produção tramando relações por vias exógenas ou endógenas ao local, no afã de garantir sua reprodução no sistema. As primeiras tramam a espacialidade verticalmente resultando no aumento da produção e, conseqüentemente influenciando no crescimento econômico, com inovações que, de certo modo, possibilitam a permanência do grupo social no campo. Mesmo que para isso altere a cultura sob um sistema de produção integrado ao mercado competitivo e de exploração da mão-de-obra barata, contribuindo para a fragilidade do mercado e debilitando o local. As segundas, estabelecidas na horizontalidade e em laços de confiança se regem pela aprendizagem e inovação, preservando a autonomia do ator rural constituída pelo seu saber-fazer e sua cultura. Estas redes podem estar contribuindo para possíveis caminhos do propalado desenvolvimento que concirna simultaneamente, a tríade do bem-estar, com base na harmonia do social, do ambiental e do econômico.

Palavras-chave: Redes de produção; Modo de produção; Relações verticais e Horizontais; Desenvolvimento exógeno e endógeno; Dinâmica das espacialidades e de seus atores.

ABSTRACT

Master's Degree Dissertation
Post-Graduate Program in Geography and Geosciences
Universidade Federal de Santa Maria

PRODUCTION NETS AND DYNAMICS IN SPATIALITY ORGANIZATION

AUTHOR: NEIVA MARLI MARTINS DOS SANTOS BARÉA

ADVISOR: VERA MARIA FAVILA MIORIN

Date and Place of Defense: Santa Maria, November 7th, 2008.

Net relationships are coordinated by the action of participants interconnected in many scales and geographic spatiality; in a social, political, economic, and solidarity character. The rural space presents a complexity of processes from such relationships in the 21st Century, with production restructuring and new organization and spatiality dynamics. In despite of the fact that the net relationships are not new, the study of their processes are relevant currently. In some specific spatialities the increasing importance of agrindustrial integration is highlighted, connected to the CAls and familiar agrindustries. This way, the research aimed to distinguish and analyze the establishment and presence of production nets that coordinate and organize the productive processes in the rural space through vertical and horizontal relationships. The empirical referent was the town of Caibi in the state of Santa Catarina. The set of theoretical, methodological, and conceptual approaches led to a dialectical analysis and a systemic methodology. Different data collection techniques have been applied for the investigation. The conceptual thought conveyed to the terminology net and its current diffusion, as well as the establishment of nets in Brazilian agriculture, its processes and dynamics for the restructuring, approaching different types of nets and the implications for the involved participants. The modernization process in agriculture, from 1960, increased socio-economic inequality among participants, products, and nets. It has also caused the increase of rural exodus, making visible the structures and products specificities. This process led to new ways of net production in the vanguard of the 21st Century, due to the restructuring of the capitalist production mode. Different participants, products, and nets develop relationships through exogenous and endogenous paths, willing to enable the production system. The first makes the vertical spatiality, resulting into production increase and, consequently influencing the economic growth with innovations that, to a certain extent, enable the social group to stay in the rural area. A production mode integrated to the competitive market and cheap workforce exploitation contribute to the market fragility. The second is set horizontally and characterized by trusting bonds, learning, and innovation; it preserves the autonomy of the rural participant constituted by their know-how and culture. These nets might contribute for possible development ways simultaneously approaching welfare based on social, environmental, and economic harmony.

Key-words: Production nets; Production mode; Vertical and Horizontal relationships; Exogenous and endogenous development; Spatiality dynamics and its participants.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Organograma da análise adotada na investigação.....	14
FIGURA 2 - Modelo sistêmico de análise	23
FIGURA 3 - Fluxograma síntese dos elementos do modelo sistêmico de análise.....	24
FIGURA 4 - Quadro estrutural das etapas do procedimento metodológico.....	26
FIGURA 5 - Localização do município de Caibi.....	31
FIGURA 6 - Localização da Mesorregião Oeste Catarinense no estado de Santa Catarina	65
FIGURA 7 – Modelo sistêmico de análise, subsistemas e elementos.....	79
FIGURA 8 – Divisão municipal de Caibi, em localidades.....	80
FIGURA 9 – Ambiente em que se instalaram os russo-alemães, linha Bagé, Caibi/SC.....	81
FIGURA 10 – Contraste de produção fordista e não fordista coexistente.....	92
FIGURA 11 – Contrastes tecnológicos: um exemplo na cultura do fumo.....	93
FIGURA 12 – Difusão e adoção parcial de tecnologias.....	95
FIGURA 13 – Plantio de exóticas: eucaliptos e pinus uma tendência em áreas de evasão da população rural.....	97
FIGURA 14 – Instalação de criatório de suínos com capacidade para 8.000 cabeças.....	100
FIGURA 15 – Melhoramento genético de bezerras	101
FIGURA 16 – Equipamentos e instalações na bovinocultura do leite.....	103
FIGURA 17 – Produção e agro-industrializados da PAICA.....	106
FIGURA 18 – Produção agro-industrializada da PAICA e produtos da agricultura policultora.....	108

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Evolução da distribuição da população no município de Caibi, censos de 1970-2007.....	90
TABELA 2 – Produção e área colhida, segundo os censos agropecuários e econômicos – Caibi, 1970, 1975 e 1985.....	94

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista – atores e sua vivência no meio.....	124
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista – idealizadores da PAICA.....	128
APÊNDICE C – Roteiro de entrevista – atores da produção de matéria-prima para os CAIs.....	130
APÊNDICE D – Roteiro de entrevista – atores da produção agro-industrializada (PAICA).....	134

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 ARCABOUÇO METODOLÓGICO.....	17
1.1 Procedimentos metodológicos e técnicas de investigação	25
1.2 O local como referencial empírico.....	30
2 REDES: DA GÊNESE A SUA DIFUSÃO.....	35
2.1 Evolução das redes.....	35
2.2 Estrutura interna das redes de produção.....	45
2.3 Redes de desenvolvimento: um termo complexo.....	47
2.4. Desenvolvimento por vias exógenas e endógenas?.....	53
3 REDES: CONTEMPORANEIDADE DA AGRICULTURA BRASILEIRA.....	56
3.1 Da formação dos complexos agroindustriais no Brasil às redes de produção.....	57
3.2 Reestruturação das redes de produção	60
3.3 As distintas dinâmicas da espacialidade do Oeste Catarinense e a origem das redes de produção no município de Caibi.....	64
4 DINÂMICA DA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL NA TRAMA DAS REDES: INTERFACES DOS ATORES NAS REDES.....	78
CONCLUSÃO.....	111
REFERÊNCIAS.....	118
APÊNDICES.....	123

INTRODUÇÃO

Tem-se como pressuposto que as relações de produção direta ou indiretamente se manifestam nos processos que comandam as ações dos atores em sociedade e sobre a natureza. Estas, por sua vez, também são responsáveis pela dinâmica da organização que molda as espacialidades geográficas. Nas espacialidades estão contidos os processos, as estruturas e as funções de determinados espaços e, impresso em suas formas, em um determinado tempo.

A dinâmica constituída advém da influência de atores em diferentes escalas espaciais, resultando na estrutura e na conjuntura socioeconômica de suas relações de produção. Este comportamento processual é intrínseco as relações de caráter social, político, cultural, tecnológico, como também, ambiental, econômico e solidário estabelecendo ligações e conexões que consolidam e configuram realidades sócio-espaciais. Esta complexidade de relações, por vezes diversa e una, a um só tempo, formam teias em escala local, regional, nacional e global, denominadas de redes.

Essas teias de relações não se estabelecem de forma homogênea nas espacialidades, pelo contrário, as realidades sócio-espaciais contêm múltiplas feições materializadas a partir das ações de seus atores em distintas escalas. As redes de produção resultam destas relações entre diferentes atores e realidades sócio-espaciais. São eles que as organizam conforme os ditames de um modo de produção, na atualidade globalizada, mediante as relações entre atores envolvidos no sistema.

A heterogeneidade das relações se revela na condição dos atores, na sua produção e na estrutura das redes. As especificidades contêm relações estabelecidas vertical e horizontalmente, manifestadas em caráter exógeno e/ou endógeno. Esta diversidade se demonstra através de processos contraditórios e antagônicos de reprodução do sistema, nos diversos meios da sociedade.

No início da década de 1970, no meio rural, veio à tona a complexidade destes processos contraditórios orquestrando a reprodução do sistema, cuja dinâmica é inerentes ao modo de produção instalado, resultando na dessimetria existente no seu interior. Por um lado, ele se coroa de êxito, devido ao aparente sucesso econômico em termos de ganho de produtividade, qualidade, especialização, produção de escala e na acumulação de capital. Apoderando-se de regiões, localidades, atores e recursos naturais, considerados de excelência para

determinada produção de matéria-prima e para sua agro-industrialização. Por outro lado, geram inúmeros problemas socioeconômicos, deflagrados em consequência do modelo de produção imposto pelo sistema capitalista.

Portanto, essa problemática se revela em uma parcela significativa da sociedade e da natureza evidenciando as dificuldades de reproduzir-se socioeconomicamente. Isto ocorre, geralmente, quando as condições técnicas e os recursos naturais atingem patamar máximo de exploração. Na dinâmica sócio-espacial, esses fenômenos se manifestam através da presença de significativas parcelas de população marginalizada ou em vias de exclusão. Estas buscam, em seu afã de se reproduzir, formas alternativas de trabalho e renda para sua reprodução e sobrevivência no sistema. De modo semelhante, na natureza este fenômeno é determinado pelo esgotamento do equilíbrio ambiental indispensável à harmonia social, ambiental e econômica.

Essa situação tem se mostrado agravante em espaços caracterizados pela produção agropecuária, praticada em unidades de produção familiar. Nestas, os problemas de ordem socioeconômica e ambiental se denotam através da exclusão dos atores. A esta problemática se atribui o intenso êxodo rural em regiões e localidades brasileiras no último quartel do século XX, perpassando a vanguarda do século XXI. Além disso, somam-se os danos ambientais colocando em dúvida a viabilidade do modelo tido como de “desenvolvimento”.

Neste contexto discute-se a necessidade de modelos alternativos e sustentáveis. Por isso, a investigação teve como referencial empírico de análise o município de Caibi, no estado de Santa Catarina, o qual apresenta diferentes tipos de relações de produção estabelecidas em nível vertical e horizontal. Neste espaço a estrutura fundiária municipal se caracterizou historicamente pela pequena propriedade em unidades de produção familiar, com produção diversificada. Na atualidade, apesar de nas redes de produção desta espacialidade predominar a especialização produtiva de matéria-prima para os CAIs, coexistem com estas significativo número de atores excluídos e/ou a margem do sistema e, ainda aqueles que agregam valor a agricultura policultora e criatório de outrora. Estes se reproduzem via redes de produção diversificadas. Neste sentido, considerou-se importante analisar a espacialidade geográfica de Caibi, proporcionando reflexões acerca dos processos locais do modo de produção. A dinâmica da espacialidade de Caibi como modelo de desenvolvimento, é viável?

Em verdade, foi esse cenário posto e agravado pelos problemas socioeconômicos e ambientais que motivou este trabalho. No afã de despertar a busca por um novo paradigma orientador dos processos socioeconômicos, capaz de promover ações que não convergem somente para liberar os entraves ocasionados pelo modelo de produção e reprodução do sistema, mas também para garantir a sustentabilidade baseada na tríade: social, ambiental e econômica.

São os problemas ocasionados por esses processos de reprodução no sistema, os quais deflagram sua própria crise, que colocam em discussão a incerteza de sua viabilidade de ser sustentável. Como também sua prerrogativa de capacidade para alavancar o progresso e o dinamismo econômico, na sociedade, sob concepções capitalistas.

Diante das indagações, reflexões e questionamentos consideram-se como proposta de trabalho os pressupostos norteadores do estudo, em uma realidade concreta, na qual tais problemas se fazem presentes em sua organização sócio-espacial. Como objetivo geral deste estudo persistiu a idéia de distinguir e analisar a formação e a presença de redes de produção que coordenam e organizam os processos produtivos no meio rural, estabelecendo relações vertical e horizontalmente, configuradas nas dinâmicas das espacialidades.

Como objetivos específicos, determinou-se:

- identificar a existência de redes e caracterizar as especificidades de produção, comercialização e reprodução dos atores neste sistema;
- utilizar como referencial empírico no estudo das redes do plano vertical e horizontal o município de Caibi, estado de Santa Catarina;
- verificar os ciclos econômico-produtivos e suas respectivas redes de produção e comercialização, identificando seus sistemas de produção e a que mercado se destinam, considerando o referencial empírico, município de Caibi;
- analisar os fatores endógenos e exógenos das propriedades rurais, que influenciam na formação e multiplicação das redes de produção do referencial empírico;
- investigar as estruturas de organização espacial da produção das redes exógenas e endógenas, às quais se filiam os atores rurais de Caibi, e analisar seus modelos de crescimento da produção;
- identificar qual a especificidade e a estrutura interna das redes de produção que se organizam no meio urbano e rural do município de Caibi.

A abordagem dessa temática obedeceu a uma seqüência decomposta em três momentos dependentes entre si e compreendendo os pré-requisitos ao estudo científico determinado por: arcabouço metodológico, o qual se apóia no referencial teórico-conceitual, no referencial empírico técnico e no referencial empírico concreto, figura 1.

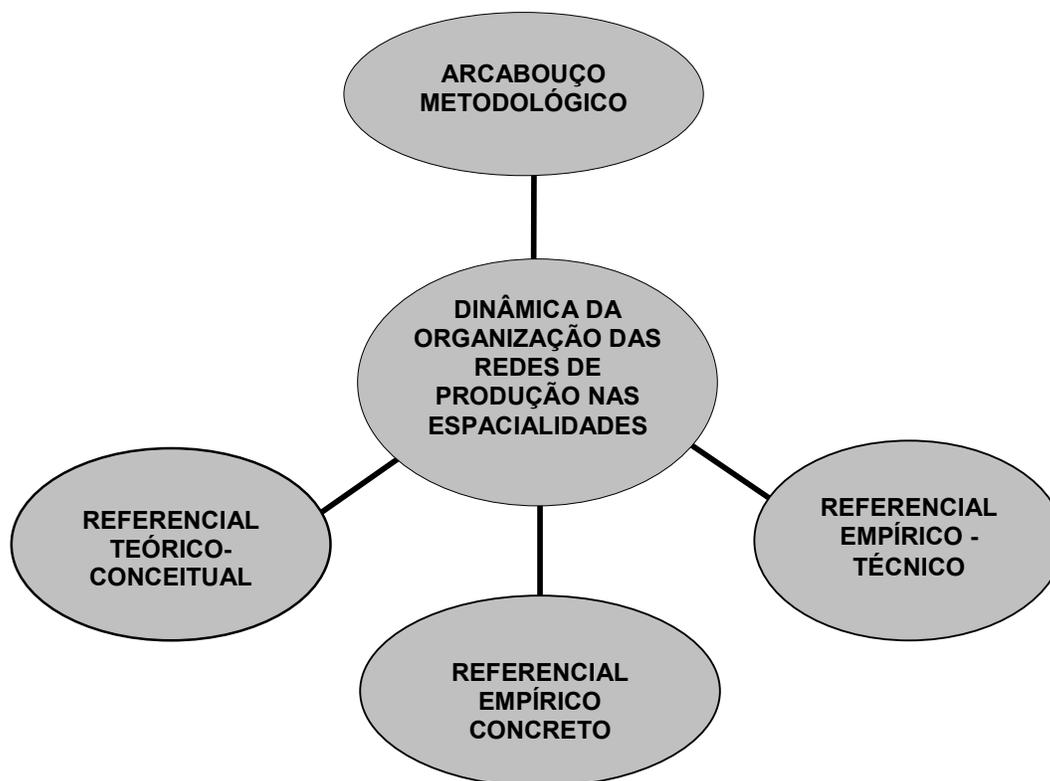


Figura 1: Organograma da análise adotada na investigação.
Org: Baréa, N. M. M. S, 2008.

O trabalho apresenta-se dividido em capítulos obedecendo a seqüência da investigação, os quais foram organizados com o intuito de possibilitar o entendimento referente a importância das reflexões e das análises, compreendendo os aportes teórico-metodológicos e conceitual, suas correntes de pensamento e o estudo do referencial empírico, o município de Caibi. Seguindo esta lógica o estudo compõe-se de quatro capítulos (ver figura 1).

No primeiro capítulo, são abordados os aportes teórico-metodológicos utilizados na investigação. A análise dialética referida se apóia em Miorin (1988),

que a utiliza na análise e na definição do espaço geográfico rural; em Lefebvre (1979), que a aplica ao estudo das relações de produção. E, na metodologia sistêmica, conforme os princípios estabelecidos por Bertalanffy (1975) e de Morin (1977), sem perder de vista a noção de sistema, de organização, em que tudo se encontra interligado e nada deve ser analisado separadamente. Em seqüência, neste capítulo, se descrevem os procedimentos e técnicas utilizadas, justificando seu uso. Além disso, ao final deste capítulo se fez uma breve caracterização do referencial empírico.

No segundo capítulo analisam-se o referencial teórico-conceitual, sobretudo, a respeito do conceito de rede, sua gênese, evolução e difusão do uso desta terminologia, suas especificidades de estrutura interna, bem como o caráter de suas relações. Estas reflexões delineiam condições para compreender o processo de formação das redes de produção e de suas formas de reprodução no sistema. Também, são enfatizados, nesta parte, os processos contraditórios inerentes ao modo de produção e as redes. E, posteriormente, o modelo de produção posto, pelo sistema capitalista e suas implicações no que considera como “desenvolvimento”. Indaga-se nas reflexões as possibilidades deste vir a se constituir em melhorias e/ou em processos de exclusão para os atores, por vias exógenas e endógenas?

As reflexões sobre as redes de produção na contemporaneidade da agricultura brasileira foram feitas no terceiro capítulo no intuito de conhecer os processos que deram origem a estas no Brasil e, por seu corolário no referencial empírico. Para isto, se partiu da análise da formação das redes no Brasil colonial, posteriormente, alcançando a formação dos complexos agroindustriais Nacionais. A seguir destaca-se a disseminação da terminologia rede para caracterizar as relações quando da reestruturação do modo de produção como consequência das redes e de seus sistemas produtivos. Abre-se caminho para identificação das distintas dinâmicas proporcionadas pelas redes de produção na espacialidade do Mesorregião Oeste Catarinense e, por fim, desenvolve-se uma breve caracterização da presença destas redes no município de Caibi.

O último capítulo apresenta e discute os resultados obtidos na investigação realizada no município de Caibi/SC (referencial empírico), acerca da dinâmica da organização espacial pela trama das redes e de suas interfaces social-espacial para distintos atores e elementos do sistema. A investigação abordou a gênese das redes nesta espacialidade, seus processos de evolução e de metamorfose, até a

contemporaneidade. Atualmente esta espacialidade apresenta-se como um território resultante da trama das diferentes redes que o reticulam através de suas relações de produção no sistema e em seus subsistemas.

Na conclusão se tecem reflexões a cerca da instalação das redes de produção tendo como base os resultados obtidos na investigação de Caibi. Realizam-se arguições sobre o estabelecimento dos distintos tipos de relações em redes de produção referentes à espacialidade geográfica e suas conseqüências para o sistema e subsistema.

1 ARCABOUÇO METODOLÓGICO

Ao pesquisar as interações sociedade e natureza, as dinâmicas de organização do espaço revelam realidades complexas. Estas necessitam a aplicação de instrumentos de análise capazes de abordar tal diversidade de caracteres e de informações. O estudo das formas de redes de produção e da dinâmica espacial exige uma metodologia abrangente, em virtude de suas características, como a complexidade de elementos que interferem na dinâmica e nos processos de formação, mutação e manutenção de tais redes. Desse modo, optou-se pela metodologia sistêmica mediante enfoque de análise dialética, por entender que tal abordagem metodológica permite o reconhecimento de todo o processo, sem recortes temporais e concepções lineares, com o emprego das leis de análise.

No primeiro momento são feitas considerações sobre o uso da metodologia sistêmica enriquecida pela análise dialética, seguido de explicações acerca desta metodologia, sua importância e sua aplicação em estudos de natureza complexa. Posteriormente, são descritos os procedimentos metodológicos selecionados para a pesquisa do referencial empírico, município de Caibi/SC, considerando-se a complexidade da temática a ser abordada: as relações das redes de produção e a dinâmica espacial, que exigem para estes aportes, conceituações que remetem a outros subsídios que serão tratados no decorrer do trabalho.

Existem vários autores que se valem da dialética como análise de investigação. Neste trabalho, optou-se pelas normas de investigação conforme descrição de Miorin (1988), que a utiliza na análise e na definição do espaço geográfico rural; e de Lefebvre (1979), que a aplica ao estudo das relações de produção. E pela metodologia sistêmica, que é oriundo da Teoria Geral dos Sistemas (TGS) explorada por Bertalanffy (1975), Morin (1977) e Caseti (2002). Sendo que este último autor salienta o uso da abordagem dialética dentro uma visão sistêmica da natureza, sem perder, no entanto, a essência de significado da noção de sistema.

De acordo com Miorin (1988), a utilização da análise dialética materialista permite a compreensão da organização espacial em sua essência, mediante o alcance do conteúdo das atividades no espaço e da análise das relações espaciais

em seu conjunto, que formam o todo a partir de suas partes. Uma vez que busca as causas para explicar as conseqüências, ou seja, para esclarecer o porquê das relações e dos processos estabelecidos em determinado espaço geográfico.

Lefebvre (1979) salienta que Karl Marx foi o primeiro a empregar a análise dialética de forma coerente no estudo de uma realidade objetiva, por intermédio de procedimentos metodológicos, envolvendo aspectos e elementos contraditórios dessa realidade, levando em consideração todos os antagonismos presentes na ação. A análise dialética permite estudar os fenômenos em profundidade por meio da ação de reciprocidade, desvendando as contradições inerentes aos fenômenos e às transformações existentes na natureza e na sociedade.

A relação que se dá entre o homem e a natureza é dialética. Neste sentido, este estudo aborda a complexidade de relações e associações existentes em determinada espacialidade geográfica, sem desagregá-las de seu caráter local e global. Para isto, é necessário o uso de um referencial típico da realidade concreta, pelo qual se analisa suas relações dinâmicas internas e externas, capaz de revelar os avanços e os retrocessos, inerentes ao processo e ao contexto histórico do sistema capitalista de produção em que se inserem.

Na sua aplicação, a análise dialética exige o uso de suas leis gerais, visando fornecer um panorama para a compreensão da realidade dinâmica do objeto estudado, em suas especificidades, contradições, qualidades e transformações. Desta forma, aprofundou-se o conhecimento do objeto em suas unidades diferenciadas no tempo, por meio do estudo e da análise das categorias que contêm a estrutura, a função e a forma que permitem entender a organização espacial. O procedimento requer esta seqüência, por ser através do estudo das categorias que se desvendam as relações que estruturam o espaço social, ao revelarem “como os homens organizam sua sociedade no espaço e como a concepção e o uso que o homem faz do espaço sofrem mudanças. A acumulação de tempo histórico permite-nos compreender a atual organização espacial” (SANTOS, 1997b, p.53).

Torna-se possível perceber na investigação que as transformações e as mutações são inerentes às redes de produção que, por sua vez, configuram a dinâmica espacial. Estas especificidades, próprias das relações que se estabelecem entre os diferentes atores em seu meio geográfico, compõem a realidade concreta deste estudo, revelando uma dialética entre idéia e matéria. Esta realidade apresenta-se como transformação idealizada da natureza: tem uma estrutura, uma

forma, possui função que é permeada por processos que se materializaram em um dado momento histórico das relações de produção. Portanto, foi necessário identificar e analisar os processos para compreender as funções existentes e reconhecer as formas espaciais no tempo, que permitiram a formação destas relações constituintes dos processos que geram as redes de produção.

Dessa forma, além do uso da análise dialética, a abordagem recebeu visão holística, contemplando o movimento constante das relações estabelecidas entre as partes que compõe o todo e que compreendem um sistema maior. Visão esta possibilitada por intermédio do emprego da metodologia sistêmica. Esta metodologia deriva da TGS, oriunda dos Estados Unidos, tendo como precursor Ludwig Von Bertalanffy. No entanto, a ânsia por uma teoria abrangente foi pressentida por autores de vários campos do Conhecimento. Desta forma, o conceito de sistema foi cogitado por vários teóricos em diversas disciplinas, embora sua formulação date do ano de 1945 e seja atribuída a Ludwig Von Bertalanffy. No presente estudo, utilizou-se os princípios estabelecidos por Von Bertalanffy (1975) e Morin (1977).

Em meados do século XX, lançou-se mão da TGS, a qual passou a ser utilizada na ciência pura e aplicada. Foi empregada em empresas industriais, inclusive para elaboração de controle de sistemas que foram utilizados na II Guerra Mundial. “A tecnologia foi levada a pensar não em termos de máquinas isolados, mas em termos de “sistema” (BERTALANFFY, 1975, p.18)”. Esta teoria não trata os fenômenos como homogêneos, mas por inúmeras partes heterogêneas, que estabelecem relações entre o homem e a natureza transformada, e que juntas formam sistemas que necessitam, para funcionar, de planejamento e organização (BERTALANFFY, 1975).

Há inúmeras transformações que se acentuam no decorrer do século XX. De um lado, coroadas de êxito pela revolução tecnológica. De outro, a própria revolução na técnica vem acompanhada de um leque de problemas de cunho econômico, social e político, que se refletem na produção, no comércio e na sociedade. E, de um modo geral, necessitam ser pensados, explicados e/ou resolvidos conjuntamente. “De uma maneira ou de outra, somos forçados a tratar com complexos, com “totalidade” ou sistemas em todos os campos do conhecimento. Isto implica uma fundamental reorientação do pensamento científico” (BERTALANFFY, 1975, p. 19-20). É preciso de um “método capaz de articular aquilo que está separado e de unir aquilo que está dissociado” (MORIN 1977, p.19). Este autor

complementa que é preciso romper com a idéia de simplicidade, de racionalidade ordenada, de estudo parcelar de um lado e de outro pela idéia geral.

Desse modo, a TGS parte do pressuposto de que o estudo de uma organização deve ser feito a partir da noção de sistema. A organização em si remete à idéia da existência de variáveis mutuamente dependentes. Neste sentido, a sociedade é tida como uma organização que deve ser estudada a partir da noção de sistemas sendo constituída de partes interdependentes, não devendo ser analisadas isoladamente, senão entendidas no contexto de suas interações com o todo, o sistema maior.

Dessa maneira, a metodologia sistêmica, apesar de ter a sua formulação atribuída a Ludwig Von Bertalanffy, surgiu de uma necessidade pressentida em vários campos em decorrência das abordagens até então fornecidas não darem conta de atender as questões complexas. “A necessidade resultou do fato do esquema mecanicista das séries causais isoláveis e do tratamento por partes ter se mostrado insuficiente para atender aos problemas teóricos (...)” (BERTALANFFY, 1975, p. 28), tanto nas ciências quanto aos problemas de ordem prática. Desta maneira, a TGS passou a enfatizar os estudos dos problemas ligados à ordem, à organização, à totalidade, à teleologia norteada por princípios interdisciplinares. Além disso, permite analisar os fenômenos não em termos isolados, mas em termos de sistemas interligados.

Paulatinamente a TGS se difundiu, dando pertinência e universalidade à noção de sistema, considerado como um todo não redutível às partes, contendo abordagens de fatos e problemas organizacionais, mediante as noções de hierarquia e a formulação da noção de sistemas abertos. Os progressos alcançados nos últimos anos resultaram, também, em novos problemas, que por sua vez desencadearam a reestruturação da sociedade. Na concepção do formulador da TGS, a sociedade passa a ser considerada uma organização, acrescentando que esta deve ser analisada como um sistema que possui variáveis dependentes.

Edgar Morin compartilha dessa concepção, afirmando que “tudo que era objeto tornou-se sistema” (MORIN 1977, p.96). No entanto, acrescenta que o universo se evidencia pelo caráter polissistêmico, em que existem vários sistemas, os quais podem se sobrepor uns em relação aos outros em mútua interação e dependência. Não obstante, o sistema se define pela “inter-relação de elementos que constituem uma entidade ou unidade global” (MORIN, 1977, p.99). A partir da

interação entre os elementos de um determinado sistema, podem ser estabelecidas ligações entre sistemas, elementos e subsistemas. O autor salienta que a análise por meio de sistemas deve aparecer com conotação de unidade complexa, sem redução do “todo às partes nem as partes ao todo, nem o uno ao múltiplo nem o múltiplo ao uno, mas que temos de tentar conceber em conjunto, de modo simultaneamente complementar e antagônico, as noções de todo e de partes, de uno e diverso” (MORIN, 1977, p.103).

De acordo com a metodologia sistêmica, a natureza é composta de vários sistemas, que comportam e produzem antagonismos. Nesta concepção sistêmica, natureza e sociedade pode formar sistemas, compor subsistemas ou constituírem um conjunto de elementos. Tudo depende da escala de análise que é estabelecida para a abrangência do universo sistêmico selecionado.

Os elementos constituintes da natureza se organizam em torno de: forma, função e estrutura permeada por processos. É mediante eles que cada sistema é identificado e se diferencia, podendo apresentar semelhanças e manter suas especificidades. Desta maneira, continuamente haverá, “em todo o sistema, e mesmo naqueles que suscitam emergências, imposições sobre as partes, que impõe restrições e sujeições. Estas imposições, restrições ou sujeições, fazem-lhes perder ou inibem neles qualidades ou propriedades” (MORIN, 1977, p. 109).

No entanto, o sistema pode ser ao mesmo tempo superior e inferior, e se identificar em suas partes, pois as mesmas ora são consideradas inferiores, ora podem se tornar superiores, de acordo com a dinâmica do sistema. É nesta perspectiva que se embasa a concepção de que não se pode reduzir a descrição de um sistema a termos quantitativos, mas condicioná-la à descrição qualitativa e, sobretudo, envolvendo a complexidade existente em um sistema a ser investigado. Significa que “um sistema é um todo que toma forma ao mesmo tempo em que os seus elementos se transformam” (MORIN 1977, p. 111). Existe um constante movimento relacional endógeno e exógeno no interior dos sistemas, caracterizados pelo antagonismo inerente às relações. Bertalanffy (1975) e Morin (1977) compartilham da concepção da existência de luta no sistema, as chamadas contradições e/ou antagonismos envolvidos nas relações entre as partes dos sistemas.

Neste contexto, a análise dialética se utiliza do materialismo histórico, pois permite desvendar o objeto através da observação, análise, interpretação e

constatação empírica. Busca explicação no passado (as causas) para compreender e explicar o presente (as conseqüências). A metodologia sistêmica se complementa no uso da análise dialética, ao permitir analisar e entender as relações que promovem transformações e se manifestam em diferentes fenômenos da organização espacial. Permite, ainda, explicar as várias formas de comportamento dos diversos sistemas, de seus subsistemas e de seus elementos constituintes. Parte do todo, embora não possa ser explicado e nem desconectado das relações com suas partes.

Em síntese, o uso da análise dialética e da metodologia sistêmica torna possível estudar o objeto em sua organização espacial, por meio do princípio de relações antagônicas. É mediante esta concepção que se pretende reconhecer e analisar a formação das redes de produção e suas dinâmicas espaciais, tendo como referencial empírico o município de Caibi, estado de Santa Catarina. Para isto, considerou-se as ligações e interações estabelecidas entre os diferentes atores e as organizações internas e externas da espacialidade local, as quais admitem a formação de modelos endógenos e exógenos de redes, contendo seus antagonismos. Estes tipos de rede, em suas relações, podem gerar processos de ordem, desordem, organização e desorganização, inerentes ao processo de produção e reprodução no sistema, apresentando momentos permeados por equilíbrios e contradições, simultaneamente.

Essa concepção é utilizada por vários autores na geografia. Entre eles, Casseti (2002), que a desenvolve principalmente a partir de Morin (1977), como resultado de processos inerentes ao sistema, sob a ótica de movimento que não se acaba em si mesmo, como em concepções lineares, nas quais tudo tem um começo e um fim. Por esses motivos, o uso da análise dialética e da metodologia sistêmica se justifica para a compreensão da realidade de uma sociedade e de sua produção e reprodução, pois os conhecimentos globais e históricos são imprescindíveis para o entendimento das relações da sociedade no seu meio local, um município, como é o caso de Caibi.

Almeja-se, na área de estudo, distinguir e analisar a formação e a presença dessas redes de produção e suas relações, que podem gerar processos de ordem, desordem, organização e desorganização, nos respectivos atos de produção e reprodução da sociedade. Os atores que coordenam e organizam os processos produtivos são responsáveis pelas estruturas das redes vertical e horizontal, que

configuram as dinâmicas das espacialidades locais. Estes cenários exigem para sua análise e distinção o uso da dialética conjugada com a metodologia sistêmica, para obter as explicações requeridas em escala espaço-temporal.

Diante do arcabouço exposto, desenvolveu-se um modelo sistêmico para a análise local. O modelo idealizado contém características peculiares aos subsistemas e elementos constituintes do referencial empírico, e é capaz de permitir o reconhecimento dos processos produtivos, das relações de produção e reprodução, dos atores envolvidos nas distintas redes que formam as cadeias de comercialização, ligadas às redes verticais dos complexos agroindustriais (CAIs) e das redes estabelecidas na horizontalidade da espacialidade local, figura 2.

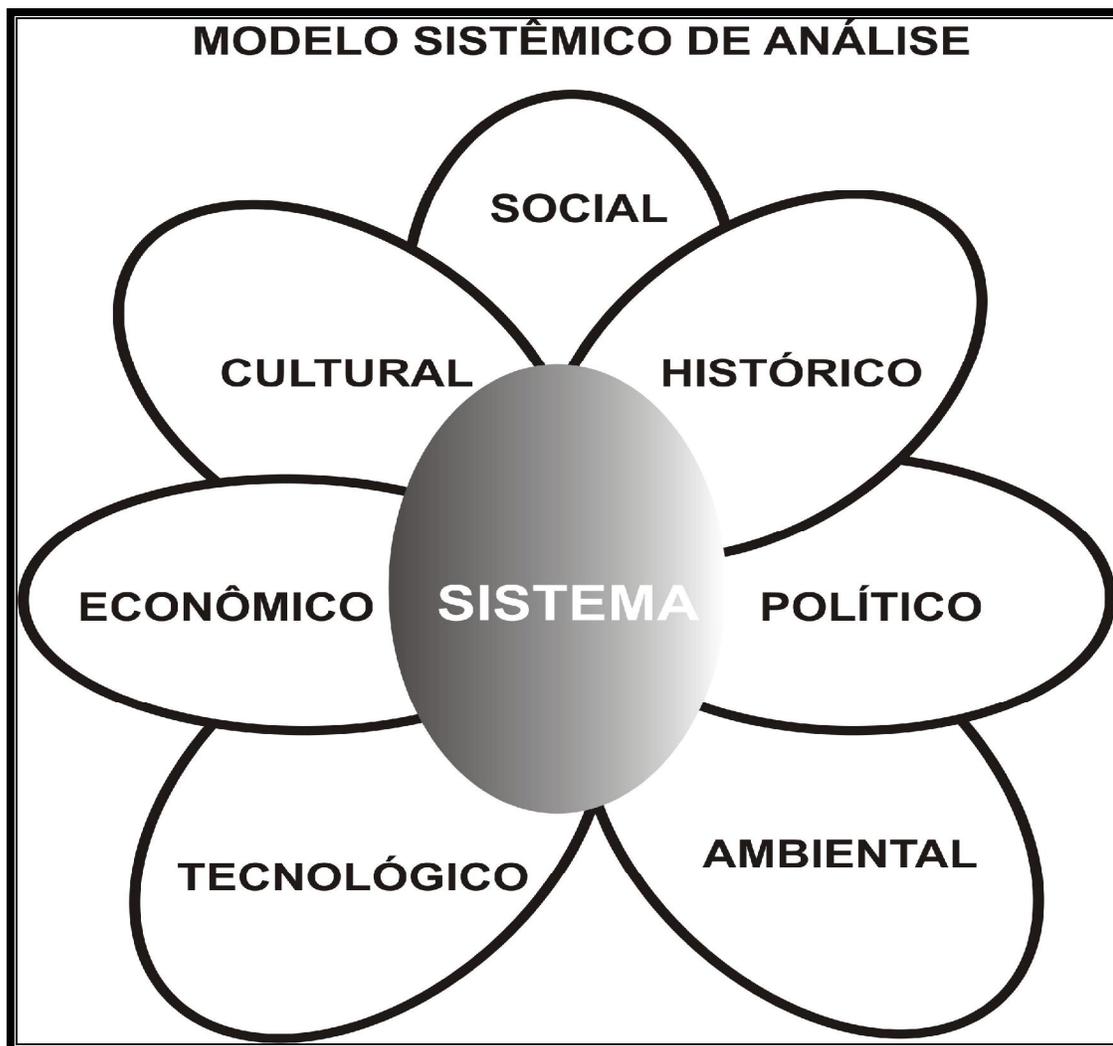


Figura 2: Modelo sistêmico de análise.
Org.: BARÉA, N. M. M. S, 2008.

A partir deste referencial teórico-conceitual e de análise dialética em uma metodologia sistêmica, tem-se o sistema de redes de produção no município de Caibi e os subsistemas: histórico, político, ambiental, tecnológico, econômico, cultural e social, (ver figura 2) e seus respectivos elementos, descritos no fluxograma a seguir, figura 3, e tratados no subtítulo “procedimentos metodológicos”, no qual se apresentam as variáveis selecionadas.

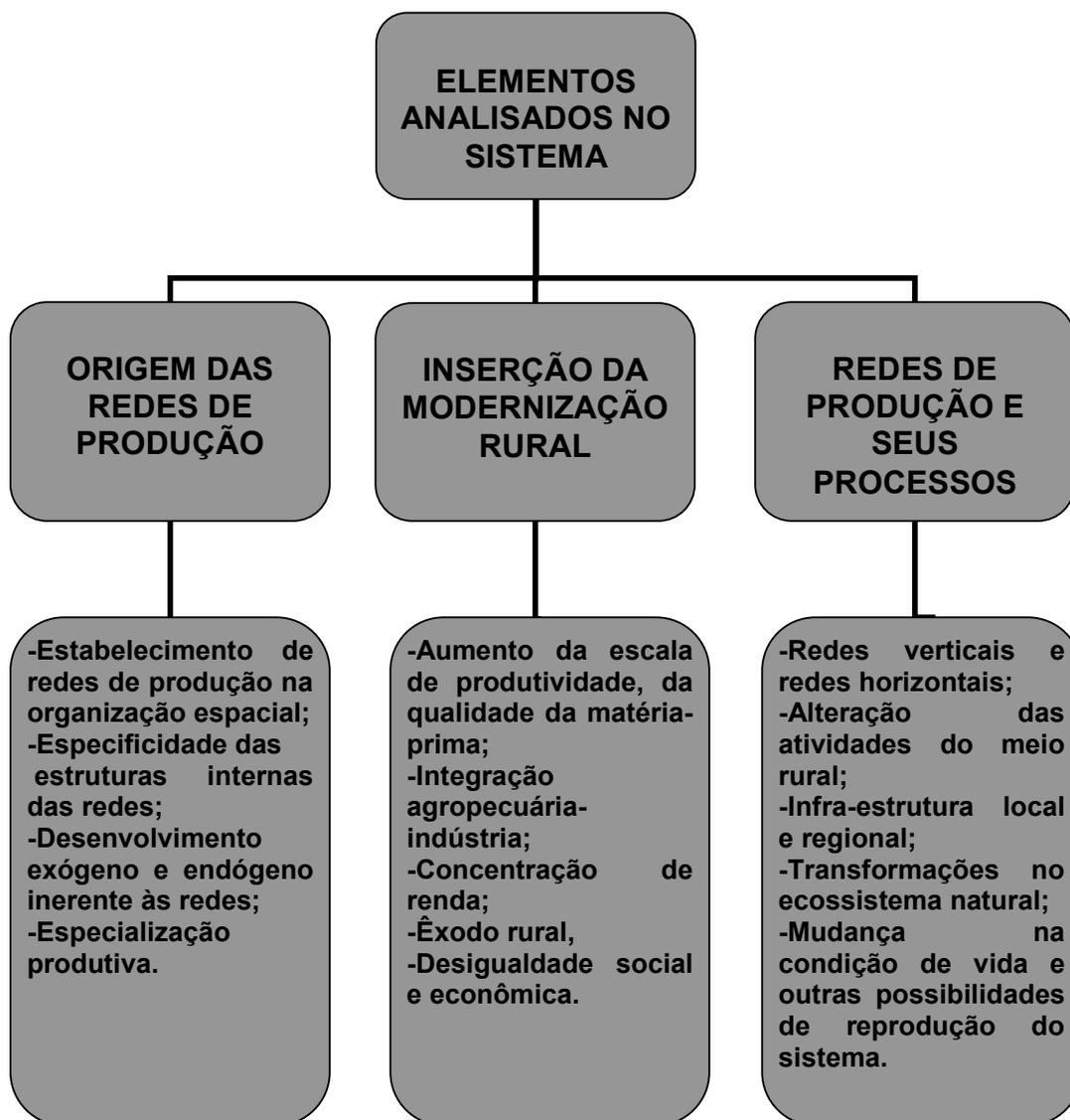


Figura 3: Fluxograma síntese dos elementos do modelo sistêmico de análise.
Org: BARÉA, N. M. M. S, 2008.

1.1 Procedimentos metodológicos e técnicas de investigação

Em decorrência do aparecimento de problemas na sociedade, surgem dúvidas e questionamentos, que se traduzem em inquietações, as quais requerem respostas. É a partir desta premissa que surgiram as indagações norteadoras da pesquisa que resultou neste trabalho. Entende-se ser este o caminho para encontrar soluções aos problemas identificados, seguindo determinadas regras em busca do conhecimento específico. Em virtude do que, “a fim de merecer o qualitativo de científica, a pesquisa deve ser feita de modo sistematizado, utilizando para isto método próprio e técnicas específicas e procurando um conhecimento que se refira à realidade empírica” (RUDIO 1986, p. 9). É, portanto, a investigação de uma realidade empírica, aliada à maneira de conduzir a obtenção do conhecimento, que dá credibilidade e cunho científico a um estudo.

A pesquisa vem a ser um procedimento formal, permeada por métodos de pensamento reflexivo, requerendo tratamento científico aliado a procedimentos metodológicos, os quais se constituem no caminho para conhecer e verificar verdades parciais. Desta maneira, para a realização deste estudo, foi necessário adotar em sua investigação etapas de trabalho, conforme quadro figura 4, utilizando-se diferentes técnicas de coleta de dados, informações e análises específicas. Entre estas, se utilizou de técnicas de pesquisa qualitativa e quantitativa.

A primeira das técnicas de investigação caracteriza-se por possuir diversidade e flexibilidade na coleta e no tratamento dos dados (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNADDER, 2000). De acordo com Godoy (1995), este tipo de pesquisa se divide em documental, etnográfica e o estudo de caso. A segunda técnica de investigação possibilitou “maior objetividade e precisão na análise, podendo evitar longas e muitas vezes superficiais descrições verbais” (SILVA, 1978, p. 33).

Não obstante a definição pela adoção dessas técnicas, alguns estudos exigem a análise integrada da investigação com suas respectivas técnicas. No estudo realizado, optou-se pela análise integrada, em decorrência da observação de fenômenos, de *per si*, quando efetivada em um referencial empírico selecionado. Neste sentido, “o estudo de caso não é uma técnica específica, mas uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um todo seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade (...)”

(GOLDENBERG 2003, p. 33), com o propósito de entendê-lo em sua essência.

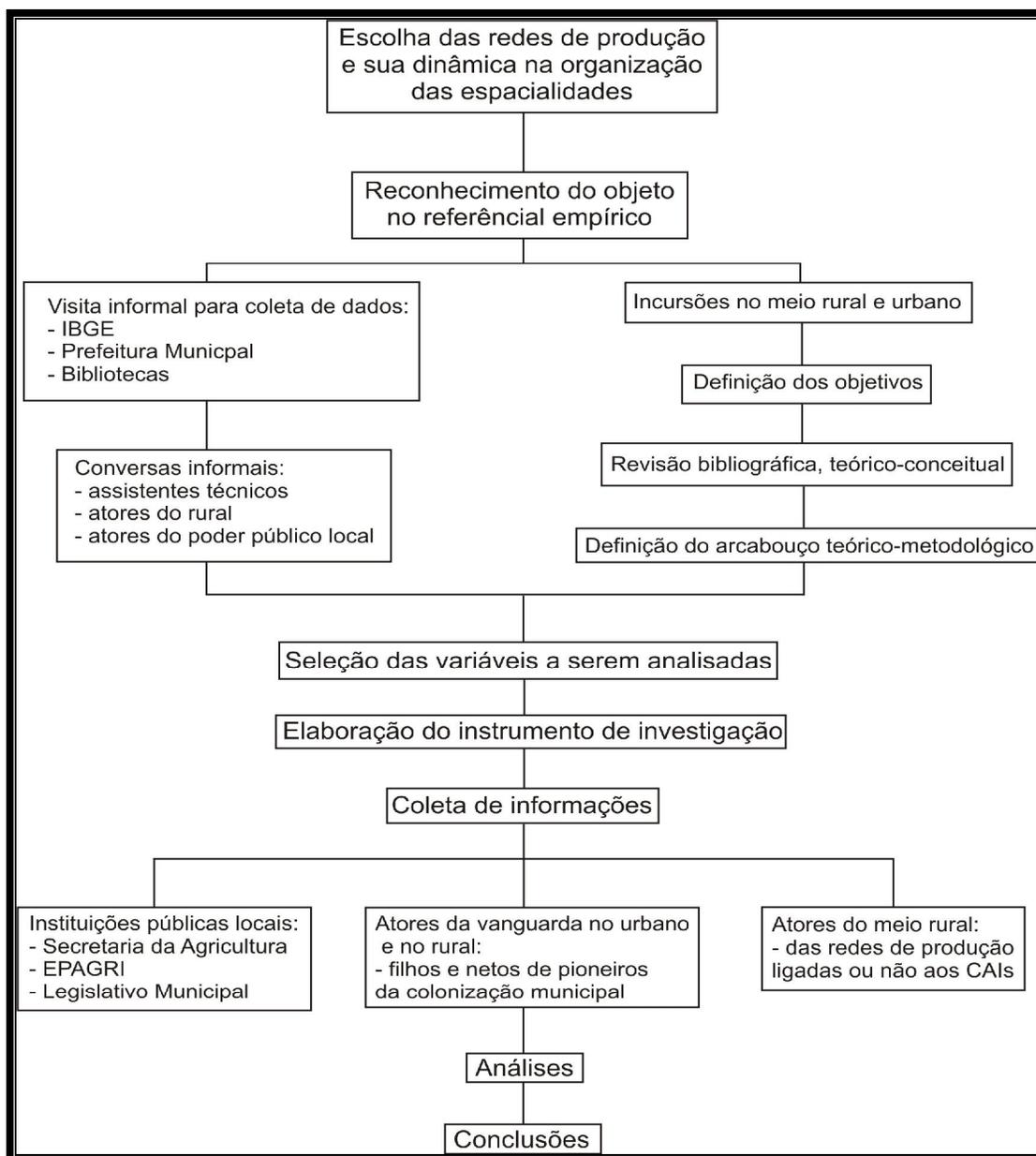


Figura 4: Quadro estrutural das etapas do procedimento metodológico.
Org: BARÉA, N. M. M. S, 2008.

Segundo essas condições, um estudo de caso garantindo visão do todo e das partes, simultaneamente, remete à necessidade de integração entre análise quantitativa e qualitativa, pois ambas englobam diferentes percepções e maneiras

de coletar e de analisar as informações, permitindo ampla abordagem e compreensão acerca da complexidade do problema investigado. Tal integração na análise possibilita correlações de dados sobre informações obtidas, pois “não se limita ao que pode ser coletado em uma entrevista: pode entrevistar repetidamente, pode aplicar questionários, pode investigar diferentes questões em diferentes ocasiões, pode utilizar fontes documentais e dados estatísticos” (GOLDENBERG 2003, p. 62).

Em um primeiro momento, ocorreu a revisão bibliográfica referente à abordagem teórico-metodológica e às terminologias a serem utilizadas, objetivando o entendimento das correntes teóricas. A seguir, foi abordado e discutido o uso da análise dialética na compreensão dos fenômenos, bem como da metodologia sistêmica na investigação. Em seguida, se empreendeu a leitura e a análise dos conceitos teóricos, do referencial empírico técnico: das redes, sua especificidade e sua estrutura; redes de produção; modelos de redes exógenos e endógenos, desenvolvimento; processo de formação das redes de produção na agricultura brasileira no século XX; evolução da ocupação e formação de redes na produção agropecuária da Mesorregião Oeste Catarinense; redes de produção rural e os processos e os modelos de crescimento desencadeados pelas redes de produção no meio rural. Esta revisão acerca da temática constituiu-se na base teórico-conceitual, que alicerça as reflexões contidas nesta dissertação.

A investigação e a análise do referencial empírico prescindiram do uso de diferentes técnicas de coleta dos dados. Estas foram utilizadas, sem obedecer rigidamente uma seqüência. No entanto, em um primeiro momento, se fez uso da observação participante, seguida da história de vida e, posteriormente, da entrevista. Vale ressaltar que ambas as técnicas são de cunho qualitativo. Por isso, não exigem rigor em estrutura e seqüência, podendo-se utilizá-las sequencialmente e/ou intercalá-las, quando se julgar necessário.

A observação participante consiste em uma técnica de coleta de dados, na qual o observador/pesquisador pode penetrar no universo em investigação, como sujeito “revelado ou encoberto, formal ou informal” (HAGUETTE, 2003, p. 73), e estar na condição de integrante ou não da estrutura social, permanecendo no ambiente pesquisado o tempo que julgar necessário para o trabalho de campo. Sendo que o pesquisador pode vir a se constituir em um agente modificador do meio. De modo análogo, pode ser influenciado por este.

Nessa etapa da pesquisa, o primeiro passo a ser dado na observação participante foi investigar a existência de estudos já realizados acerca da área escolhida, seguido de sua delimitação. Esta etapa de análise preliminar do referencial empírico configurou-se na coleta e no tratamento dos dados já existentes, incluindo documentos históricos, estatísticos, cartográficos e informações referentes ao município de Caibi. Este procedimento também foi realizado na Mesorregião Oeste Catarinense, na qual se encontra inserido o Município.

De posse da observação participante, realizaram-se visitas permeadas de conversas informais em diferentes instituições no município de Caibi/SC, visando a coleta de dados e de informações sobre a colonização, a estrutura fundiária, os tipos de produção, a infra-estrutura, a assistência técnica e de outros indicadores socioeconômicos¹. As informações foram obtidas junto ao escritório da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), da Secretaria Municipal de Agricultura e com pessoas que convivem há tempo no Município. Durante os diálogos estabelecidos, deu-se prioridade às informações fornecidas por pessoas detentoras do conhecimento histórico sobre a colonização local, ou seja, a história de vida dos atores e suas vivências, relatando, em longos diálogos, a riqueza e a diversidade de como era a vida no meio rural e, mais tarde, as relações que deram prosseguimento à formação do urbano.

Os dados e as informações preliminares coletados sobre o referencial empírico, tanto aqueles obtidos por meio da observação participante, como da investigação da história de vida, somados ao subsídio do referencial teórico-metodológico e teórico-conceitual, se constituíram em aportes para a outra etapa da investigação, a qual consiste na definição das variáveis contidas no instrumento de coleta de informações, por meio de entrevistas (apêndice A). Conforme a literatura, as entrevistas são classificadas em dois grupos: entrevista estruturada e entrevista não estruturada. Esta última, também denominada de entrevista em profundidade, objetiva obter, por meio de um diálogo guiado, a informação do que o entrevistado considera como parte mais importante em um determinado problema (RICHARDSON, 1999). Já a entrevista estruturada é desenvolvida “a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanecem invariáveis para todos os entrevistados” (GIL, 2006, p. 121).

¹Trabalho de campo realizado no mês de novembro de 2006 e no mês de maio de 2007.

Neste caso, optou-se pela entrevista semi-estruturada, pois conforme Triviños, em se tratando de pesquisa qualitativa, é um dos mais importantes recursos de que o pesquisador dispõe. Em seu entender, a entrevista semi-estruturada é interpretada como “aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferece amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas dos informantes” (TRIVIÑOS, 1987, p.146).

Dessa forma, a entrevista semi-estruturada não prescinde de rigidez quantitativa e seqüência da estrutura, permitindo que o entrevistador coordene o desenrolar dos diálogos durante a investigação e, quando houver necessidade, faça ajustes no instrumento (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2000). Este critério qualitativo também se aplica na definição da amostra do universo pesquisado. Não há necessidade de determinar um número exato de entrevistados. O que importa é a obtenção da informação avaliada e não a quantidade de informantes que repetiram este dado. A fidedignidade das fontes de informação pode ser anexada por meio de transcrições de parte dos relatos de entrevistas ou por meio de arquivo em áudio dos dados. Esta iniciativa é uma forma de dar maior credibilidade ao material coletado (DUARTE, 2002).

Nesse caso, utilizando-se de roteiro com entrevista semi-estruturada, o instrumento foi composto por um formulário com respostas abertas para a condução do diálogo, o qual consistiu-se em um determinado número de indagações que foram perguntadas e anotadas pelo observador/entrevistador, em uma situação “face a face” com o entrevistado (PÁDUA, 1996). As variáveis que constituíram o instrumento foram definidas de acordo com os objetivos propostos, visando responder à indagação das estruturas de redes e à possibilidade de se constituir ou não em crescimento ou desenvolvimento e suas influências na dinâmica da organização espacial de atores e produtos em redes atuantes no município de Caibi. Para alcançar o objetivo proposto, se investigou as variáveis referentes aos subsistemas: histórico, político, ambiental, tecnológico, econômico, cultural e social, sob análise dialética e procedimento metodológico sistêmico.

As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas com profissionais de órgãos públicos de assistência técnica (EPAGRI de Caibi), da Secretaria Municipal de Agricultura (Caibi), de Cooperativas baseadas em sistema de integração, de

Associação de produtos agro-industrializados (PAICA) e de Feira-Livre, como também foram entrevistados um Ex-Prefeito e alguns vereadores do Legislativo Municipal, durante o mês de agosto de 2008. As entrevistas averiguaram as mudanças ocorridas nos subsistemas social e econômico, desde a formação do Município até a contemporaneidade, identificando os ciclos econômicos contidos nos sistemas de produção existentes em seu meio rural, bem como no arroteamento destes e nas relações de produção estabelecidas.

Por meio das informações obtidas junto aos entrevistados, chamados de informantes-chaves, conduziram-se as demais entrevistas com os chamados informantes qualificados. Foram aplicadas a famílias do meio rural², com o intuito de conhecer as mudanças ocorridas nos sistemas de produção e nas redes estabelecidas desde a época da colonização até a contemporaneidade, além de suas influências na condição atual de vida e na reprodução social dos atores no sistema.

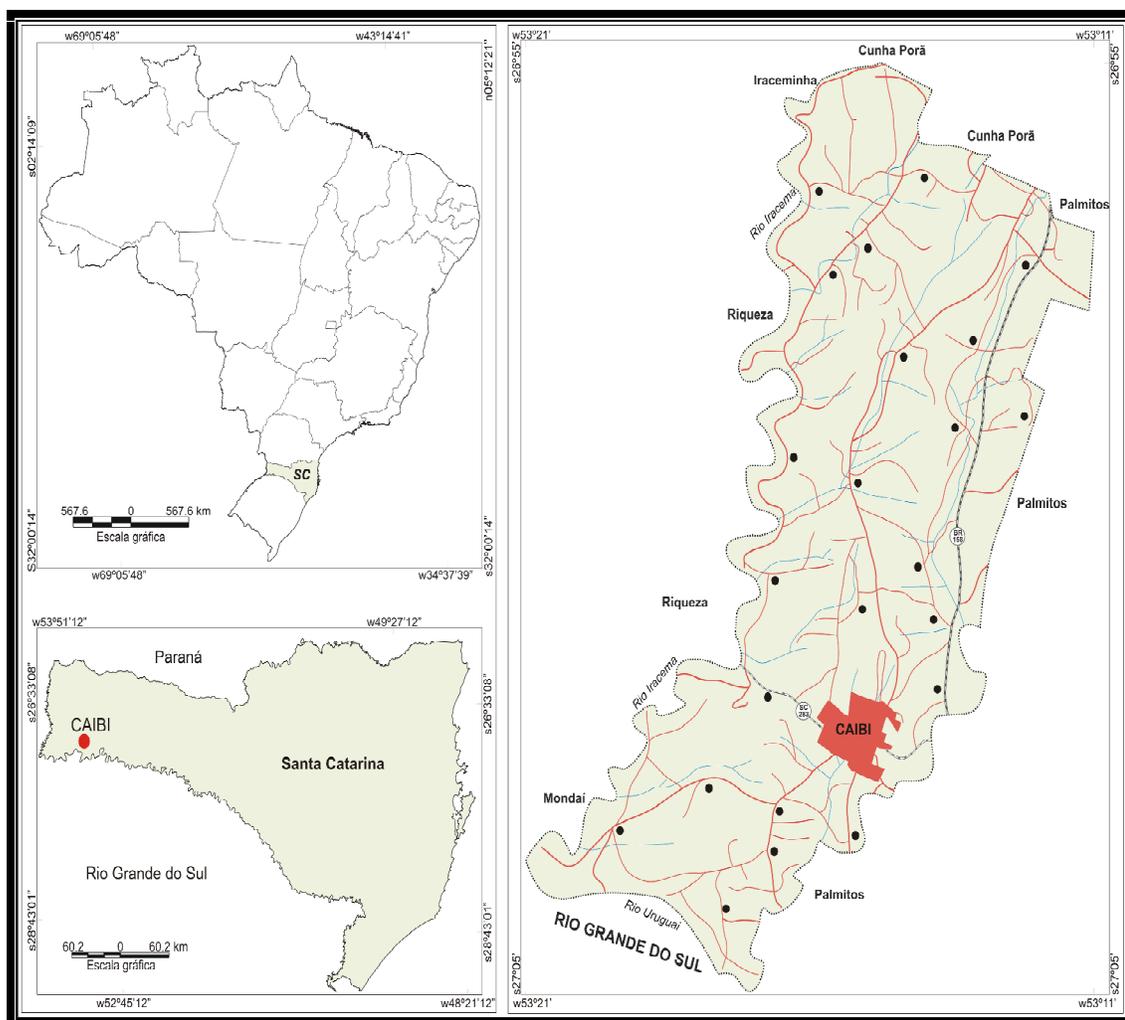
De acordo com Trivinos (1987), o tratamento e a análise dos dados investigados, em que predomina o uso de técnicas qualitativas de coleta de informações, podem lançar mão ou não do aporte da analítica integrada, prevalecendo, nesta etapa, a análise qualitativa. Por isso, geralmente se opta pela análise dos dados de forma descritiva, uma vez que estes não são medidos, diferentemente do que ocorre na investigação quantitativa. Assim, a análise dos dados se norteou pela descrição, utilizando técnicas estatísticas, quando houve necessidade de se recorrer a este recurso.

1.2 O local como referencial empírico

A seleção do município de Caibi/SC, para ser o referencial empírico, se justifica em virtude deste estudo requerer na operacionalização sobre redes de produção, a presença de uma realidade concreta, capaz de possibilitar a aplicação da metodologia sistêmica e da análise dialética, que se desenvolvem em torno do fenômeno redes e seus antagonismos.

² Entrevistas realizadas durante os meses de agosto e setembro de 2008.

O referencial empírico que se utiliza na investigação do fenômeno em estudo, de acordo a figura 2, está localizado a oeste do estado de Santa Catarina, situado a uma altitude de 337 metros, apresentando o clima mesotérmico do tipo úmido, com geadas freqüentes nos meses de junho e julho. A temperatura média do município se mantém em torno de 19,6°. O regime pluviométrico apresenta precipitação anual entre 1900 mm a 2000 mm, configurando a espacialidade geográfica como típica de clima subtropical a temperado, com tendência continental (EPAGRI, 2007).



Fonte: INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2008.

Figura 5: Localização do município de Caibi.

Org.: BARÉA, N. M. M. S, 2008.

A extensão territorial atual do Município é de 172km², contendo uma população total, segundo o censo agropecuário de 2007 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 6.217 habitantes. Destes 3.340 residem no meio urbano e 2.877 no meio rural, revelando uma densidade demográfica de 27,7 habitantes para cada km².

A população que ocupa a espacialidade municipal é considerada de pequeno porte, em relação ao conjunto dos municípios do Estado. Porém, devido às peculiaridades de seus recursos naturais tem sido favorecido o desenvolvimento de sua produção e de sua reprodução socioeconômica, caracterizadas pela presença de uma estrutura fundiária constituída por unidades de produção com pequena extensão de área.

A estrutura litológica responsável pelo ambiente físico, sobre o qual se organiza a paisagem local, é formada pela Bacia Sedimentar do Paraná, que data de 600 milhões de anos. Quando esta bacia se organizou, os terrenos se encontravam em posições altimétricas menores, sendo possível encontrar, em toda sua extensão³, argilitos, siltitos, conglomerados e calcário. O derramamento de lavas vulcânicas depositadas sobre os sedimentos caracterizou o modelado em forma de depressões periféricas ou marginais, pondo em evidência relevos mais altos, que oferecem maior resistência ao desgaste erosivo (ROSS, 1995).

Esta estrutura pode ser seccionada em unidades de planalto, inclusive o município de Caibi/SC, assim como toda a Mesorregião Oeste Catarinense⁴ da qual faz parte. As altitudes que se sobressaem na paisagem revelam a presença de terrenos sedimentares com idades desde o Devoniano até o Cretáceo, conjugado com as rochas vulcânicas básicas e ácidas do Mesozóico. Estas unidades mantêm contato com as depressões circundantes, através de escarpas identificadas como frentes de *cuesta* única ou desdobradas em duas ou mais frentes (ROOS, 1995; IBGE, 2000).

Os derrames basálticos que ocorreram sobre esta porção se definem quase que exclusivamente por rochas efusivas⁵, garantindo a incidência de basalto na área e caracterizando uma topografia dissecada, em virtude do soerguimento sofrido pelo

³Bacia Sedimentar do Paraná, que se estende pelo Centro-Oeste do País até a porção de área central do Rio Grande do Sul.

⁴ Porção de área que tradicionalmente se denominava de Oeste Catarinense antes de sua regionalização pelo IBGE.

⁵ Ocorrem quando o magma extravasa em superfície resfriando-se e dando origem a este tipo de rocha.

derramamento de lavas vulcânicas (ROSS, 1995). Estas feições litológicas permitiram a presença de três tipos de solo distintos no Município: terra roxa estruturada, cambissolo e litólico, combinados com uma topografia de planaltos e planícies, ainda que predomine as feições planaltinas, com elevado índice de feições dissecadas pelas drenagens fluviais de bacias hidrográficas, como do Rio Uruguai, destacando os rios São Domingos e Iracema, como principais que percorrem o Município.

Sobre esta topografia dissecada pelos cursos d'água, desenvolve-se a vegetação arbórea constituída por mata nativa densa, na qual predominam madeiras de lei como: angico, cedro, cabriúva, canela, grápia, loro e ipê. Atualmente, a vegetação arbórea vem cedendo lugar aos campos de pastagens e às lavouras, oferecendo às atividades econômicas solos de matas, que permitem certo sucesso à produção e à reprodução dos atores sociais constituintes da formação sócio-espacial. A presença desses solos originários de mata permite que outras madeiras ocorram na área, incentivando o plantio de árvores com rápido crescimento, como eucalipto, erva-mate e *pinus*, com finalidade econômica.

O espaço geográfico que compreende o município de Caibi/SC teve sua exploração econômica iniciada em torno do ano de 1924, por descendentes, em sua maioria, de italianos e russo-alemães. Os descendentes de italianos eram oriundos do Rio Grande do Sul e perfazem a maior parte da população migrante no Município. Os russo-alemães, em menor número, vindos da Sibéria, buscavam uma vida mais tranqüila, pois se retiravam dos conflitos gerados pela I Primeira Guerra Mundial e da instalação do regime Comunista adotado por Stalin, em território sob jurisdição russa. O processo de acesso à terra destes elementos geralmente ocorria mediante a compra de lotes de uma empresa colonizadora, a Companhia Territorial Sul Brasil, a qual era incumbida pelo poder público Estadual, através da concessão de terras, de demarcar e vender os lotes para que fosse efetivada a chamada colonização. Neste sentido, a ocupação e a colonização efetivas da área ocorreram devido a incentivos recebidos, visando a garantia da posse do território e sua integração à economia Estadual, por meio da exploração econômica na fronteira do extremo Oeste Catarinense, área limítrofe com a Argentina.

Esse território foi configurado sob uma base econômica de produção agropecuária, tendo um centro urbano e área de campo constituída por estabelecimentos rurais, unidades de produção familiar, marcados pela presença da

pequena propriedade. Em sua formação e sua evolução socioeconômicas, a produção rural era baseada na exploração da policultura e no criatório diversificado, destinados à subsistência e à venda do excedente. As mudanças no sistema de produção se acentuaram devido as alterações dos processos de comercialização, exigência dos mercados, aperfeiçoamento técnico e das novas relações de trabalho.

No entanto, é a partir da difusão das mudanças na base técnica que os atores dos distintos sistemas de produção se diferenciam no meio rural, pois a tecnologia não teve difusão homogênea, resultando na presença de formas distintas de produção. A difusão e a adoção de técnicas no sistema de produção impõem diferentes graus de especialização em determinadas atividades. Como na produção de suínos, soja, milho, aves, fumo, gado de corte e leite. Algumas destas atividades encontram-se integradas às agroindústrias e às cooperativas.

Completam o sistema de produção: a presença de pequenos açudes, alguns para subsistência e outros para comercialização; as áreas destinadas à florestamento; os trabalhadores urbanos que residem no rural; as chácaras utilizadas para lazer por habitantes urbanos e as agroindústrias familiares.

A indústria tem representatividade no setor madeireiro, metalúrgico, de confecções de vestuário e de comércio de cereais, com transporte rodoviário de cargas. O comércio e o setor de prestação de serviços oferecidos no Município não são suficientes para atender as demandas municipais. Deste modo, necessita-se recorrer a outros municípios distantes, principalmente Chapecó. No entanto, estes serviços também são procurados em municípios próximos, que possuem algum grau de dinamismo econômico. Por exemplo, Palmitos, São Miguel do Oeste e Maravilha.

A descrição do referencial selecionado revela que o estudo proposto acerca das redes de produção independe dos fatores relacionados à localização do Município, à sua dimensão, ao tamanho do mercado produtor e consumidor, bem como da distância a outros mercados. Estes não se constituem em impedimentos para a reprodução das redes em locais como Caibi. Porém indicam que as redes se constituem em locais em que há possibilidade, não só de estabelecer relações sociais e técnicas, mas principalmente, da existência de um ambiente rico e diverso em seus recursos sócio-ambientais, de interesse do modo de produção capitalista.

Por outro lado, ao se traçar o perfil do referencial empírico, emerge a importância de se analisar as relações históricas, políticas, ambientais, tecnológicas, econômicas, culturais e sociais estabelecidas no sistema.

2 REDES: DA GÊNESE A SUA DIFUSÃO

A trajetória dos produtos agropecuários, desde sua produção *in natura* ou como matéria-prima na transformação industrial e posteriores distribuição e comercialização, envolve uma série de atores e processos em diferentes escalas espaciais. Estes, por sua vez, determinam as transformações que se manifestam nas atividades agropecuárias e industriais, por meio de redes, constituídas mediante relações dos atores envolvidos na dinâmica dos processos, os quais e de acordo com seu grau de interferência traçam a estrutura da organização espacial da produção. Tais processos podem ser melhor compreendidos, se realizadas algumas reflexões sobre os conceitos referentes ao assunto, sobretudo a respeito da origem do conceito e da estrutura interna das redes, bem como dos modelos de formação de tais redes.

2.1 Evolução das redes

A utilização do termo rede não é recente, assim como, não o é seu estabelecimento no território. Existem diferentes enfoques conceituais a respeito desta terminologia, em virtude do ângulo visual e da preocupação em compreender seus efeitos sobre a organização do território. A palavra rede é oriunda do latim *rete*. De início, a terminologia rede é utilizada para designar o conjunto de fios entrelaçados, linhas e nós. Segundo os dicionários, em especial o de Ferreira (1986) diz que “a rede é entrelaçamento de fios, cordas, cordéis, arames, etc., com aberturas regulares, fixadas por malhas, formando uma espécie de tecido”. No entanto, o termo rede vai tomando diferentes conotações, todavia sem perder a essência do significado. A difusão do seu uso ocorre na contemporaneidade, embora venha desde o princípio caracterizando as diferentes estruturas organizacionais dos processos produtivos, estabelecendo redes de produção e comercialização, conforme denotado por Mello (1987), afirmando que:

O capital comercial não se limitou na América Latina a explorar os modos de produção pré-existentes à conquista. Ao contrário, desdobrou o âmbito da circulação que lhe é próprio e invadiu a esfera da produção, constituindo a economia colonial. Imprimiu-lhe, desde logo, seu caráter mercantil, assegurando-lhe a realização da produção no mercado mundial (MELLO, 1987, p. 41).

A partir desta constatação embasada em Mello⁶, pode-se confirmar a tese de que a origem das redes, assim como seu estabelecimento no território, não são recentes. Apesar de Mello não utilizar a terminologia rede para expressar a organização e a comercialização mundiais, fica explícita a conexão em rede estabelecida no mercado mundial. E no caso do Brasil, sua origem remonta ao início do estabelecimento das relações de exploração e, posteriormente, de produção e comercialização estabelecidas com o mercado mundial. A partir do momento em que existe um sistema de produção, tem início a formação de relações de mercado, como uma fase embrionária das redes, quer sejam baseadas em um sistema de relações de exploração, de produção, mercantis, pessoais ou de laços familiares.

O que há de novo são novas formas de redes que emergem no limiar do século XXI. Conforme Dias (2005, p. 12) “a rede e a promessa de transformação da sociedade não constituem, portanto, uma forma recente ou original de representar a realidade”. A autora desenvolve essa concepção a partir de Musso (2003), afirmando que a rede, “na verdade é uma forma re-atualizada a cada inovação técnica” (DIAS, 2005, p. 12).

As redes são imbuídas da idéia de ligação, se materializam por meio das conexões que estabelecem no espaço (nós) entre os atores que as comandam, uma vez que sua formação no território está condicionada pelas ações dos atores nas diversas escalas espaciais, produzindo o aprofundamento das relações e da interdependência entre os agentes. Tal fato ocorre independentemente de seu tamanho e de sua densidade, pois a interdependência, a conectividade, o fluxo, a maleabilidade e a dinâmica são fatores inerentes às redes. O que as diferencia é seu caráter vertical ou horizontal. É ele que define o grau de rigidez nas relações estabelecidas nas distintas formas de rede.

⁶ Utilizou-se este autor por entender que ele aborda as relações conectadas por meio de redes, desde o início da ocupação do espaço geográfico brasileiro, ao reconhecer que a civilização européia vivia sob concepções capitalistas de produção e reprodução e de suas formas de acumulação.

Geralmente as redes horizontais atuam com menos rigidez. Sua formação e sua perenidade de mercado são baseadas na confiança, em laços de vizinhança com ou sem grau de parentesco entre os atores de uma determinada rede. A produção advém da sua própria formação, uma vez que trabalha com a valorização do saber-fazer, resgatando valores tradicionais e embasados no capital social dos territórios.

Não obstante, apesar das redes horizontais estabelecerem profundas relações em nível local, elas mantêm e, em muitos casos, necessitam de relações exógenas, com atores de outros tipos de redes, indiferentemente de suas escalas. Desse modo, se intensificam as funções e a especificidade no território, resultando em diferentes formas e estruturas organizacionais sob a configuração de redes. Em uma palavra: representam um conjunto de localidades e atores conectados entre si. Nesta perspectiva, Corrêa (1997) afirma que:

Esse conjunto pode ser constituído tanto por uma sede de cooperativa de produtores rurais e as fazendas a ela associadas, como pelas ligações materiais e imateriais que conectam a sede de uma grande empresa, seu centro de pesquisa e desenvolvimento, suas fábricas, depósitos e filiais de venda. Pode ser ainda constituído pelas redes de banco e os fluxos de informações que circulam entre elas, pela sede da Igreja Católica, as dioceses e paróquias, ou ainda pela rede ferroviária de uma dada região. (...). Há, em realidade, inúmeras e variadas redes que recobrem, de modo visível ou não, a superfície terrestre (CORRÊA 1997, p.131).

Ainda que este autor não defenda a tese de que as redes sempre existiram no território, ele caracteriza as formas de redes que se estabelecem no território. E é a partir deste estabelecimento que se pode argüir que a presença das redes remonta à instalação do sistema de produção e comercialização do Brasil Colônia, pois há algumas, entre essas redes citadas pelo autor, que desfrutam da convivência e/ou do apoio do poder institucional, o qual ordena o território para a reprodução do capital.

Há uma heterogeneidade de redes que interligam o território. Algumas são visíveis, se apresentam de forma concreta na superfície, outras se caracterizam por formas abstratas, imateriais. Não obstante, ambas podem interligar o território simultaneamente e se constituir em parte intrínseca de uma mesma rede ou de redes distintas. Em essência, as redes são conexões materiais ou imateriais que se

estabelecem entre diversos agentes, por razões sociais, políticas ou econômicas. Na análise das redes, destaca-se que as novas tecnologias intensificam e agilizam seus processos de formação, bem como valorizam aquelas ligadas à informação, provocando a reestruturação de seus próprios agentes. Reforçando estes argumentos, destaca-se Castells (2005), que apresenta a seguinte definição:

Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e da experiência, poder e cultura. Embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda a estrutura social. Além disso, eu afirmaria que essa lógica de redes gera uma determinação social em nível mais que a dos interesses sociais específicos expressos por meio de redes: o poder dos fluxos é mais importante que os fluxos de poder (CASTELLS 2005, p. 565).

O autor igualmente admite que as formas de organização social em redes existiram em outros tempos. No entanto, defende que é o paradigma tecnológico da informação que as dissemina por toda estrutura da organização social. Analisando a origem destas formações, Castells (op.cit.), apesar de admitir a existência de redes no período anterior à revolução nas tecnologias de informação, não explicita a tese de que elas sempre estiveram presentes na estrutura de organização espacial da produção e comercialização.

Nesse contexto, embora a tecnologia da informação propicie a difusão das redes em âmbito mundial, elas se materializam no território em tempo e época diferenciados, conforme o estabelecimento das relações nos distintos sistemas de produção, cujos graus de intensidade também são distintos. Destaca-se que as redes concernem toda a infra-estrutura, permitem o transporte de matéria, de energia, bem como da informação que se registra sobre um determinado território. A partir desta perspectiva, Raffestin (1993) acrescenta que:

A rede aparece (...) como fios seguros de uma rede flexível que pode se moldar conforme as situações concretas e, por isso mesmo, se formar para melhor reter. A rede é proteiforme, móvel e inacabada, e é dessa falta de acabamento que ela tira sua força no espaço e no tempo: se adapta às variações do espaço e às mudanças que advêm no tempo. A rede faz e

desfaz as prisões do espaço, tornado território: tanto libera como aprisiona (RAFFESTIN 1993, p.204).

Conforme o autor, as redes se transformam de acordo com as circunstâncias e o contexto em que se encontram inseridas. Na sua visão, assim como na unidade analítica que rege este estudo, as redes são coordenadas segundo as transformações no modo de produção que as comandam, podendo sofrer alterações no decorrer do tempo, advindas de forças endógenas e exógenas.

Nesse sentido, é importante ressaltar a sua constituição, o seu conteúdo e a sua essência. No caso das redes que atuam nos processos de mudança do meio rural, são as transformações socioeconômicas ocorridas no modo de produção capitalista, com a efetivação da mundialização econômica, no limiar do século XXI (BENKO, 2002) que nortearão as mudanças neste meio e nos agentes envolvidos.

Na seqüência desta linha de pensamento, Santos (1997a) entende que a rede é constituída por agentes sociais e políticos, que transmitem ordens e valores socioculturais, por meio de mensagens, facilitados pelo sistema informacional. Considera-se que são estes agentes que dão sentidos e materialidade às redes. Do contrário, elas não se estabeleceriam no território, tanto no meio rural quanto no urbano. Analisando-se as redes que atuam no meio rural, destaca-se que as mudanças nelas ocorridas são determinadas por atores globais, que controlam o modo de produção capitalista, influenciando na reprodução das redes. Geralmente isso acontece por intermédio das empresas que mantêm relações com o meio rural.

Raffestin (1993, p.207) complementa que “a rede é por definição móvel, no quadro espaço-temporal. Ela depende dos atores que geram e controlam os pontos da rede, ou melhor, da posição relativa que cada um deles ocupa em relação aos fluxos que circulam ou que são consumidos na rede ou nas redes”. Deste modo, fatores que desencadeiam a reprodução de novas redes no meio rural, através da integração indústria/agricultura, podem suscitar a reprodução de outras redes, por aqueles que, conjuntamente com seus atores e produtos, não foram abrangidos pelas empresas agroindustriais.

No Brasil, ou mais especificadamente no meio rural brasileiro, a formação das redes se dá a partir da colonização do território, via metrópole colonizadora. Foi neste período, que se implantou o sistema de exploração baseado na produção colonial e na comercialização na metrópole de produtos agrícolas que se

apresentavam com elevado índice de demanda no mercado e de interesse de muitas organizações européias da época. Tais organizações já desenvolviam sistemas de comercialização sob concepções mercantilistas de acumulação, calcados na formação e expansão do modo capitalista de produção, que se encontrava em processo de consolidação na época. Neste contexto, a expansão das redes ocorreu via comercialização de produtos agrícolas das colônias e venda de produtos manufaturados das metrópoles para as colônias, marcado pelo monopólio comercial metropolitano.

No entanto, o mercado formado pela comercialização de produtos agrícolas e venda de produtos manufaturados era alvo do interesse de outras potências econômicas, que se encontravam inserida no sistema capitalista de produção. As redes que se estruturavam, por sua vez, eram imbuídas da concepção do capitalismo mercantil e até financeiro à época. Embora elas tenham recebido outras terminologias como monopólio, oligopólio ou oligopsônios, por estarem, de um lado, à procura de produtos e dispondo de recursos financeiros para investir na produção e nos mercados, e de outro, à procura de expansão de mercado para seus produtos estruturados em redes espacialmente distribuídas.

Nessa perspectiva, alguns autores como, Paul Claval (1979), embora usando outra terminologia confirme a existência de redes comandadas por atores que exerciam o monopólio das relações em escala mundial. Tais redes determinavam as regras de circulação visando os mercados, pois detinham o comando do estabelecimento dos preços de compra a serem pagos pelos produtos coloniais, bem como definiam a que preço iria ser vendido os produtos manufaturados oriundos das metrópoles. Estas relações de mercado eram extremamente desiguais, marcadas pelo monopólio metropolitano, permanecendo o produtor com a menor margem do lucro a ser obtido nessas trocas comerciais. Entretanto, a substituição e/ou transição dessas relações ocorreu com o surgimento do “oligopsônio comercial e o oligopólio financeiro que, manipulando os preços de compra e fixando exorbitantes taxas de juros, terminaram por conduzir ao mesmo resultado, à dominação do capital mercantil” (MELLO, 1987, p. 69).

Consolidada a expansão das redes de comercialização e por seu corolário, o modo capitalista de produção, se ampliam as fronteiras do capital, consolidam-se as redes de produção e de mercado no Brasil colônia. Neste contexto, não é de hoje que o meio rural brasileiro se caracteriza pela presença de redes de produção e de

comercialização ligadas à economia, quer exportadora ou não de produtos agropecuários, alimentos e matérias-primas.

Na atualidade, essas redes são formadas por atores de classes sociais e por produtos diferenciados. De um lado, tem-se a agricultura patronal, exercida geralmente em médias e grandes propriedades e caracterizada por sistema monocultor. De outro lado, se coloca a agricultura familiar, praticada geralmente em unidades de produção com extensão de área reduzida e/ou localizadas nas “franjas” das grandes e médias propriedades, sob um modo de produção policultor, detendo criatório diversificado. Esta última, predominantemente constituída pela criação de pequenos animais e pelo cultivo de produtos destinados à subsistência e/ou venda de excedente, a qual esteve à margem das redes que se constituíam e se especializavam em produção direcionada aos mercados agro-exportadores.

Por isso, acredita-se que a agricultura familiar⁷ tenha ingressado tardiamente no contexto das redes. Isto teria ocorrido no momento em que se ampliaram os mercados e em virtude da demanda por produtos diversificados, principalmente visando o abastecimento alimentar. Como também pela necessidade de atendimento aos mercados locais e regionais e, sobretudo, como estratégia de reprodução no sistema. Não obstante essas peculiaridades as formas de produção e reprodução no sistema resultam de processos de reprodução do capital, que se instala e se apodera de indivíduos e espaços incorporando inclusive os atores excluídos do sistema. São diferentes facetas do capital: ora cria, ora exclui atores e sua produção; ora recria atores promovendo sua ascensão na metamorfose do processo capitalista, conforme os ditames globais.

Nesse contexto, as transformações que ocorrem no sistema de produção, assim como nos demais sistemas da sociedade, são coordenadas por redes que regem a economia global. Deste modo, o que vai ser produzido, onde e como, tem suas diretrizes comandadas por atores que atuam em redes locais e em redes globais (SCHUMACHER, 1993; SANTOS, 1998).

Como é possível perceber, as mudanças estruturais no meio rural brasileiro passam a ser o reflexo do modo de produção capitalista e de sua estrutura global,

⁷ Entenda-se neste contexto o conceito de agricultura familiar segundo Lamarche (1993, p. 15): “a exploração familiar, tal como concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola, onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”. Ressalvamos que a área do referencial técnico e empírico caracteriza-se pela agricultura familiar praticada em unidades de produção com extensão de área reduzida, bem como localizadas em territórios coloniais e de inserção tardia às relações capitalista de produção.

calçada na Divisão Internacional do Trabalho, que se configura pela presença de um centro que, normalmente, detém uma periferia imediata. Neste cenário, o centro compreende um conjunto de economias industrializadas, contendo estruturas produtivas diversificadas, enquanto a periferia se integra ao centro mediante sua produção primária, com elevado índice de especialização produtiva para exportação (MELLO, 1987).

A própria estrutura econômica global desencadeia processos de transformação, que propiciam alterações na dinâmica, tanto dos espaços considerados centrais como dos periféricos. Estes se alicerçam, cada vez mais, na função das redes, tornando visível sua presença. Nos centros, assim como nas periferias, pode ocorrer a mudança da centralidade do processo no espaço. Nas periferias, as transformações abrangem os distintos setores do processo, inclusive resultando na própria industrialização. Entretanto, este fenômeno não se reflete, necessariamente, em mudança da condição periférica. Uma vez que tal condição se refere ao conjunto do modo de produção global, de sua estrutura e do valor no mercado dos produtos.

É neste contexto que as redes atuam nos distintos meios da sociedade, sejam estas formadas por vínculos de caráter social, econômico, político, tecnológico e, principalmente, por redes de produção, industrialização e de comercialização, se constituindo nas bases do modo capitalista de produção. Essas podem sofrer influência de atores que atuam em diversas escalas espaciais, ou seja, local, regional, nacional ou global. Independente da escala em que atuam os atores das redes, sua função é facilitar conexões entre os atores e a disseminação do modo de produção. Conexões estas facilitadas por intermédio da revolução no sistema de informação e nas telecomunicações, com a difusão do uso da informática.

Nesse sentido, apesar de a Revolução Industrial ter como marco o século XVIII, é no século XX que as mudanças econômicas, tecnológicas, sociais e políticas acentuam-se nos diversos meios da sociedade. É uma nova etapa do processo de globalização, alicerçada pelo modo de produção capitalista, que emerge por meio de mudanças de ordem política e econômica em nível global. O enigma central incide na integração dos mercados, com participação dominante das redes de empresas internacionais, atuando em âmbito global, acompanhadas do princípio de uma revolução tecnológica no sistema de informação e comunicação (BENKO, 2002).

Consequentemente, no último quartel do século XX se intensificaram as transformações nas redes de produção do meio rural brasileiro, ocorrendo mudanças significativas nos diversos ramos de atividades envolvidos nas redes. Principalmente a partir da inserção da modernização, da disseminação da mecanização nos territórios de produção, do processo de globalização da economia e da informação, que atingiram as diversas escalas espaciais e os atores das redes de produção rural de forma diferenciada.

A partir da década de 1970 ocorre a intensificação desses processos de modernização tecnológica, se revelando nas redes de produção e de comercialização atuantes no meio rural brasileiro. Em decorrência provocam alterações significativas na forma de produção e nos produtos dessas redes. Elas se tornam meios para difusão das novas tecnologias no sistema, conforme os ditames tecnológicos do capital, o qual é responsável pela especialização das atividades agropecuárias. Por sua vez, estas atividades passam a utilizar equipamentos, insumos químicos, sementes geneticamente modificadas, sistemas de irrigação, rações e produtos veterinários, entre outros, com elevado grau de conteúdo técnico.

Tudo isso, de acordo com os interesses que privilegiam a especialização produtiva, apregoada como panacéia para garantir o acesso ao mercado competitivo e de qualidade. Geralmente, este mercado é constituído pelas redes de produção, para atender à indústria e promover a integração entre indústria e agricultura, os chamados complexos agroindustriais (SILVA, 1996).

Para que esses novos processos de formação de redes se efetivem, a ação estatal tem sido de fundamental importância na viabilização dos mecanismos. Entre estes, os de assistência técnica, de inserção do conteúdo da base técnica e de pesquisa agropecuária, bem como de instrumentos de fomento à produção rural. Como exemplo, a instituição do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR. Todavia, tal política não abrange as redes de produção rural em sua totalidade, se destinando para determinadas áreas, produtos e classe de proprietários, priorizando interesses industriais. Entre estes, destacam-se as cooperativas e as agroindústrias (MULLER, 1989; ABRAMOVAY, 1998; ESPÍNDOLA, 1999).

O processo de formação das redes no meio rural geralmente inicia com a formação do comércio de produtos da agricultura de subsistência e, posteriormente, segue com a comercialização da produção agropecuária em nível local. Este processo, no tempo, pode se constituir em ator responsável pela formação do capital

comercial e dinamizar as relações entre cidade e campo. Estas categorias, na atualidade, estabelecem relações de interdependência. O campo produz cada vez mais, procurando atender as demandas da cidade e, em decorrência se promovem os serviços, os bens de consumo e a produção nesta última categoria. A cidade, continuamente, organiza suas atividades em função das demandas de seu entorno, constituído pelo rural. São esses processos de produção e reprodução dos atores em distintas escalas que organizam as espacialidades, responsáveis pela dinâmica espacial.

Em áreas de expansão da fronteira agrícola, promovida pelo processo de colonização induzida, também se verifica o aumento da produção agropecuária e da comercialização voltadas para um mercado de maior escala. Em decorrência destas relações comerciais, também se intensifica a constituição do capital comercial em escala local ou regional e se fortalece a trama das redes de produção. Produção esta advinda, em sua maioria, do sistema de integração entre agricultor e agroindústria.

A especialização produtiva, o aumento da produtividade e a conseqüente inserção de melhorias, através das técnicas de produção, são exigências das agroindústrias⁸, pois os sistemas de produção que se formam estão, em sua maioria, alicerçados no sistema de integração e parceria: agricultor/agroindústria.

Nesse modelo de produção, que compreende os complexos agroindustriais (CAIs), os atores do meio rural recebem os insumos necessários à produção de uma determinada empresa, que financia o processo, mas condiciona a venda da matéria-prima. Este modelo apresenta aspectos conjunturais dessimétricos. Por um lado, os atores do meio rural recebem a garantia de mercado para sua produção, mas por outro, perdem sua autonomia sobre o processo produtivo, tendo que se adaptar ao modelo de produção ditado pela empresa parceira. Além disso, os atores que não conseguem se inserir ou se manter no sistema de produção podem ser excluídos do processo produtivo junto aos CAIs. Este é o caso de inúmeros agricultores familiares detentores de pequenas unidades de produção articulados no sistema de integração.

Nesse modelo, as redes de produção adquirem determinadas especificidades: os atores se responsabilizam pela produção; a empresa fornece os insumos e

⁸ Principal agente da inserção da modernização, tanto na produção de matéria-prima, em suas unidades industriais, quanto no fornecimento do aparato técnico-produtivo.

monopoliza a compra e a venda da matéria-prima. Este novo modelo também é responsável pelas especificidades das redes de produção, que vão se constituindo nos territórios, sejam estas integrantes da estrutura de redes que estabelecem relações de produção ligadas aos CAIs, ou como estrutura das redes de produção, que surgem como alternativa de reprodução no modo de produção capitalista sobre espacialidades específicas⁹.

2.2. Estrutura interna das redes de produção

Existem vários tipos de rede interagindo no território, simultaneamente. A própria rede apresenta graus de especificidade na sua estrutura interna, em geral se organizando vertical ou horizontalmente. Nesta perspectiva, Mazzali (2000) define as redes verticais como sendo aquelas que se articulam em torno de uma determinada empresa, que coordena as atividades dos integrantes de uma mesma cadeia produtiva, que compartilham interesses em comum. “Em essência, a “rede vertical” envolve a articulação estreita das atividades de um conjunto de fornecedores e distribuidores por uma empresa coordenadora que exerce considerável influência sobre as ações desses agentes” (MAZZALI, 2000, p. 157-158).

As redes verticais orientam o desenvolvimento em nível setorial, conduzido por forças exógenas, que suscitam o crescimento econômico e não propriamente o desenvolvimento territorial e intersetorial. Nesse caso, a relação de produção da empresa perpassa todas as fases de elaboração do produto, ou seja, desde a matéria-prima e, por meio da integração, atinge até o processo de industrialização, comercialização e distribuição. Esse é o caso da produção agroindustrial, via sistema de integração com a agricultura familiar, que acaba estabelecendo redes, por meio das relações na produção e na comercialização da matéria-prima oriunda do meio rural, mediante a padronização da produção advinda da rede que engloba a agricultura familiar.

⁹ Espaços que contém resquícios da chamada agricultura tradicional policultora, baseado na cultura local e em seu saber-fazer.

As empresas agroindustriais, organizadas em complexos¹⁰, CAIs, com suas plantas geralmente localizadas em regiões constituídas por municípios de pequeno e médio porte, absorvem a produção na forma de matéria-prima do seu entorno. Matéria-prima esta produzida geralmente com especificidade e em escala, em pequenas propriedades, com predomínio de mão-de-obra familiar. Neste cenário, houve intensa reestruturação nas redes ligada às grandes empresas. Como exemplo, as que se encontram instaladas com plantas industriais na Região Centro-Oeste do País. Com objetivo de eliminar entraves para a expansão do capital, aumentar o mercado consumidor e sua escala de produção, permitindo elevar seu poder de influência em novos espaços.

Nesse caso, o capital oriundo de redes verticais não possui identidade com o lugar. Sua instalação e sua perenidade locais dependem da manutenção das condições necessárias para sua reprodução. Nesse modo de produção, a empresa agroindustrial controla todas as etapas. Já o termo rede horizontal tem a seguinte definição em Mazzali (2000):

De um lado, as redes horizontais permitem a padronização dos produtos ou de soluções técnicas de maneira a assegurar a perenidade de um mercado. De outro, possibilitam o controle da evolução das mutações do espaço industrial, garantindo a valorização dos espaços de aplicação do conhecimento gerado e a capacidade de projeção de suas atividades no futuro, protegendo uma parte de seus investimentos irreversíveis contra a erupção brutal de novas opções tecnológicas (MAZZALI, 2000, p. 162-163).

As redes horizontais atuam materializando no território as diretrizes exógenas. Esta materialização pode ser percebida na especialização e no crescimento da produção em escala direcionada, geralmente a transformação agroindustrial. Neste tipo de relação, as variáveis locais se constituem em produtoras de matérias-primas, com elevado grau de conteúdo técnico, caracterizando determinadas regiões, em territórios imbuídos de excelência de produção específica. Assim, as relações de produção garantem o mercado para suas atividades e seu crescimento econômico.

Na concepção de Mior (2005), tanto as redes verticais, como as redes horizontais estariam interagindo nas espacialidades rurais. Nas palavras do autor, os

¹⁰ Os complexos não se reduzem aos CAIs, existem inúmeros outros complexos e em diversos ramos de atividades como, o complexo moveleiro, o complexo metal-mecânico, entre outros.

termos têm a seguinte definição:

O termo rede vertical, refere-se à forma como a agricultura é incorporada em processos mais amplos de produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos e matérias-primas, dentro de uma abordagem setorial do desenvolvimento. Já o termo redes horizontais de desenvolvimento rural refere-se à incorporação da agricultura e dos territórios rurais em atividades que os atravessam e estão imersas nas economias locais e regionais, inclusive urbanas. As redes verticais e horizontais estão associadas à idéia de desenvolvimento setorial e territorial (MIOR 2005, p.57).

Deste modo, as modalidades verticais e horizontais são partes intrínsecas das redes que se instauram nos territórios. Contudo, possuindo diferentes lógicas. Uma vez que as redes verticais se caracterizam pelo desenvolvimento dos setores, mais propriamente do desenvolvimento econômico, relacionado ao crescimento da economia. Já as redes horizontais se caracterizam pelo desenvolvimento das atividades no território, ou seja, no espraiamento das relações, como resultante das ações verticais, incorporando as espacialidades locais e regionais. Diferentemente do entendimento dado pelo autor, que considera a existência do desenvolvimento territorial.

Não obstante, essas reflexões sobre as formas de redes estabelecidas por meio de relações sociais, econômicas e políticas, como possibilidade de processos de desenvolvimento, permitem a discussão de sua existência em escala social, econômica e ambiental nos territórios. A partir das reflexões, são procurados argumentos que indiquem, de uma forma ou outra, a presença de processos que geram o desenvolvimento.

2.3 Redes de desenvolvimento: um termo complexo

No decorrer do século XX, os processos de produção da sociedade e, de modo especial, os que são coordenados sob a ótica do modo de produção capitalista passam a ser questionados quanto à sua maneira de orientar a

terminologia progresso dos sistemas econômicos, como sinônimo de desenvolvimento para as nações. Não obstante, dissertar sobre desenvolvimento não é fácil, pois se trata de uma problemática complexa e que exige reflexão, constituindo-se em um verdadeiro desafio. Este termo, *per si*, é polissêmico, carregado de conotações e se apresenta impregnado de juízos de valores.

As reflexões sobre os processos considerados como desenvolvimento no sistema vigente requerem, pelo menos, que se delineie um quadro conceitual a partir da visão de diferentes autores. Na própria literatura, o consenso sobre o termo encontra-se em constante construção, devido à dualidade de significados inerentes à palavra e às possibilidades do que pode vir a ser considerado desenvolvimento. Por outro lado, são significativamente recentes as discussões acerca das estratégias políticas de desenvolvimento implantadas em nível global e, em grande medida, norteadas pelo modo de produção capitalista.

Esta dificuldade geralmente decorre da necessidade de explicação da crise do chamado modelo de “desenvolvimento” atual, devido aos problemas de ordem social, ambiental e econômica, pelos quais passam tanto nações consideradas desenvolvidas, quanto nações subdesenvolvidas. O âmago da questão reside no fato de que as estratégias políticas de “desenvolvimento” vigentes na sociedade estão despertando preocupações, relacionadas principalmente com a qualidade de vida e com os problemas ambientais advindos de tal modo de produção (Souza, 1997), pois não se pode alcançar bem-estar sem qualidade ambiental, com preservação e manutenção dos recursos naturais.

A partir da década de 1960 e com maior intensidade na década de 1970, estas discussões ganharam relevância em nível global, tendo os ambientalistas como precursores desse movimento. A sociedade passou a se envolver na formulação de novas perspectivas para coordenar as estratégias de desenvolvimento. Dessas décadas em diante, inúmeros fóruns e conferências foram realizados, reunindo dirigentes de nações, academias, organizações não governamentais (ONGs) e representantes dos mais diversos setores da sociedade.

Buscava-se, no relato de problemas e no debate, soluções e propostas quanto aos rumos e às possibilidades a serem trilhadas, para que se promovessem processos de desenvolvimento auto-sustentados. De tais eventos resultam documentos, nos quais convenções, tratados, declarações e protocolos são assinados, visando alterar as ações em prática no modelo de “desenvolvimento” em

marcha, materializado formalmente no direito ambiental internacional e, de modo particular, nos diversos países. Por exemplo, o que constitui, hoje, o Direito Ambiental no Brasil, o qual correlaciona a proteção do meio ambiente ao desenvolvimento socioeconômico (MONTIBELLER FILHO, 2004).

Analisando cronologicamente as discussões acerca da preservação do meio ambiente, aliadas à melhoria das condições socioeconômicas surgiu o conceito de ecodesenvolvimento, que mais tarde foi substituído pelo de desenvolvimento sustentável. O primeiro se tornou conhecido a partir da Conferência de Estocolmo – 72, e o responsável por sua difusão foi Ignacy Sachs, afirmando que “o desenvolvimento e o meio estão indissolúvelmente vinculados e devem ser tratados mediante a mudança de conteúdo, das modalidades e das utilizações do crescimento” (SACHS, 1993, p.7). Para tanto, o autor determina três condições que devem ser respeitadas, em um projeto de desenvolvimento, simultaneamente para que os objetivos da conferência sejam logrados, sendo elas: equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica.

Essas definições e relações possuem conotação, na mesma intensidade, para os aspectos sociais, ambientais e econômicos. Considerando-os como processo que gera desenvolvimento, ou seja, ações que se fazem acompanhar da melhoria da qualidade de vida do ser humano, no presente e no futuro. Contudo, o autor não revela os caminhos de como dispor de uma eficiência econômica, mantendo a prudência ecológica e tendo como princípio fundamental o cuidado do meio ambiente, um misto de fusão do socioeconômico com o ecológico. Por intermédio dessa concepção, Sachs (1993) elabora o que denomina de cinco dimensões da sustentabilidade: social; econômica; ecológica; espacial; e cultural.

O movimento ambientalista, difusor da noção da gravidade dos problemas ecológicos e, conseqüentemente, da crise do chamado modelo de desenvolvimento, possui consciência da urgente incorporação nas ações práticas de medidas ambientalmente mais sustentáveis, as quais não estavam sendo sanadas pelos promotores dos ideais do ecodesenvolvimento. Aliado a isso, no decorrer dos anos de 1980, se acentuou a crise socioeconômica e os problemas ligados ao meio ambiente, em virtude da insustentabilidade daquele modelo de desenvolvimento viabilizado pela economia capitalista. Neste sentido, o conceito de desenvolvimento sustentável contido no Relatório Brundtland de 1988 passou a substituir o conceito de ecodesenvolvimento que, na visão dos ambientalistas, propunha conciliar a

perspectiva ambiental e desenvolvimento, sob uma visão supostamente operacional em relação ao anterior (SACHS, 1993; MONTIBELLER FILHO, 2004).

Foi na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio – 92 que este conceito se consagrou. Sachs (1993) ressalta como ponto positivo desta Conferência a conciliação nas estratégias de desenvolvimento das relações harmônicas entre meio ambiente e desenvolvimento. Esta proposta de um novo paradigma para o termo desenvolvimento tem como premissa, para sua efetivação, um conjunto de variáveis que pressupõe a sustentabilidade, por meio da conjugação da tríade: eficiência econômica, eficácia social e ambiental. Nessa lógica, o almejado desenvolvimento sustentável só seria logrado quando essas três variáveis fossem atingidas sincronicamente.

Apesar da anexação do adjetivo sustentável ao termo desenvolvimento, este não perdeu seu caráter polissêmico, pois a terminologia continuou imbuída da noção de progresso, ascensão. Enfim, é tido como caminho, alternativa para se atingir melhorias. Desse modo, o conceito é apropriado de diferentes maneiras, conforme o interesse do indivíduo, grupo e/ou classe social. Cada um prioriza a variável “entreve” em seus projetos, somente para poder dar continuidade aquilo que já vinha executando em “suas estratégias de desenvolvimento”, ou seja, não há a conjugação da tríade, social, ambiental e econômica. Nesta linha de ação “(...) o desenvolvimento sustentado foi elaborado explicitamente como uma estratégia para sustentar o “desenvolvimento”, não para dar apoio ao florescimento ou à manutenção de uma vida natural e social infinitamente variada” (ESTEVA, 2000, p. 72).

Montibeller Filho (2004, p.292) confirma em seus estudos a impossibilidade da operacionalização do conceito na sociedade e nas diferentes nações, como um todo em longo prazo, ao afirmar que “o desenvolvimento sustentável revela-se um mito, compreendendo dupla dimensionalidade: (...)”. Quanto à dupla dimensionalidade, o autor enfatiza o que denomina de “caráter universal”, abrangendo as reflexões e as discussões que vêm ocupando lugar entre as preocupações dos povos, em diferentes espacialidades geográficas do mundo, sobre o modo capitalista de produção e de reprodução. O autor diverge da idéia de que haja condições de equilíbrio entre desenvolvimento (crescimento) socioeconômico e ambiental, por perceber o conflito de interesses contido nesta premissa em diferentes “práticas sociais”. Ao tratar do que igualmente denomina em

sua dupla dimensionalidade de “caráter particular”, considera que embora esteja significativamente difundido em “escala global” e carregado de uma tendência que atravessa séculos acompanhando a trajetória humana, seja em verdade uma idéia inócua, ao que denomina de “idéia sem correspondência, sendo até conflitante com a realidade”.

Para o autor, o que se pôde alcançar foram casos isolados, com ações que não são norteadas pelo holismo, embora fossem pautadas por variáveis da sustentabilidade, as quais sucumbiram pelo seu caráter emergencial de curto prazo. Todavia, o autor citado ressalta que apesar da comprovação da não operacionalização do conceito de desenvolvimento sustentável em escala global, isto não deve paralisar “os esforços que visam processos de transformação das condições socioeconômicas com uma melhor relação do homem com a natureza (MONTIBELLER FILHO, 2004, p.293- 294)”. Entende-se que no atual estágio de degradação da natureza, tais ações se fazem necessárias enquanto condição de sobrevivência ambientalmente saudável do ser humano e até mesmo do Planeta.

Por isso, neste estudo, se busca alguma concepção teórica de desenvolvimento, que esteja sendo operacionalizada e/ou em construção possível de ser discutida. Em consonância com essa proposta, o economista Schumacher (1993) salienta que é preciso superar as concepções de desenvolvimento que confundem este termo com o de crescimento econômico. Este autor argumenta ser necessário propor uma concepção humanista, que priorize o desenvolvimento humano, para traçar os objetivos da sociedade, que se constituirão nas novas formas vida (SCHUMACHER, 1993).

Das reflexões trazidas até aqui, se pode considerar que os propalados pilares do desenvolvimento industrial, da modernização na agropecuária, dos CAIs e das redes de produção em suas mais diferentes formas, não têm propiciado condições de equidade socioeconômica e nem ambiental. Pelo contrário, atualmente, este novo modelo, em discussão neste capítulo, não oferece futuro às dimensões da sustentabilidade para as relações entre sociedade e natureza. Colocando aqui as palavras de Ignacy Sachs, “acima de tudo, o progresso científico e técnico não cumpriu as promessas de um bem-estar generalizado para o conjunto da humanidade” (SACHS, 1995, p. 31).

Na opinião do autor, a crise atual é, em essência, uma crise de crescimento mimético, irreal e que, portanto, neste contexto, transpor para as nações

subdesenvolvidas o caminho percorrido pelas nações industrializadas resultará, na melhor das hipóteses, em reproduzir a sociedade industrial ocidental para uma minoria. Reprodução esta feita por meio da marginalização de grandes massas da população do meio urbano e do meio rural, mantendo-as longe do desenvolvimento.

Apreende-se esse pensamento, considerando que a própria palavra desenvolvimento traz em si conotações de mensuração, conforme denotado por Souza (1996, p.5): o “desenvolvimento pressupõe mudança, transformação – e uma transformação positiva, desejada ou desejável”. Para ser concretizado em sua plenitude, há de estar presente na cultura – já se sabe de antemão aquilo que se quer atingir. E, mais adiante, esse autor mostra as origens da concepção de desenvolvimento disseminada pelo sistema capitalista, quando afirma que o “o solo cultural onde a idéia de desenvolvimento se enraíza é, por excelência, a modernidade, que por sua vez é uma cria dessa entidade histórico-geográfica chamada Ocidente” (SOUZA, 1996, p.5-6).

Na visão desse autor, desenvolvimento não pode ser entendido como uma fórmula pronta, fechada, um modelo que possa ser transposto de uma sociedade à outra, pois isso, a seu ver, acarretaria em encerrar a discussão sobre desenvolvimento, atribuindo este termo à exploração capitalista ocidental, em seu afã de destruir a etnodiversidade e de “pasteurizar” a cultura. O autor atribui o uso do termo como uma defesa dos interesses e do modo capitalista de viver, arraigado à civilização ocidental.

Para Souza (1996), cada coletividade não só pode como deve estabelecer o seu conceito concreto de desenvolvimento, de acordo e seguindo as particularidades de sua cultura. Desse modo, é obedecendo aos princípios de autonomia sócio-espacial e atendendo aos ditames culturais de um grupo social que se estabelece uma determinada concepção de desenvolvimento.

Procurando apreender o ponto de vista do autor, entende-se que, na atualidade, os processos e/ou as estratégias de desenvolvimento, que podem ser considerados como processos de desenvolvimento são moldados de acordo com as particularidades de cada espaço e de cada cultura. Por isso para que haja uma concepção de desenvolvimento que vai além do crescimento econômico e de algumas variáveis sociais, há que se considerar a importância dos diversos atores (sociais, ambientais e econômicos), conjuntamente com as suas escalas espaciais. Nesse sentido, deve-se investigar a multiplicidade de processos e de

condicionadores do desenvolvimento, que atuam por vias endógenas e exógenas em uma determinada espacialidade.

2.4 Desenvolvimento por vias exógenas e endógenas?

Imbuídos das idéias de Marcelo José Lopes de Souza¹¹, se discute as vias exógenas e endógenas de desenvolvimento, parte intrínseca das redes de produção, no modo de produção capitalista, que atuam como processo de desenvolvimento rural. De acordo com Mior, neste contexto, tanto as instituições como as organizações e os agentes das diversas escalas espaciais seriam responsáveis pela efetivação das políticas de desenvolvimento na espacialidade rural. O autor explica a ação desta responsabilidade, demonstrando-a através do que denomina de “modelo exógeno”, que poderia ser chamado de desenvolvimento agrícola, por se interessar pela produção e circulação por meio de instituições, das quais as locais seriam “meras executoras de ações, ou às vezes de projetos, na sua maioria, formulados em esferas centralizadas” (MIOR, 2005, p.42).

Nesse caso, a análise do autor se baseia em economias de escala e concentração, que geram pólos de crescimento urbano, tendo as espacialidades rurais a função de produzir alimentos e produtos primários para o urbano. Em uma situação como essa, os entraves para alcançar o desenvolvimento rural seriam a baixa produtividade da terra e do trabalho, que se concretizam na marginalização dos produtores rurais, pois somente seriam considerados processos de desenvolvimento, se viessem acompanhados da industrialização, da tecnologia e da especialização agrícola, movidos por estímulo de capital e trabalho. Neste raciocínio, as redes de produção se reproduzem articuladas aos CAIs, com plantas industriais estabelecidas geralmente distante das áreas de produção da matéria-prima, por isso exógenas.

Por sua vez, Mior considera a “abordagem endógena”, a qual, em seu entender, poderia ser “chamada de desenvolvimento rural”, porque depende de

¹¹ SOUZA, M. L. de. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. In: **Território**. n.1, v.1, jul/dez. 1996. p. 5 - 22.

ações e da execução de “instituições locais - regionais” (MIOR, 2005, p.42). Para ele, a base da efetivação do desenvolvimento estaria nos recursos específicos de uma determinada área, os quais poderiam ser naturais, humanos e culturais. E que o desenvolvimento depende do saber-fazer local para se constituir em chave do desenvolvimento¹² rural.

Observa-se que o autor estabelece a diferença entre um modelo exógeno, que nada deseja do lugar, além do que lhe for útil. Na comparação com aqueles indivíduos atuantes em seu meio e que, nele trabalhando e produzindo, criam “apegos”, envolvendo afetividades e desenvolvendo afinidades que não lhes permite trair o lugar. Pelo contrário, estabelecem ações de manutenção e de conservação. Estariam mais próximos de atingir o desenvolvimento. Mesmo assim, seria um desenvolvimento pontual e não coletivo. Portanto, não podendo ser utilizado o termo desenvolvimento local.

Nesta abordagem, considera-se que a definição de desenvolvimento endógeno, defendida por Barquero por ser coletiva, possui possibilidade de ser alcançada, pois este autor afirma que: “o desenvolvimento endógeno propõe-se a atender as necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida”. O autor também se refere aos objetivos que norteiam os indivíduos, ao escrever que para eles: “mais do que obter ganhos em termos da posição ocupada pelo sistema produtivo local na divisão internacional do trabalho, o objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto”. Concorda-se com a descrição do autor sobre o alcance das relações no meio do grupo residente. Principalmente, por explicar que elas ultrapassam os aspectos produtivos: “agrícolas, industriais e de serviços“, e que suas estratégias de desenvolvimento se estendem, “sobre as dimensões sociais e culturais que afetam o bem-estar da sociedade. Isto leva para diferentes caminhos de desenvolvimento, conforme as características e as capacidades de cada economia e sociedade” (BARQUERO 2002, p. 39).

É a partir de nichos de mercado que as redes surgem e podem desencadear processos de desenvolvimento, com base no capital social dos territórios (lugar de vida e de vivência dos grupos sociais). Segundo Putnam (2005, p. 177), conceituam-

¹²O termo desenvolvimento, ainda que não se concorde com a concepção como é utilizada: sinônimo de crescimento econômico ou de progresso técnico optou-se por não substituí-lo no estudo, apesar de entender que este tem, em verdade, outra carga semântica, esboçada nas reflexões.

se pelas “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficácia da sociedade, facilitando ações coordenadas”, uma vez que é considerada uma forma de capital produtivo.

Na visão de Yunus (2000), o termo em referência tem uma intensa conotação de caráter social, partindo da premissa de que o desenvolvimento deve ocorrer por meio do fornecimento de condições de ascendência àqueles que aparentemente nada têm, os mais pobres. Este autor parte do pressuposto que o ser humano, de *per si* é capaz de progredir, de idealizar e realizar o seu projeto de vida, desde que lhe seja dada oportunidade, munida das condições necessárias para tal.

Encerrando a reflexão sobre a possibilidade das vias endógenas e exógenas conduzirem as relações de maneira tal que resulte em desenvolvimento, o que se tem é uma concepção de desenvolvimento pontual e flexível, que nem sempre se adapta ao indivíduo e à sua cultura, o qual se pode denominar de pseudo-desenvolvimento, por não ser um modelo pronto e acabado. Embora se pense ser ele o detentor de condições de bem-estar e de qualidades específicas do lugar. Parafraseando Amartya Sen (2000), o desenvolvimento deve ser compreendido como a condição para a liberdade, baseado na capacidade do ser humano e de sua participação como agente nos processos decisórios que influenciam no cotidiano, e também como cidadão, responsável pelo meio em que vive e trabalha, transformando o ambiente em seu lugar de vivência. Nesta mesma linha de pensamento, Paul Vidal de La Blache (1921) deixou aos geógrafos, como legado, a idéia de lugar como morada do homem.

3 REDES: CONTEMPORANEIDADE DA AGRICULTURA BRASILEIRA

O Brasil contemporâneo tem assistido, no limiar do século XXI, profundas transformações do seu meio rural. Devido a acontecimentos em nível global, que afetam as relações nos sistemas de produção, provocando mudanças nas formas de comercialização, de manejo da produção agrícola e pecuária, alterando as feições das áreas produtoras. Estas áreas buscam a adequação possível às novas formas de circulação da produção para o atendimento dos mercados.

O Brasil, país que historicamente possui comércio internacional de produtos advindos do meio rural, procura orientar suas políticas, adaptando-as às novas formas estabelecidas pelo mercado internacional. Agindo sobre o seu agro, o governo passou a estabelecer novas orientações, incentivando mudanças nos sistemas de produção, adequando-se aos novos tempos. Também houve constante adequação da produção para o atendimento das indústrias que despontavam no espaço nacional e as que aqui vinham se instalar, em busca da matéria-prima a ser transformada e do produto a ser comercializado nos mercados internacionais.

Esse modo de produção, marcado pelas relações em rede, tem suas raízes nos anos de 1960, revolucionando a organização espacial, cujo foco estava direcionado aos meios de circulação e ao atendimento dos mercados urbano-industriais. As mudanças que se operaram indicavam a substituição da mão-de-obra, a intensificação da produção, com o aumento da produtividade, a adoção de insumos que fossem capazes de garantir o aumento da produção, mesmo em áreas nas quais os solos não ofereciam as condições ideais ao processo produtivo. Decorrentes destes processos, aumentam os impactos socioeconômicos, com a expulsão do homem do campo e a perda de mercado para os pequenos produtores. Igualmente ocorreram impactos ambientais, devido ao uso de insumos tóxicos e das grandes extensões de lavouras monocultoras.

Por um lado, a modernização propiciada pela inserção de um novo conteúdo técnico e pela política de crédito rural não abrangeu o rural em sua totalidade, ou seja, a difusão tecnológica não se processou de forma homogênea no espaço geográfico do meio rural e da sociedade Nacional. Ela ocorreu em diversas escalas espaciais, em tempo e em épocas diferenciados, (SANTOS, 1998).

Por outro lado, as políticas ligadas à agricultura brasileira, no decorrer das décadas de 1960 a 1980, não se restringiram apenas ao crédito rural e às subvenções. Houve além do estabelecimento dos preços mínimos para os produtos agrícolas, também o fomento de instrumentos ligados à infra-estrutura, pesquisa e assistência técnica. A política de fomento à agricultura, oriunda dos estímulos estatais, aliados ao atendimento dos mercados. Deste modo, a formação de novos mercados deu origem aos CAIs, que se organizavam em distintas regiões, onde a modernização se encontrava instalada. Estes complexos tiveram início nos setores de cereais e carnes.

Entretanto, na década de 1980, essa política agrícola demonstrou sinais de crise. Tendo início nas restrições do apoio estatal à agricultura, que culminou, na década de 1990, com a redução dos instrumentos de política agrícola, implantados em décadas anteriores. Em outras palavras, restrições ou até mesmo o fim da garantia de preços mínimos, do crédito rural subsidiado e dos estoques reguladores. Tudo isso aliado à uma significativa redução nos recursos públicos destinados à agricultura, qual sejam, infra-estrutura, pesquisa agropecuária e assistência técnica. Além de uma abertura comercial sem precedentes, que marcou esta década com a desregulamentação da economia e a intensificação do processo de globalização.

Desta forma, o meio rural brasileiro, especialmente a agricultura, no final do século XX, foi marcado pela reestruturação dos mercados e da circulação, que neste momento já se apresentavam na forma de redes de produção. As redes formadas a partir dos CAIs promoveram a reorganização da produção e sua distribuição no espaço geográfico dos municípios, quer no meio rural como no urbano. Além do que elas se articularam com as agroindústrias convencionais e com outras redes, que se estabeleceram baseadas em associações de produtores rurais, constituindo-se em agroindústrias de pequeno porte.

3.1 Da formação dos complexos agroindustriais no Brasil às redes de produção

O caminho percorrido pela produção agropecuária, desde a matéria-prima na agricultura até sua transformação industrial e posterior distribuição e

comercialização, envolve uma série de processos executados pelas ações dos atores em diferentes escalas espaciais. São os atores envolvidos nestas relações que materializam a estrutura das redes que, por sua vez, se tornam visíveis na produção. É no último quartel do século XX, mais precisamente no decurso da década de 1980, que a produção interna do País atinge sua fase áurea, estendendo-se pelo espaço Nacional, acrescida do surgimento de indústrias que requeriam, cada vez mais, matérias-primas. Os mercados se ampliaram para a produção agropecuária e se proliferam as cadeias produtivas consolidadas nos CAIs.

No Brasil, existem diferentes enfoques teóricos a respeito dos processos que culminaram com a formação dos CAIs. Neste sentido, a noção de formação dos CAIs pode ser abordada mediante as concepções teóricas de Muller (1989) e Silva (1996).

Em uma das concepções, cada complexo agroindustrial corresponde à parte de uma estrutura maior, formada pelos diversos complexos industriais. Nesta concepção, o complexo agroindustrial seria composto por vários sistemas e cadeias produtivas resultando na estrutura que Muller (1989) denominou de “macro” complexo agroindustrial. Por sua vez, a outra concepção, abordada por Silva (1996), parte do pressuposto de que existem vários complexos agroindustriais, os quais resultam da transição dos complexos rurais aos complexos agroindustriais, os denominados “micro” complexos agroindustriais.

Muller (1989) define o complexo agroindustrial brasileiro a partir do conceito de *agribusiness*, estabelecido nos Estados Unidos na década de 1950, e de *filière*, sendo este último desenvolvido na França na década de 1960. Nesta concepção, o complexo agroindustrial corresponde ao conjunto de atividades que possuem elevado grau de interdependência entre si, inseridas em um espaço econômico determinado, podendo também ser caracterizadas por meio da homogeneidade em sua base técnica. Sendo que cada complexo corresponderia a um conjunto de sistemas e/ou cadeias produtivas, independente dos demais. Neste sentido é que se denomina o complexo agroindustrial de “macro” complexo agroindustrial.

Na concepção de Silva (1996), os CAIs derivam das transformações ocorridas no sistema da agricultura Nacional e teriam se iniciado no Brasil Colonial. Contudo, estas transformações podem ser divergentes de outros autores, que consideram as relações setor rural produtivo com ligações industriais para servir os mercados consumidores.

Para muitos autores, deve-se levar em conta que o complexo industrial, tal como o concebemos na atualidade, tem suas origens no aumento da demanda, que ocorreu com o desenvolvimento da indústria e com o crescimento urbano mundial, os quais determinaram as necessidades por produtos alimentícios, quer *in natura* como transformados. Contudo, não se pode desconsiderar a ocorrência de “micro” complexos agroindustriais, pois inúmeras são as formas como eles se apresentam no momento, visto que as concepções de política econômica de mercado e de circulação do passado se diferenciam das do presente, em que o complexo industrial, articulado com o setor agropecuário, deriva de um estágio moderno do sistema capitalista.

Concorda-se com as afirmações de Müller (1989) sobre a essência das transformações ocorridas entre as relações da agricultura e da indústria, cujo processo de integração entre ambas acabou por consolidar a definição de complexo agroindustrial. Considerando que os referidos complexos absorvem a produção das distintas cadeias produtivas e de suas respectivas redes de produção em fases mais avançadas do sistema capitalista global.

O pressuposto inicial para desenvolver a noção da formação dos complexos agroindustriais, no Brasil, é entender as relações intersetoriais que se estabeleceram entre a indústria e o meio produtivo rural. As relações entre a indústria e a produção rural foram marcadas pela adoção de inovações tecnológicas, influenciadas pela modernização da agricultura, que se instalou em algumas décadas anteriores. Neste sentido, a modernização, em um primeiro momento e os CAIs, em momento posterior, impuseram novas formas de produção no agropecuário Nacional.

Na atualidade, frente a um mercado altamente competitivo, constituído pelas redes de produção articuladas com as agroindústrias, este setor é marcado por padrões de elevado conteúdo técnico, tornando os atores do processo produtivo dependentes dos demais setores, como o mercado, a circulação e o capital. O capital, por sua vez, assume o comando das ações e das relações humanas entre os atores nas diversas escalas espaciais de produção. Este capital que ordena a produção e os processos produtivos encontra-se concentrado em torno das empresas agroindustriais e nos atores promotores do agronegócio, que abastecem o mercado de *commodities*.

Desse modo, as transformações na agricultura brasileira, principalmente entre agricultura e indústria, são marcadas por atores de grupos econômicos em nível

Nacional e estrangeiro. O Estado opera intermediando as questões financeiras, formulando e executando políticas econômicas dirigidas aos diversos atores ligados ao meio rural.

Portanto, as transformações no meio rural brasileiro não ocorreram de forma homogênea. Há espaços rurais em que as mudanças, bem como as reestruturações, não se deram diretamente pela via agrícola, mas sim pela agropecuária. Cita-se, por exemplo, a Mesorregião Oeste Catarinense, na qual a produção agrícola desempenhava função complementar: produzir alimentos para o sustento dos suínos e das aves. Este sistema de produção foi a motriz para a posterior formação dos CAIs na Mesorregião.

Esta nova estrutura no modo de produção, marcada pela abertura dos mercados a partir da intensificação do processo de globalização econômica, promoveu a reestruturação na produção de mercadorias, na circulação e nos mercados. Estas mudanças nas relações entre os atores e seus papéis no processo produtivo condicionaram as novas reestruturações nas redes de produção.

3.2 Reestruturação das redes de produção

As mudanças socioeconômicas, no agro brasileiro, se intensificaram na aurora do século XXI, reestruturando a organização das redes de produção no território Nacional. Essa reestruturação se acentua continuamente com o aperfeiçoamento das técnicas de informação, e esta aliada à aceleração do processo de globalização econômica, proporcionando novos meios para o capital agir à distância no ordenamento dos mercados globais¹³.

Uma nova etapa do modo de produção capitalista e da globalização econômica se consolidou nas últimas décadas do século XX, refletindo na maneira de coordenar as etapas do modo de produção no sistema capitalista e se revelando em diferentes formas sócio-espaciais de organizar os territórios, seja como estratégia de sobrevivência ou resultado do progresso técnico. Porém, o reflexo

¹³ São facilidades de se transmitir diretrizes sob diferentes espaços em tempo real, propiciadas em grande medida, pelas inovações no sistema de telecomunicação.

maior se deu, sobretudo, nas mudanças econômicas, passando de uma economia baseada no modelo fordista, para um modo de produção baseado na flexibilidade (HARVEY, 1999; BENKO, 2002).

Esse fenômeno se manifesta visivelmente nos pólos de crescimento econômico, concentrados em capitais e centros urbanos. Enquanto que as cidades pequenas e médias geralmente não contêm sede de pólos de crescimento econômico e nem possuem concentração de empresas de grande porte. Salvo exceções em que políticas, visando amenizar as desigualdades sociais, estimulam a localização de determinadas empresas, para oferecer novas oportunidades de trabalho às populações marginalizadas no território.

Tais oportunidades são facilitadas em espaços geográficos onde ocorre a desconcentração da empresa industrial e/ou de sua administração, que se transfere de um para outro local, incentivada por políticas públicas, com o objetivo de ampliar seus espaços de atuação e de distribuição do capital sobre o território Nacional. Este tipo de ação visa induzir processos de modernização de setores tradicionais da produção e manter a estabilidade do modo de produção, mesmo que se tenha que recorrer a políticas assistencialistas (KLEIN, 2005). Diferentemente do modo de produção fordista, que era marcado pela rigidez, pela falta de flexibilidade nas estruturas políticas, socioeconômicas e produtivas, aliadas a uma superprodução padronizada, além dos problemas socioeconômicos e ambientais advindos desse modo produtivo.

O novo paradigma de produção flexível se embasa na ação coletiva, na heterogeneidade, na diferença, na criatividade e na integração, com ações entre o setor público e o privado, priorizando a fragmentação e a indeterminação. É um novo regime de acumulação, que David Harvey (1999) denominou de regime de acumulação flexível. Ressalva-se que tal regime não pode ser generalizado para todos os sistemas produtivos e territórios abrangidos pelo modo capitalista. Isto se deve à presença significativa de modos de produção que concernem as formas de produção e reprodução fordistas, conjuntamente com as formas produtivas pautadas pela flexibilidade. Exemplo disso pode ser encontrado na Mesorregião Oeste Catarinense, na qual coexistem formas modernas de produção padronizada dos produtos agropecuários nos seus CAIs e as agroindústrias familiares de pequeno porte, as quais aliam tecnologia e características tradicionais e/ou artesanais.

Todavia, com a transição do modelo fordista de produção para o modelo

flexível, as transformações oriundas da crise fordista provocaram mudanças de cunho político, econômico e social nas relações do modo capitalista de produção, promovendo alterações estruturais e culturais nos territórios. O poder antes centrado no Estado se diluiu em mecanismos de regulação do público e do privado, revelando-se em formas de domínio nas relações de produção em nível global, auxiliando o novo modo de economia flexível na implementação de suas políticas econômicas. Tais alterações no sistema produtivo envolvem desde a produção de matérias-primas e o local da transformação industrial até as relações de produção (HARVEY, 1999; KLEIN, 2005).

Observa-se que os mesmos processos de relações multisetoriais e intersetoriais que promoveram o aumento da produtividade no agronacional geraram assimetrias no seu interior, exigindo adequação. Estas adaptações se materializam nas redes de produção, devido a seu elevado conteúdo técnico, necessitando de processos de inovação tecnológica, constantemente. De modo semelhante, há a revalorização de produtos diferenciados. Ora se cria o novo, ora se revitalizava o velho, com a combinação de estratégias pluralistas, caracterizadas pela inovação. Neste cenário, se consolida a importância de uma produção diversificada, com a valorização do modo de produção flexível em atividades de caráter agrícola e não-agrícola, geralmente por meio de redes de produção ligadas à agricultura familiar.

Essas alterações se refletem nas atividades do agropecuário brasileiro e na sua transformação industrial, instaurando focos de instabilidade no processo produtivo. Estas mudanças se fizeram sentir tanto nas pequenas quanto nas grandes empresas do agronacional. Em alguns casos, houve falências de empresas e o desaparecimento de algumas atividades. Por outro lado, as alterações nos processos culminam em aquisições e fusões de empresas, tornando visível as redes e a difusão desta terminologia para caracterizar, na contemporaneidade, as relações de produção no meio urbano e em seu arredor.

Nos CAIs organizados no Brasil, as estratégias dos atores envolvem, além das adequações da produção da matéria-prima, também a desconcentração das etapas produtivas, marcadas pela terceirização de serviços, cooperação entre empresas, inserção do novo conteúdo técnico e de mudança nos atores socioeconômicos. De um lado, alteraram-se as relações de trabalho, principalmente nas formas contratuais, e de outro, ocorre a redução dos postos de trabalho. Cresce o número de empresas prestadoras de serviços, promovido pela divisão de

segmentos externos na produção.

Não obstante essas mudanças, os processos de produção não se manifestam de forma homogênea no espaço. A dispersão da produção se torna fenômeno constante no território Nacional, extravasando até mesmo o âmbito regional. As grandes empresas atuam para além das áreas metropolitanas e dos pólos de grande concentração populacional. Nos pequenos e médios centros, com economia calcada na agropecuária, há seletividade social e espacial de atores e atividades, resultando, geralmente, em ascensão de pólos econômicos de atração regional. Em tais pólos se destaca a concentração industrial e populacional. Este fenômeno se verifica na Mesorregião Oeste Catarinense, com a desvitalização dos pequenos e médios municípios (BERNARDY et al, 2006).

Há um sensível crescimento das cidades médias no século XXI, com a formação de distritos industriais, os quais foram, em boa medida, responsáveis pela dinâmica dos pequenos e médios centros. Em nível de cidades, as relações são marcadas pela complementaridade e não por sistemas de hierarquia. Neste sentido, Barquero (2002, p. 23) informa que “o importante e representativo de uma cidade não é seu tamanho e sim as funções que desempenha no sistema de cidades”. Eliminaram-se as fronteiras de espaço e de tempo, facilitando o assentamento do internacionalismo entre nações-Estado. Atualmente, as diferenças internas entre cidades, campo-cidade e grupos sociais são determinadas pelo valor de sua produção nos mercados.

Diante deste cenário, a produção agropecuária Nacional, além de se caracterizar por mercadorias com baixo valor no mercado, em relação a produtos com técnicas mais sofisticadas, encontra-se numa situação de dependência de mercados externos e dos insumos da base técnica para o seu agro. Deste modo, o quinhão da economia Nacional se encontra em condições periféricas em relação às inovações tecnológicas voltadas ao processo produtivo e, conseqüentemente, do valor destas mercadorias na economia global.

A inovação na produção é constante, reduzindo-se, inclusive, seu ciclo de produção e de circulação no mercado. São necessidades de consumo criadas pelo próprio modo de produção, visando sua reprodução por meio da influencia nos hábitos culturais. É nesta lógica de mercado que se assenta o modo de produção capitalista, promovendo a reestruturação dos distintos atores e de suas redes de produção.

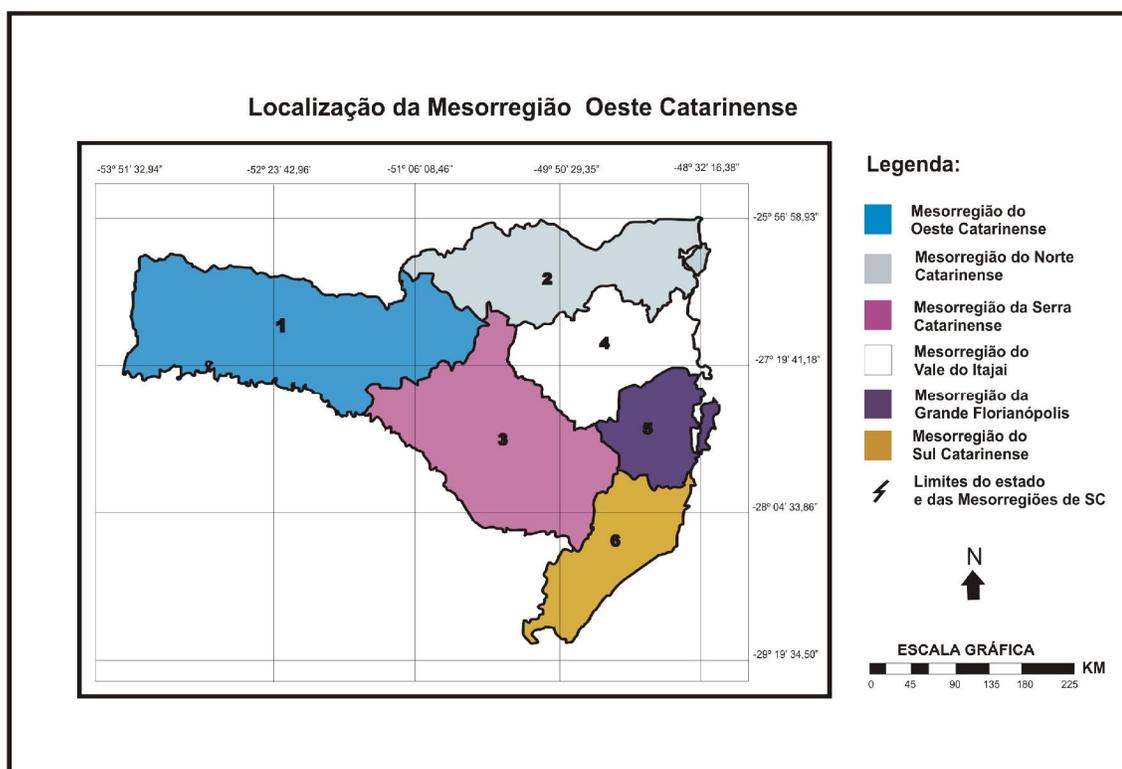
Na atualidade, as redes se revestem de um novo conteúdo, quer seja político, econômico ou social, permeado por processos de transformações nas distintas redes e formas de redes estabelecidas no território. Neste sentido, as articulações entre os agentes extrapolam as fronteiras do ambiente, seja local ou nacional. Trata-se da ação via rede, comandada por diversos atores, e da ação integrada dos diversos setores da sociedade, que estabelecem diretrizes norteadoras das transformações em distintas escalas espaciais. Deste modo, criam-se relações de interdependência entre os agentes, ainda que uns com maior poder de decisão do que outros.

As relações entre os diferentes agentes, principalmente as empresas, evidenciam uma divisão do trabalho intra-rede, de acordo com a especificidade de sua estrutura interna, que se manifesta por redes verticais ou horizontais, como abordam Mazzali (2000) e Mior (2005). As primeiras estão ligadas a setores a montante e a jusante dos ramos da produção, determinados pela produção de máquinas e insumos, e a setores da agro-industrialização dos produtos oriundos da agropecuária. As segundas se referem à produção efetiva do agronegócio, embora norteadas por parâmetros externos e internos da produção local. Estas distintas formas de redes acabam sendo responsáveis pela dinâmica que molda as espacialidades em que atuam.

3.3 As distintas dinâmicas da espacialidade do Oeste Catarinense e a origem das redes de produção no município de Caibi

A investigação das redes de produção exige que se estudem os processos de mudança no meio rural, resultantes de sua formação. Decorrente disto, a análise sobre um determinado meio requer o conhecimento dos processos e fatores que precedem e que desencadeiam a formação dos modelos de produção construídos nos ambientes. Sob esta perspectiva, procura-se efetivar uma releitura dos processos de ocupação e de produção da Mesorregião Oeste Catarinense, responsáveis pela dinâmica desta espacialidade, através dos atores envolvidos na formação sócio-espacial, que colaboraram na solidificação deste espaço geográfico.

A área que tradicionalmente se denomina de região Oeste¹⁴ do estado de Santa Catarina faz fronteira a leste com as mesorregiões Norte Catarinense (nordeste) e Serrana (sudeste), ao norte com o estado do Paraná, ao sul com o estado do Rio Grande do Sul, e a oeste com a Argentina (província de Misiones), conforme pode ser visualizada, figura 6. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, sua unidade espacial denomina-se Mesorregião Oeste Catarinense. Com uma extensão que abrange 27, 484 Km², a qual corresponde a 25% da superfície estadual catarinense, e com uma população total, segundo o censo demográfico de 2000 (IBGE), de 1,06 milhões de habitantes, dos quais 39% residiam no meio rural, distribuídos entre os 118 municípios que compõe a referida Mesorregião.



Fonte: INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2008.

Figura 6: Localização da Mesorregião Oeste Catarinense no estado de Santa Catarina.
Org.: BARÉA, N. M.M. S, 2008.

¹⁴ A partir de 1967 a porção de área do oeste Catarinense, estado de Santa Catarina, passou a ser denominada de Mesorregião Oeste Catarinense em obediência a divisão do Estado em seis mesorregiões, pelo IBGE.

O processo de integração do Oeste à economia Nacional e sua conseqüente incorporação ao modo de produção capitalista ocorreram tardiamente, impulsionados por fatores externos à área. Dentre tais fatores, destacam-se a construção da ferrovia São Paulo - Rio Grande do Sul e a transferência de um expressivo contingente populacional do estado do Rio Grande do Sul para o oeste de Santa Catarina, os quais foram determinantes na formação sócio-espacial, na economia e nos sistemas agrários estruturados durante a formação desta espacialidade geográfica (BERNARDY et al., 2006).

O espaço geográfico que corresponde à atual Mesorregião Oeste Catarinense foi alvo de disputa territorial por um longo período, envolvendo atores diversos em momentos distintos. Em um primeiro momento, no período Colonial, a disputa territorial ocorreu entre Portugal e Espanha. E, em um segundo momento, no século XIX, período das “independências”, a disputa teve continuidade entre o Brasil e a Argentina. Marcando, deste modo, os períodos de disputa territorial, envolvendo atores internos e externos. Data de 1895, o ano em que essa área passou a pertencer, definitivamente, ao Brasil.

O terceiro momento caracteriza-se pela disputa interna entre os Estados do Paraná e Santa Catarina – conhecido como Guerra do Contestado. Salientando que na área havia sido construída recentemente a Ferrovia São Paulo - Rio Grande do Sul, interligando a Região Sul à Região Sudeste. Neste período, a posse da terra foi disputada entre nativos, *caboclos*, fazendeiros e empresas colonizadoras, com suas respectivas organizações, as quais eram formadas pelos atores envolvidos na questão (WERLANG, 2002; HASS, 2003).

Deste modo, configurando-se, de um lado, os posseiros, e de outro, a polícia particular da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande do Sul e o Exército Brasileiro. Tal questão só foi resolvida em 1916, através da intermediação do Governo Federal, por meio de um processo que resultou na eliminação de parcela significativa dos posseiros e na fixação dos limites físicos e políticos do território Contestado, com ganho de causa proclamado ao estado de Santa Catarina.

A partir da resolução das questões fronteiriças, as terras pertencentes a esta área foram concedidas para que as empresas colonizadoras realizassem o processo efetivo de ocupação do oeste Catarinense. De acordo com Poli (1991), na Mesorregião Oeste Catarinense, podem-se identificar fases distintas de ocupação. A primeira fase corresponde à ocupação pelos habitantes nativos. Primeiro foram os

nativos *kaingang*s e, mais tarde, pelos nativos *guaranis*. Esta fase ocupacional prolongou-se até meados do século XIX. Como segunda fase, considera-se a ocupação realizada pela população conhecida como cabocla, a qual sucedeu a população nativa e descende de uma miscigenação entre nativos com brasileiros que lutaram na Guerra do Paraguai e se fixaram na Região, desenvolvendo atividades de subsistência. Atividades estas baseadas no extrativismo e na prática de uma incipiente agricultura. A terceira fase de ocupação caracterizou-se pela colonização, período em que ocorreu a migração de elementos descendentes de origem italiana, alemã e polonesa, em sua maioria, oriundos do Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XX.

O início da colonização na área que hoje é considerada como Mesorregião Oeste Catarinense ocorreu durante o século XIX, a partir do norte, com a ocupação da área por fazendas de criação de gado bovino e, posteriormente, com a extração da erva-mate, por intermédio do interesse das agroindústrias. Entretanto, neste período, o Governo Imperial não demonstrava preocupação com o desenvolvimento socioeconômico da área. A população residente no local estava reduzida a pequenos grupos dispersos, compostos por nativos, caboclos e fazendeiros (WERLANG, 2002).

O século XX se constitui em marco da intensificação da colonização e/ou ocupação efetiva. Mais especificadamente a partir de 1917, sob o comando das empresas colonizadoras, as quais se envolveram em diversos conflitos pela posse da terra com os posseiros, os denominados caboclos, os quais não a tinham como mercadoria, mas como modo de vida, usufruindo da terra exclusivamente para o sustento da família, sem visar o lucro (POLI, 1991; WERLANG, 2002).

Neste contexto, apesar de precárias, já havia rotas de circulação abertas pelo tropeirismo e pela “roça cabocla”, como era denominada a agricultura praticada por este grupo (POLI, 1991), com seus respectivos núcleos populacionais e pontos de parada das tropas de transporte, com gado e mulas para a Região Sudeste do País. Esta fase marcou o período de integração da economia sulina à Nacional, nas áreas auríferas do estado de Minas Gerais, em nível estadual desencadeou a integração do sul com o norte.

As empresas colonizadoras visavam o lucro por meio da comercialização da terra e da madeira. Tal intuito foi concretizado mediante a venda de lotes de terras aos colonos migrantes. Além da venda de terras, em geral, as empresas reservavam

para si a comercialização da madeira e da erva-mate, matérias-primas abundantes.

A concessão do direito à venda de terras pelas empresas colonizadoras ocorria por meio de acordos firmados entre estas e o Governo do estado de Santa Catarina, “numa aliança de interesses entre os representantes estaduais e as Companhias Colonizadoras (HASS, 2003, p.18)”. Geralmente a empresa colonizadora conseguia imensas glebas de terras para a comercialização mediante a abertura de estradas, as vias de circulação. Após estes acordos firmados junto ao Governo do Estado, as empresas partiam para a efetivação da colonização e exploração da área concedida, quer através da extração de madeira ou comercialização de lotes rurais. Sob a prerrogativa de conceder o “progresso e o desenvolvimento” da área por meio da colonização. Não obstante essas peculiaridades, o objetivo primeiro da colonização era estabelecer a integração estadual no sentido leste-oeste.

Igualmente, iniciou o processo de integração e de formação socioeconômica e, principalmente, de posse do território da Mesorregião Oeste Catarinense, pautado por formas capitalistas de produção. Sob os auspícios da integração socioeconômica, a economia Estadual e Nacional visava, primordialmente, a garantia da posse da terra e formação do território. As companhias colonizadoras, por sua vez, desempenharam importante papel na fixação da população. Entre elas, se destaca a Companhia Territorial Sul Brasil, colonizadora responsável por parte da ocupação do oeste de Santa Catarina, aproximadamente 2.772 milhões de metros quadrados, situados entre os rios Chapecó, Uruguai e Antas. No entanto, a garantia efetiva da posse da terra pode ser atribuída ao colono, o qual desempenhou papel de soldado na consolidação da fixação populacional, principalmente a partir da aquisição do título da propriedade, de seu arroteamento e apego, estabilizando a fronteira e formando o território.

Visando efetivar a ocupação, a colonizadora contratou pessoas experientes em assuntos de tal envergadura para coordenar o projeto de colonização. A colonização, em terras da hoje Mesorregião Oeste Catarinense, não atendia a ânsia de lucro das empresas colonizadoras, por apresentar relevo dissecado e coberto por mata densa, inviabilizando os interesses para a formação de grandes propriedades. Consequentemente, as terras foram demarcadas em lotes coloniais com áreas de 20 a 35 hectares. Além destes lotes, foram divididas em chácaras e lotes urbanos.

No período correspondente à colonização, a ocupação se intensificou de tal

modo que, após meio século, grande parte do oeste Catarinense já se constituía em municípios, com predomínio de pequenas propriedades e produção desenvolvida em unidades familiares (WERLANG, 2002). Os agrupamentos em lotes de colonos, por área, foram realizados de acordo com sua origem étnica e credo religioso, para evitar os conflitos e facilitar a formação de núcleos populacionais. A divisão das localidades e o retalhamento dos lotes foram efetuados conforme os cursos d'água e os divisores de altitudes, cotas altimétricas mais elevadas. Deste modo, os sistemas agrários foram surgindo de acordo com as condições físicas dos lotes, as especificidades naturais e a herança cultural do grupo familiar em obediência as necessidades de consumo dos grupos migrantes.

A vinda dos migrantes gaúchos, descendentes de italianos e alemães, era incentivada mediante a propaganda das terras. Segundo os agentes colonizadores, as terras produziam de tudo, o que se plantava se colhia, pois se tratavam de solos férteis. Além da propaganda da existência de terra barata e fértil, entre os fatores decisivos que contribuíram para a migração sul-rio-grandense no oeste Catarinense, pode-se destacar o momento histórico vivido no País, no final da década de 20 do Século passado: o clima de agitação provocado pela recente Revolução Paulista; o movimento da Coluna Prestes, contrários ao Governo Federal; o esgotamento dos solos nas chamadas colônias velhas do Rio Grande do Sul; e os resquícios da Lei de Terras, no Brasil, datada de 1850, determinando a comercialização de terras por venda a dinheiro. Assim o Império eliminava a posse da terra por caboclos (POLI 1991; PESAVENTO, 1997; WERLANG, 1999).

No entanto, não se pode caracterizar o povoamento da Mesorregião Oeste Catarinense por fases sucessivas, mas entendê-lo por meio de um processo que envolveu a superposição aos residentes anteriores. Uma vez que nativos e caboclos foram excluído pelo sistema, vivendo em condições periféricas a partir da colonização, tanto cultural, quanto socioeconômica (POLI, 1991; RENK, 1999).

Na contemporaneidade, o oeste Catarinense caracteriza-se por uma economia agrícola. Com atividades urbanas e rurais dependentes da agropecuária, na qual predomina a agricultura de caráter familiar, desenvolvida em pequenas unidades de produção, que estabelecem relações com as redes de produção. Estas podem ser tidas como um fenômeno que se manifesta a partir da ocupação territorial, com a prática de atividades econômicas. Portanto, elas são anteriores à divisão da área em pequenas propriedades e sua formação está associada aos

ciclos econômicos da Mesorregião.

De acordo com Bavaresco (2005), ao longo da formação e consolidação territorial da Microrregião do Extremo-Oeste Catarinense, podem ser identificados quatro períodos distintos na economia regional: o período da pecuária, o período da erva-mate, o período da madeira e o período agroindustrial. Estes períodos podem ser estendidos a praticamente toda a Mesorregião Oeste Catarinense, uma vez que esta Mesorregião e suas Microrregiões compartilham traços, períodos e atores semelhantes em sua formação sócio-espacial, bem como na consolidação territorial.

O período caracterizado pela pecuária, identificado como primeiro período da economia regional, desenvolveu-se a partir do norte da Mesorregião Oeste Catarinense, com a ocupação de área em terras de campo, criando bovinos sob sistema de produção extensiva. O objetivo maior desta ocupação era a garantia da posse de área. Neste período, se estabeleceram redes de comércio de bovino e de compra de produtos, principalmente gêneros alimentícios. Porém, tais redes não eram expressivas, devido à existência de uma incipiente produção e venda de gado, e da baixa demanda local com reduzido consumo, conseqüentes da presença de poucos povoados.

Desse modo, a circulação local se resumia às relações estabelecidas por meio do comércio de produtos com a Argentina, facilitadas pela proximidade, e com o estado do Rio Grande do Sul, quer como comércio de produtos ou pelos caminhos que levavam à área aurífera brasileira, no estado de Minas Gerais. Lembrando que o período econômico Nacional, nesta época, era o do ouro e que ele possibilitou o crescimento de uma economia complementar, os denominados ciclos econômicos regionais.

No caso da Mesorregião Oeste Catarinense, o período da pecuária, formado pela rede de produção calcada no gado bovino, entrou em decadência juntamente com o período econômico Nacional e não trouxe grandes contribuições para o crescimento econômico local, pois a economia da Mesorregião era dependente da área aurífera. Em resumo, o oeste Catarinense não possuía um mercado interno dinâmico para seu principal produto, o gado, nem uma formação socioeconômica consolidada.

Em decorrência das poucas vias de comunicação e circulação local, não houve, neste período, um acúmulo de capital significativo, capaz de impulsionar o comércio local e a instalação de indústrias. Além de insignificantes em termos de

crescimento socioeconômico, no oeste, as redes de produção e comercialização deste período operavam com a transferência de capital para outros territórios. Neste caso, para o estado vizinho do Rio Grande do Sul, para estados hoje componentes da Região Sudeste e para a Argentina.

O período caracterizado pela erva-mate também se desenvolveu como economia complementar. Neste, a comercialização da matéria-prima, erva-mate, em nível internacional com o país vizinho, a Argentina, e em nível Nacional com os estados do Paraná e Rio Grande do Sul. No entanto, as relações comerciais eram mais intensas com a Argentina, devido em grande parte, à maior facilidade de circulação, embora elas fossem realizadas por meio do transporte animal. A erva-mate era transportada por muares e tropas de gado, que retornavam com produtos de consumo comprados no País vizinho.

Essa rede de comercialização não trouxe grandes benefícios socioeconômicos para a formação sócio-espacial de Santa Catarina, uma vez que se realizou em terras devolutas. Sobretudo em regime de contrabando, praticado por argentinos e caboclos. Neste contexto, formam-se redes por meio do extrativismo e da comercialização entre os caboclos habitantes da região, os comerciantes atravessadores e os moradores de áreas próximas do País vizinho. Todos eles considerados grandes consumidores do produto, que compravam a matéria-prima para industrialização e comercialização.

Para a Mesorregião Oeste Catarinense, restava o produto *in natura*. Houve algumas iniciativas de pequenas indústrias (soques), que não progrediram na industrialização, e de uma pequena população que ocupava a Mesorregião, formada basicamente por caboclos, os quais viviam com seus parques haveres, levando uma vida praticamente nômade. Este período foi marcado por atividades extrativistas e por uma agricultura incipiente, caracterizada pelo plantio de milho e feijão e pela criação de animais. Com destaque, para o criatório de suínos, aves, eqüinos e bovinos. Este sistema agrário se realizou sem a posse legal da terra (RENK, 1997).

Este período teve o seu declínio com a diminuição da aquisição da matéria-prima erva-mate pelo país vizinho, devido ao baixo índice de industrialização do produto na área ou em áreas próximas. Fatores estes, aliados às dificuldades de circulação entre o local da produção e os mercados consumidores, uma vez que a Mesorregião Oeste Catarinense possuía entraves de transporte para realizar sua integração Estadual e Nacional, o que favoreceu o término deste período.

O período em que predomina as atividades de extração de madeira coincide com o processo de efetiva ocupação populacional, a fase da colonização. Com a qual o Governo Estadual objetivava promover a integração da Mesorregião, visando o seu crescimento econômico e, principalmente, a garantia da posse territorial. Neste período, os grupos recém estabelecidos nas terras da Mesorregião e as empresas colonizadoras se envolveram na retirada da madeira para comercialização. A madeira, recurso abundante nas terras teve sua exploração realizada pelas empresas colonizadoras e proporcionou a instalação de indústrias madeireiras. De início, a produção madeireira escoava pelos rios, apesar destes não oferecerem boas condições de navegabilidade, além disso, dependiam do regime das chuvas.

O período madeireiro não se constituiu como capital base para fomentar o surgimento de outras atividades e o crescimento das existentes, pois se resumia à comercialização da madeira e de terras aos colonos migrantes. Sendo que ambas as atividades estavam concentradas nas empresas colonizadoras e/ou se realizavam por intermédio delas.

Apesar de não ter proporcionado o surgimento de outras atividades produtivas, o período madeireiro desempenhou função de economia complementar em nível regional, serviu de aporte financeiro para os grupos migrantes durante a fase de colonização e gerou emprego. Outras formas de renda também foram surgindo, como a abertura de estradas para escoamento da produção. Não obstante as peculiaridades deste período e as dificuldades de comunicação e circulação, que já eram inerentes ao oeste Catarinense, foi a partir de então que se intensificou e se consolidou a formação sócio-espacial e as redes de produção e comercialização. Isto se, deve em grande parte, à efetiva ocupação populacional e posterior surgimento de atividades econômicas.

Destaca-se nesse período, a formação de uma dinâmica econômica regional e a sua integração no cenário Estadual e Nacional, cujas relações decorrem das atividades e funções que as madeireiras desempenharam no contexto regional e na geografia estadual de Santa Catarina, consolidando algumas redes de produção e comercialização.

Após o período da madeira, e/ou concomitante a ele, se intensificou a prática da agropecuária. Com uma produção agrícola diversificada (mandioca, batata, feijão e milho) visando à subsistência e que apresentava excedentes de produção

estimulando o criatório de animais para o consumo, o trabalho na lavoura e o transporte. Destaca-se a produção de milho, cereal utilizado principalmente na alimentação dos suínos, cuja criação e venda do criatório foi responsável pela dinamização econômica dos futuros atores.

O mesmo excedente que estimulou a diversificação nas unidades familiares de produção (estabelecimentos) permitiu a aquisição de outros produtos considerados de necessidade e que não eram produzidos nas unidades familiares. Deste modo, alicerçou-se um mercado local sediado na cidade e abastecedor do rural. As relações que se seguiram foram responsáveis pela dinâmica econômica local. De maneira que o excedente e o comércio foram frutos da cultura do migrante servindo de suporte para consolidar o período econômico posterior. Por meio das relações estabelecidas entre agricultores e comerciantes, ganhou impulso a forma capitalista de produção na agropecuária Regional, consolidada com a formação dos núcleos urbanos e com as melhorias das vias de transportes e comunicação.

Dentre as atividades agropecuárias, a criação de suínos tem destaque na configuração do atual período agroindustrial. Ainda em meados do século XX, mais especificadamente a partir da década de 1940, se instalaram frigoríficos para o abate de suínos e posteriormente foram implantadas unidades de industrialização de carne e derivados. Também é devido a esta Mesorregião o pioneirismo no sistema de produção integrada. Salienta-se que a rede de produção e comercialização de suínos é anterior a instalação dos frigoríficos na Região.

As redes de produção estabelecidas tinham como atores em suas relações os produtores e comerciantes catarinenses, e os mercados localizavam-se em São Paulo e Rio Grande do Sul. Tal fato se deve à abundância do criatório e de matéria-prima na Mesorregião, estimulando a instalação de indústrias de processamento de carne e derivados. Deste modo, os frigoríficos e, mais tarde, as agroindústrias, em seus vários ramos da atividade, calcadas em sua maioria no sistema de integração, promoveram rupturas nas relações tradicionais e impuseram novas relações de produção.

A produção diversificada, na qual o agricultor produzia a nova lavoura com as sementes que ele próprio selecionava e guardava e utilizando pouco insumo foi sendo substituída frente ao esgotamento dos solos e pela inserção de novas técnicas de produção. Resultando em aumento da produtividade e em novas formas de como orquestrar o processo produtivo e o crescimento econômico Regional.

Decorrente de tais alterações, na Mesorregião Oeste Catarinense, se estabeleceu novas relações de produção: o comerciante, figura importante no início da colonização, nas transações de venda e compra com o agricultor, cedeu lugar ao capital da rede bancária e industrial. Além destes, o Estado, visando estimular o aumento da produção, subsidiou o plantio de trigo e soja. No entanto, o trigo e a soja não se constituíram em atividades de relevância nesta Mesorregião. Dentre os entraves para a produção, pode se citar a pequena área das unidades familiares de produção rural e o relevo, que apresenta elevado número de áreas dissecadas e impróprias à mecanização.

Nessas novas relações, o sistema de produção integrada entre agricultor e agroindústria assume a condição de válvula motriz do processo. Neste caso, a agroindústria fornece os insumos para a produção e condiciona a compra da matéria-prima. Assim, o agricultor tem a garantia de mercado e o financiamento da produção e a agroindústria assegura para si a produção regular de matéria-prima.

Além da produção de suínos, o período agroindustrial se destaca nas cadeias produtivas da avicultura, iniciada nos anos de 1970, mais tarde a fumicultura e, mais recentemente o leite e a produção de energia elétrica por meio do uso da fonte hidráulica. Estas cadeias produtivas são responsáveis pela formação de distintas redes, através das relações estabelecidas na produção e na comercialização de produtos agropecuários, envolvendo atores nas diferentes escalas do processo produtivo. Isto é, se estabelecem redes de produção, comercialização, industrialização e distribuição da produção agroindustrial, consolidando o processo de formação sócio-espacial da Mesorregião, assegurando-lhe destaque no cenário Nacional e Internacional da produção de alimentos derivados de uma agropecuária com elevado índice de qualidade.

Embora a Mesorregião tenha passado imune à crise provocada pela inserção da modernização agrícola no Brasil, (anos de 1960), na década de 1980, manifestavam-se os primeiros sinais de crise na Mesorregião, localizada na atividade da suinocultura. Em boa medida, esta foi responsável pela reestruturação do modelo de produção agroindustrial se acelerando na década de 1990, atingindo as demais cadeias produtivas e suas respectivas redes de produção e comercialização.

A crise iniciada nos anos de 1980 e intensificada na década de 1990 proporcionou maior especialização produtiva, elevando os índices de produtividade e

qualidade e acirrando os processos de competitividade. O sistema de produção da policultura diversificada que havia anteriormente, foi substituído por outro que segmentou o ciclo, até então o modelo atendia a um sistema de produção com ciclo de criação completo, especialmente no caso dos suínos. Com aumento na quantidade refletindo-se no volume de produção, resultou na concentração espacial e social das atividades. As redes de produção passaram a dar prioridade de parceria e conseqüentemente de comercialização aos produtores detentores daquele volume de produção quantitativamente significativo.

Resultante desta nova dinâmica processual, as redes de produção tem sido responsável pela redução do número de atores nas distintas redes atingidas pela crise, através da extinção e/ou transferência de plantas industriais da Mesorregião para outras áreas. Provocando exclusão de atores e empresas de pequeno porte, intensificando o êxodo rural e aumentando o crescimento demográfico nos pólos regionais. Esta situação tem promovido estagnação econômica e migração populacional de pequenas cidades para outros centros urbanos, representando retrocesso institucional em esfera municipal, além de retrair o processo de emancipação. Cogita-se, inclusive, em alguns casos a (des) municipalização de centros em processo de desvitalização. Além disso, reduz-se a autonomia dos atores que se mantiveram no sistema de integração (IBGE, 1996, 2000).

Dessa maneira, as transformações socioeconômicas ocorridas em nível global se refletem nos processos de mudanças em distintas dimensões de tamanho das espacialidades e seus setores da produção, deflagrando, no limiar deste século, necessidades de alianças entre as empresas e os atores que fazem parte de distintas redes de produção e comercialização, as quais emergem como resultado de estratégias para se manterem competitivas no mercado mundial. A partir deste cenário, se configuram as redes de produção nesta espacialidade Regional definindo suas estruturas, seus processos, suas funções e caracterizando as formas da contemporaneidade das relações de produção e reprodução na Mesorregião Oeste Catarinense.

Na espacialidade geográfica do município de Caibi/SC, as redes de produção que se fazem presente têm apresentado comportamentos distintos em suas atividades junto aos atores envolvidos e de acordo com seus sistemas produtivos, desde a sua gênese até a contemporaneidade, sem deixar de considerar que esta

espacialidade se caracteriza por uma inserção tardia nas formas capitalistas de produção.

O processo efetivo de ocupação desta espacialidade ocorreu na vanguarda do Século XX, advindo do desejo da garantia de posse territorial por parte do Poder Público Estadual e Nacional. Apesar de que, nesta área, segundo a história de vida local, já existiam povos nativos que a habitavam. O processo de colonização iniciou mediante a comercialização das terras, por determinada empresa colonizadora, incentivada com a vinda de migrantes de outras áreas. Estes geralmente eram indivíduos oriundos de áreas onde se praticavam atividades relacionadas à agropecuária, como foi o caso dos descendentes de italianos e russo-alemães, que se estabeleceram em unidades de produção familiar de pequena dimensão de área.

A área das propriedades, em sua fase de ocupação, possuía a dimensão de vinte e cinco hectares, porém esta medida não era homogênea a todas as unidades de produção. Atualmente ainda permanece o caráter heterogêneo quanto ao tamanho de área como o de produção, podendo se encontrar unidades de produção que ocupam estratos de 0 (zero) a 15 hectares, como também algumas apresentando unidades de áreas acima de 100 hectares.

O arroteamento dos sistemas de produção sofreu inúmeras transformações desde a época da colonização. Atualmente, as redes de produção e seus sistemas produtivos se caracterizam pela presença de diversos atores que compõem suas tramas e que se afiliam a processos de relações exógenas e endógenas. Estas duas formas de relação podem se constituir por aqueles que fazem parte de uma determinada rede ou de ambas concomitantemente (exógena e/ou endógena).

Nessas relações é possível encontrar formas de produção heterogêneas, com produtos, atores e atividades que diferem em suas condições econômicas e sociais. Isto pode ser observado nas redes de produção estabelecidas em nível horizontal e vertical e se concretizando na espacialidade local por meio de relações endógenas e exógenas. Em verdade, essas redes estabelecidas por meio de relações de produção se modificam constantemente, por meio de sua reprodução no sistema que atestam a dinâmica da organização da espacialidade geográfica em questão.

Nesse contexto, velhas e novas formas de redes se transformam em um movimento que, embora contínuo, está imbuído de contradições e antagonismos conforme avançam as relações capitalistas de produção, atores e atividades se reestruturam mediante processos de inovação e de aprendizagem.

A seguir, cumprindo os objetivos dessa investigação, procura-se a revelação das dinâmicas entrelaçadas por meio da produção nas relações intra e inter-redes e seus atores.

4 DINÂMICA DA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL NA TRAMA DAS REDES: INTERFACES DOS ATORES NAS REDES

O modelo de análise local idealizado no capítulo que trata da metodologia e de seus procedimentos é retomado para sua conjugação com a matriz teórico-conceitual prevista para o conhecimento do objeto, uma realidade concreta, que ocorreu por fases. Preliminarmente se realizou o diagnóstico sobre a espacialidade, visando conhecer as especificidades do sistema, reconhecendo seus subsistemas e orientando as variáveis de estudo selecionadas, de acordo com o objetivo geral e os objetivos específicos. O sistema idealizado a partir do diagnóstico revelou os subsistemas: histórico, político, ambiental, tecnológico, econômico, cultural e social, permitindo sua aplicação, chegando ao entendimento, em profundidade da dinâmica da organização da espacialidade geográfica do município de Caibi na trama das redes, figura 7.

Lançando o olhar na história da colonização do município de Caibi, ela se diferencia por dois períodos de ocorrência de ocupação próximos, mas distintos em relação aos grupos colonizadores. O primeiro período datado da década de 1920. Mais precisamente do ano de 1926, que foi marcado pela chegada dos descendentes de italianos, oriundos do estado do Rio Grande do Sul. O segundo período da ocupação ocorreu na década de 1930, por volta de 1932, com a chegada dos russos - alemães. Apesar da ocupação de Caibi possuir estes dois períodos, segundo informações de filhos de pioneiros da colonização, ela não ocorreu somente nestas duas décadas. A área que corresponde atualmente ao território caibiense foi sendo ocupada paulatinamente nas décadas seguintes, principalmente por levas de agricultores de etnia italiana, que migravam do Rio Grande do Sul em busca de “terra melhores”¹⁵.

No primeiro período da colonização, foram ocupadas as áreas que correspondem atualmente às Linhas de Santo Antônio e São José, identificadas na figura 8. Nestas localidades, predominam áreas planas, podendo ser consideradas como porções expressivas desta geomorfologia no Município, apresentando relevo dissecado em pequena proporção.

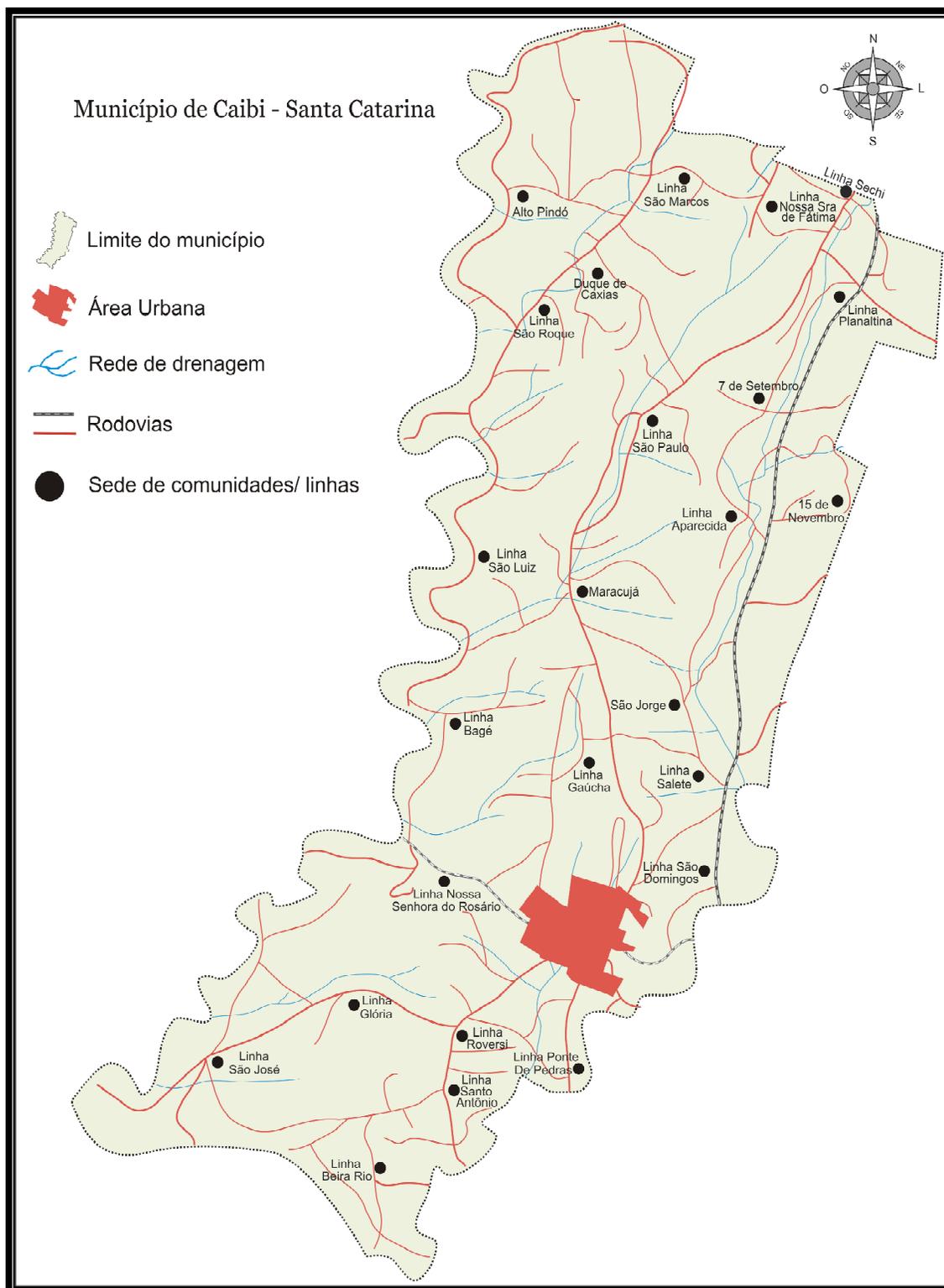
¹⁵ Informação obtida por meio de entrevista e em fontes documentárias locais.



Figura 7: Modelo sistêmico de análise, subsistemas e elementos.
Org: BARÉA, N. M. M. S, 2008.

Fato análogo também ocorre na Linha Roversi e na porção norte, mais precisamente na Linha Fátima. Nas demais localidades há o predomínio de relevo dissecado.

A área seguinte a ser colonizada, por volta de 1930, e que corresponde ao segundo período de ocupação caracterizou-se pela etnia russo-alemã, que se estabeleceu às margens do Rio Iracema, hoje Linha Bagé, (ver figura 8). Nesta localidade, o relevo apresenta elevado índice de áreas dissecadas, com apenas algumas áreas planas, sobretudo nas proximidades da hidrografia principal, área limítrofe com o município de Riqueza. Foi nesta década que ocorreu às ocupações nas Linhas Roversi e São Domingos. Esta última corresponde atualmente, em sua maior porção, à área urbana do Município, (ver figura 8).



Fonte: Prefeitura Municipal de Caibi/SC, 2007.

Figura 8: Divisão municipal de Caibi e localidades.
Org.: BARÉA, N. M.M. S, 2008.

Segundo os entrevistados, também data desta década a ocupação das Linhas São Jorge e Salete. Com o passar dos anos, foram sendo ocupadas as Linhas Maracujá, São Paulo, Planaltina e Fátima, sempre com predominância da etnia italiana, vinda geralmente do Rio Grande do Sul, dos atuais municípios de Ilópolis, Arvorezinha, Encantado, Garibaldi, Guaporé e Anta Gorda, entre outros.

Na década de 1920, quando chegaram os primeiros colonizadores, o território era coberto por mata densa, conforme ainda lembra alguns dos filhos dos primeiros ocupantes, “isso aqui era tudo mato quando nossos pais vieram, dispunha-se somente de algumas picadas para se chegar até aqui”¹⁶, figura 9.



Fonte: Pesquisa de campo, acervo particular Helga W. Schneider, BARÉA, N. M. M. S, 2008.
Figura 9: Ambiente no qual se instalaram os russo-alemães, linha Bagé, Caibi/SC.

Lembrando que o município, assim como a Mesorregião Oeste Catarinense, se caracterizou por um processo de colonização tardia em relação ao estado de Santa Catarina. Sua inserção nas relações socioeconômicas capitalistas de produção ocorreu por intermédio de ações do Poder Público Estadual, que visava, além da integração econômica desta área à economia Estadual, garantir a posse territorial. Uma vez que essa Mesorregião localiza-se em área de fronteira, com o país vizinho, a Argentina. Nesta premissa de assegurar a posse territorial, surge a

¹⁶ Dado unânime entre os entrevistados filhos de pioneiros dos colonizadores, em diálogos informais no ano de 2007 e em trabalho de campo realizado nos meses de agosto e setembro de 2008.

necessidade de colonização da Mesorregião Oeste Catarinense. Para isso, o Poder Público Estadual concedeu extensas áreas de terras a determinadas empresas, para que estas realizassem a colonização.

Grande parte da colonização da Mesorregião Oeste Catarinense ficou sob comando da empresa colonizadora Companhia Territorial Sul Brasil. Fato este que pode ser confirmado nas entrevistas com alguns filhos de colonizadores. Uma vez que a área em que se localiza o município de Caibi situa-se na zona de abrangência do processo de colonização desta empresa, a qual demarcava áreas das chamadas “colônias”¹⁷. A empresa colonizadora vendia as terras e assegurava para si grande parte da madeira existente. “O Culmey¹⁸ retirou todo o cedro, quando se comprava as terras não sabíamos que ele iria retirar esta madeira, isto se tornou fato de revolta entre alguns agricultores”. Este relato revela que no início do processo de colonização houve relações de exploração e acumulação. Assim, o acesso a terra também revela relações de exploração sobre aqueles que se identificavam como “colonos”.

Conforme informações dos entrevistados os colonizadores desta espacialidade geográfica já praticavam atividades relacionadas à agricultura e pecuária nas áreas de onde provinham. Seus descendentes relatam que alguns atores já vieram providos de recursos financeiros para o pagamento das terras, bem como de que outros chegaram aqui somente com seus poucos pertences e sua família, trazendo consigo esperança e força de vontade para iniciar uma nova vida, com expectativa de dias melhores. Fato este comum entre os colonos oriundos do Rio Grande do Sul, que deixavam sua morada no Estado vizinho, onde os solos se encontravam exauridos devido aos anos de cultivo intensivo a que eram submetidos. Também havia o fator terra, como limitante para reprodução destes atores, pois as famílias de seus antepassados eram numerosas. A partir desta premissa, pode-se inferir que se necessitava de mais terras para abrigar filhos e netos dos colonos do Estado Gaúcho.

Em um primeiro momento, os colonos se dirigiram para áreas de floresta, ainda intactas, no próprio Rio Grande do Sul, formando as chamadas colônias

¹⁷ Áreas de terras, em geral, correspondentes a vinte e cinco hectares (25 ha).

¹⁸ Carlos Culmey era diretor da Companhia Territorial Sul Brasil, de nacionalidade alemã, formado em engenharia civil, tinha experiência em projetos de colonização. Por isso, foi contratado por tal empresa para efetivar o processo de colonização na área (WERLANG, 2002).

novas. Quando estas se tornam insuficientes para tamanho contingente de migrantes, passaram a se locomover em direção ao oeste de Santa Catarina, que ainda dispunha de áreas com tais características. Alguns entrevistados afirmaram que no Rio Grande do Sul comentava-se, “que aqui havia terra boa, que tudo que se plantava se colhia, dava de tudo o ano inteiro”. Fato este confirmado por eles, pois realmente os solos da espacialidade Municipal eram férteis.

Fato semelhante, quanto às condições do lugar, principalmente da terra, ocorreu com os russo-alemães vindos da Sibéria, que se estabeleceram na Linha Bagé. No entanto, os motivos que influenciaram sua imigração para o Brasil diferem dos colonos gaúchos de etnia italiana. A região de onde provinham havia sido afetada pela Primeira Grande Guerra Mundial, que se estendeu de 1912 a 1918. Apesar de a Guerra ter cessado, na década seguinte, a Rússia e sua área de abrangência geopolítica, entre estas a Sibéria, ainda era assolada pelos conflitos gerados neste episódio. Entre estes, os filhos dos descendentes de imigrantes entrevistados relatam a instauração do Comunismo, que causou enorme sofrimento para a população, que além de encontrar-se aterrorizada com a Guerra, passou a ser perseguida pelo Governo Russo de Stalin, principalmente os de etnia alemã, que viviam em território sob jurisdição Russa. Sua vinda ao Brasil foi incentivada pelo Governo Alemão, através de um órgão chamado *Weltkonvente*¹⁹. Conforme relatado nas entrevistas, cada imigrante descendente de etnia alemã, que vivia na Sibéria, recebia certa quantia em dinheiro para se estabelecer no Brasil.

Analisando-se as informações obtidas nas entrevistas sobre o processo de colonização, houve casos de agricultores que compraram áreas de terras superiores a uma colônia, assim como alguns adquiriram áreas inferiores a esta medida. Ainda em consonância com estas informações, pode-se argüir que a quantidade de terra adquirida dependia dos recursos financeiros de que dispunham estes atores. Em geral, se estabeleceram em pequenas propriedades. Aquelas que possuíam áreas maiores, mais tarde, foram divididas entre os filhos dos atores no meio rural. O objetivo de seus pais era dar continuidade a sua profissão, fornecendo terra aos filhos, prevalecendo, desta maneira, pequenas propriedades, caracterizadas, geralmente, pela agricultura familiar.

¹⁹ Informação obtida com a filha de um russo-alemão pioneiro da colonização no Município, em trabalho de campo realizado no mês de agosto de 2008.

De modo geral, no processo de colonização, vinha primeiro um único membro da família. Na maioria das vezes, esta pessoa possuía esposa e filhos nas chamadas colônias velhas do Rio Grande do Sul. Fato análogo também ocorreu com os russo-alemães. Porém, seus familiares ficaram alojados em abrigos, sob jurisdição da empresa colonizadora. Esta vinda, normalmente, objetivava o reconhecimento do local e a compra do lote, assim como arrumar as acomodações preliminares para a chegada da família. Mesmo com esta precaução, a fase inicial de colonização não foi fácil. Segundo os entrevistados, eram tempos difíceis, praticamente não existiam estradas, “eram picadas abertas mata adentro, para chegar até aqui, só mesmo a pé ou a cavalo e mais tarde se voltava para buscar a família e o resto de mudança de carroça”²⁰.

O primeiro ato era construir um abrigo para se acomodar junto à família. Aos poucos, se iniciava a abertura de estradas, a derrubada da mata, bem como as primeiras explorações. Neste caso, os colonos basearam-se no extrativismo com predominância da retirada de madeiras nobres, o cedro e o louro, e na caça de animais e na pesca de peixe, abundante na época. O trabalho de retirada da madeira e de abertura de estradas se constituiu em fonte de renda para os colonos, pois as madeiras, geralmente, eram de propriedade da Colonizadora ou possuíam ligações com esta, necessitando de mão-de-obra para o árduo trabalho de escoamento desta matéria-prima até as margens do Rio Uruguai. Deste ponto em diante, a madeira era transportada via fluvial, em balsas²¹. Caso o volume de água estivesse baixo, se esperava a próxima cheia para transportá-la aos mercados consumidores.

Os diálogos das entrevistas revelam que, com o passar do tempo, se iniciou o cultivo de milho, feijão, trigo, árvores frutíferas e o criatório de suínos, aves e mais tarde de bovinos. Produção esta voltada à subsistência, com predominância de cultivos e criatórios de diversos gêneros destinados à alimentação, os quais caracterizavam o sistema de produção. Os excedentes gerados nesta fase do sistema de produção eram trocados entre os moradores locais, pois não havia mercados próximos para comercializar, conforme eles relatam: “era tudo na base da troca”. Não havia dinheiro para comprar, mas já havia excedente de produção.

²⁰ Fragmento de entrevista realizada em trabalho de campo no mês de setembro de 2008.

²¹ Embarcação construída para o transporte fluvial, com a própria madeira amarrada uma a outra por cipós.

Os gêneros de primeira necessidade, por exemplo, o sal e a querosene, eram buscados em Iraí, no Rio Grande do Sul. Quem possuía condições também comprava e/ou trocava sua produção por açúcar e café. Apesar de serem relações estabelecidas na base da troca, estas se caracterizavam por relações comerciais, baseadas em laços exógenos, o que se pode denominar de uma primeira fase do estabelecimento de redes de caráter vertical. Naquele período, por volta da década de 1930, de acordo com as lembranças de filhos de pioneiros, os próprios instrumentos de trabalho eram escassos. Constituíam-se basicamente de foices, machados, serrotes, enxadas, além de outros improvisados, com os materiais disponíveis principalmente em madeira, matéria-prima abundante a época.

Mais tarde, a esse sistema de produção se introduziu o arado puxado a bois e a trilhadeira para debulhar a produção de milho, trigo, arroz e feijão. Antes da introdução destes, a produção era plantada (semeada) e colhida manualmente. O arroteamento das lavouras era feito basicamente pela roçada e posterior queimada. A abundância dos recursos permitia que o homem usufrísse da terra sem preocupações com seu futuro.

É a partir da utilização do arado que tal situação apresenta mudanças, permitindo o aumento na área plantada e, conseqüentemente, da produção. Conforme relatam alguns atores que exercem a profissão na atualidade, a terra, na época da colonização, “era forte, se roçava o mato à foice e serrote, queimava e plantava. Os suínos, as aves e os bovinos se criavam soltos até mais ou menos seis meses, um ano, depois se fazia uma mangueira, geralmente de tábuas, no caso dos suínos para fase de terminação”. Os bovinos, normalmente não passavam de oito cabeças, se constituíam em animais para o trabalho na lavoura, para o leite e derivados na alimentação.

O milho produzido era utilizado na alimentação do criatório e também na alimentação da população, principalmente entre os descendentes de etnia italiana, que o utilizam até os dias atuais. O trigo e o milho, cereais importantes na produção do pão e da polenta, permitiram o surgimento dos primeiros moinhos coloniais. Eram construídos em madeira e pedra, movidos pela força animal ou hidráulica. Todavia eram unidades pontuais no Município. Havia um na Linha Bagé, outro na Linha Roversi. Devido às escassas vias de circulação existente, naquele período, constituídas por estradas precárias, nas quais os meios de transporte se resumiam ao carro de boi, à carroça ou ao cavalo, tudo se tornava distante e de difícil acesso.

Os produtos, como os já referidos, possuíam certo grau de transformação (agro-industrialização), mesmo que fosse de forma artesanal, baseado no “saber-fazer” do colono migrante. No entanto, como não havia mercados para comercializar a produção, os agricultores realizavam a troca, até mesmo entre as localidades, para suprir necessidades, conforme relatado: “o pai trocava com os russos lá da Linha Bagé”²².

Nesse período, já havia relações de vizinhança, embora não houvesse dinheiro, não se visasse o lucro, nem retorno financeiro imediato. Todavia já existiam redes, formadas por estas relações de troca entre os atores da espacialidade local, estabelecidas na horizontalidade, por meio de laços de vizinhança, caracterizadas por fatores endógenos, por uma questão de necessidade e reprodução no sistema.

Apesar da comercialização da produção local excedente ser incipiente e marcada por relações de troca, se estabeleciam conexões com comerciantes de mercados até mesmo do Rio Grande do Sul. Estas ligações, permeadas pela compra e venda de produtos, tiveram incidência nos municípios de Iraí, Frederico Westphalen, Palmeira das Missões, Santa Bárbara e Encantado. No estado de Santa Catarina com Itapiranga e, mais tarde, com o município vizinho de Palmitos. Ainda que caracterizadas como relações comerciais, as transações dificilmente envolviam dinheiro. Era a troca da produção do ator rural pelos produtos do comerciante, os quais eram constituídos por gêneros de primeira necessidade. Neste sistema, há um misto de relações estabelecidas em redes horizontais de caráter endógeno e de relações em redes verticais de caráter exógeno. O surgimento destas últimas ocorre em virtude da falta de determinados produtos e serviços na espacialidade local.

Os produtos comercializados nesse período são, em grande medida, aqueles destinados à alimentação, tais como: banha do suíno, ovos de aves caipiras, a manteiga e o queijo, como derivados do leite, o mel de abelha e o feijão, resultado do excedente da produção. Segundo informações dos entrevistados, o “carro-chefe” deste sistema de produção era o feijão e o milho. O milho, cereal muito utilizado no consumo intermediário da propriedade, principalmente na alimentação dos suínos e bovinos. O feijão se destinava basicamente à alimentação populacional. O seu excedente, assim como o de outras atividades produtivas, quando não encontrava

²² Informação obtida em entrevista no trabalho de campo, no mês de agosto de 2008.

mercado, tinha que ser jogado fora para ceder lugar à nova safra, que precisava ser armazenada.

No entanto, essa produção, que na primeira década de ocupação encontrou limitantes para seu escoamento e comercialização, foi responsável pela dinâmica desta área, com a formação do comércio local, pois parte da população que migrou para este espaço não se dedicou com exclusividade a atividades ligadas à agricultura e à pecuária. Principalmente aqueles que chegaram a partir de meados da década de 1930 e que se concentraram na Linha São Domingos, área que constitui atualmente o meio urbano do Município, devido ao povoado que se formou no local, desenvolvendo atividades ligadas ao comércio e à prestação de serviços.

As atividades ligadas ao comércio consistiam-se na compra de produtos agropecuários e na venda de alguns condimentos alimentícios, instrumentos de trabalho e gêneros de primeira necessidade. Nestas relações comerciais em nível local, nem sempre se utilizava dinheiro nas transações, pois o ator responsável pela produção geralmente não recebia dinheiro no ato da venda. Assim como não desembolsava dinheiro para a compra de mercadorias do comerciante. Conforme o diálogo nas entrevistas, a produção, em verdade, ficava “depositada no estabelecimento do comerciante” como uma reserva de valor. O colono retirava a mercadoria conforme necessitasse para o consumo e a produção na propriedade. Se faltasse dinheiro (produto) até a colheita da nova safra, o comerciante lhe adiantava mercadorias. Não havia crédito, custeio, para financiar as atividades agropecuárias.

Nesse sistema de produção, conforme reflexões advindas dos diálogos com os atores responsáveis pelo processo produtivo, apesar das dificuldades relacionadas à circulação, aos transportes e acesso aos serviços, o ator do rural dispunha de autonomia para gerir sua propriedade. É ele que decide o que, onde, como e quanto vai produzir, bem como quando e para quem vai vender. A possibilidade de trabalhar ou não com diversas atividades é uma opção sua. Ou seja, é ele que coordena todo processo da cadeia produtiva, conforme as suas necessidades de reprodução.

Vale ressaltar também que os custos de produção eram mínimos neste período. Praticamente não se utilizavam insumos na produção, a mão-de-obra era essencialmente da própria família, a exceção das épocas de colheita e plantio, em que se intensificavam os trabalhos e se “trocavam dias de serviços com os

vizinhos”²³. Deste modo, tudo que se produzia “era lucro”, ao final daquele ciclo. Além disso, nesse sistema de produção, havia abundância de mão-de-obra familiar, pois geralmente as famílias eram numerosas. Dispunha-se de braços para o trabalho. E, apesar de nas décadas posteriores a ocupação desta área já possuir ensino gratuito para as séries iniciais, havia limitantes para o ingresso dos filhos dos migrantes italianos. Além das dificuldades de locomoção, seus filhos constituíam parte da mão-de-obra essencial à lavoura.

Diferentemente dos italianos, os russo-alemães tinham em sua cultura o princípio de encaminhar seus filhos ao ensino. Na fase inicial de ocupação, quando ainda não havia ensino disponibilizado pelo poder público, de forma gratuita, eles pagavam o professor com seus recursos e, geralmente, este ensino era oferecido em língua alemã. Este sistema de ensino foi interrompido quando eclodiu a II Grande Guerra Mundial, período em que o Poder Público brasileiro proibiu essa prática em seu território. Entre os descendentes da etnia italiana, como também entre os russo-alemães, o ensino disponibilizado, nesta fase de ocupação, aos seus filhos corresponderia atualmente a 4ª série do ensino fundamental.

À medida que se expandia a ocupação pelo território caibiense, havia incremento na oferta de produtos agropecuários e conseqüentemente maior demanda por serviços e comércio no povoado concentrado na Linha São Domingos. Na década de 1950, esse aglomerado populacional já podia ser considerado cidade em decorrência das características dos serviços de que dispunha. O setor de serviços possuía atendimento médico hospitalar, na área de ensino já existiam unidades que ofereciam o ensino primário, com suas próprias instalações, e o comércio se consolidava com a compra dos produtos oriundos da produção agropecuária e a venda de diversos bens de consumo para a população.

Nesse processo de dinamização das atividades, visando a reprodução econômica, se destaca o comerciante, pessoa que atuava nas relações socioeconômicas como atravessador, comprando e revendendo no mercado a produção agropecuária. Ele pode ser identificado como o elo das relações de comercialização externa.

²³ Prática utilizada, que não demanda uso de recurso financeiro, ainda existente na atualidade no município de Caibi entre os atores do meio rural, em atividades/períodos que demandam mão-de-obra braçal em grande quantidade.

As alterações nesse meio podem ser atribuídas às mudanças nas relações socioeconômicas, resultando em diferentes processos, estruturas, funções e formas que a paisagem da espacialidade geográfica de Caibi conheceu. As transformações foram causadas, em boa medida, pela ação antrópica sobre o ambiente, tanto nas relações de arroteamento da terra no meio rural, quanto nas relações econômicas e de serviços com o meio urbano. O dinamismo contido nessas relações socioeconômicas, juntamente com o expressivo contingente populacional, consolidou essa formação sócio-espacial, a qual demandava uma série de serviços, que por sua vez exigiu uma sede administrativa.

É desta premissa que surgiu a idéia da criação do município de Caibi. No início da ocupação sua área pertencia ao município de Chapecó, fazendo parte do distrito de Palmitos, sendo chamada de São Domingos. O município de Palmitos foi desmembrado do município de Chapecó em 1953, tendo sido instalado oficialmente como município em 1954. Caibi passou à categoria de distrito de Palmitos pela Lei Nº 288 de 27 de julho de 1957 e emancipou-se politicamente, desmembrando-se de Palmitos em 29 de março de 1965, pela Lei Nº 1016, sendo instalado oficialmente em 06 de junho de 1965, com extensão territorial atual de 172km² (Jornal Informativo Municipal; IBGE, 2000; 2007).

Etimologicamente a palavra Caibi é de origem indígena e significa “Folhas Verdes”. Nome este sugerido pelo professor Júlio Turcato, primeiro professor a exercer essa profissão de forma oficial em Caibi, em lembrança às grandes folhas existentes nas árvores da floresta na época da colonização. O primeiro registro demográfico do município data de 1970, quando possuía uma população total de 5.414 habitantes, dos quais 482 habitantes residiam no meio urbano e 4.932 no meio rural (IBGE, 1970), prevalecendo a população rural em relação à urbana. Fato este que contrasta com a realidade atual, segundo a contagem populacional de 2007, realizada pelo IBGE este município possui uma população total de 6.217 habitantes. Destes 3.340 residem no meio urbano e 2.877 no meio rural. O percentual da população residente em ambos os meios praticamente se iguala, com 46,3% para rural e, 53,7 para o urbano. A diferenciação de valores populacionais no meio rural pode ser atribuída à inserção do processo de modernização, a redução no tamanho da família e ao grau de escolaridade. Os jovens deixam o campo para estudar e viver na cidade, uma vez qualificados, geralmente não há retorno deste

para as atividades agropecuárias. Na tabela 1, destaca-se a evolução da população em sua distribuição municipal.

Tabela 1 – Evolução e distribuição da população no município de Caibi, censo de 1970-2007*.

Ano	População municipal	Distribuição da população	
		Urbana	Rural
1970	5.414	482	4.932
1980	7.288	1.547	5.741
1991	7.428	2.355	5.073
1996	7.045	3.062	3.983
2000	6.354	3.060	3.294
2007	6.217	3.340	2.877

Fonte: IBGE * Censos econômicos, demográficos e agropecuários.

Org.: BARÉA, N. M. M. S, 2008.

Em consonância com esse cenário há uma significativa redução da população rural, evidenciada, principalmente, no período de 1980 a 2000, em que decresceu em 27%, passando de 5.741 para 3.294. Apesar do quadro geral da população assinalar significativa redução no número de pessoas fixadas no rural, evidenciada a partir da década de 80 e com maior intensidade na década de 90 e em continuidade na aurora do século XXI, tal fenômeno não impediu que a agropecuária continuasse a ser a motriz da economia local, uma vez que a redução populacional rural decorre da inserção de processos de modernização nas redes de produção rural. E geralmente essas mudanças se caracterizam pela redução de mão-de-obra no processo produtivo e significativo aumento quantitativo de produção. Esse processo deflagra êxodo rural, retração urbana e econômica, além de promover transferência da renda municipal.

As mudanças nos processos produtivos dos diversos meios da produção Municipal foram inerentes à natureza e decorrentes do uso intensivo de seus recursos. No rural, as mudanças se refletiram com maior intensidade no aumento de produtividade alcançada, aliado ao fator de uso dos recursos, neste caso, tendo como base o fator terra e a inserção de capital e trabalho. Estes dois últimos foram influenciados, diretamente, pelo modo de produção que coordena as relações

socioeconômicas da espacialidade geográfica, que tem ligações simultaneamente com o global, o regional e o local. Ao mesmo tempo, fragmentado e integrado pelas relações de mercado, com base no processo de modernização da agricultura em curso. Porém, as mudanças ocorreram paulatinamente, de acordo com os ditames do crescimento econômico Nacional, via formação de divisa e poupador de mão-de-obra via do processo de industrialização.

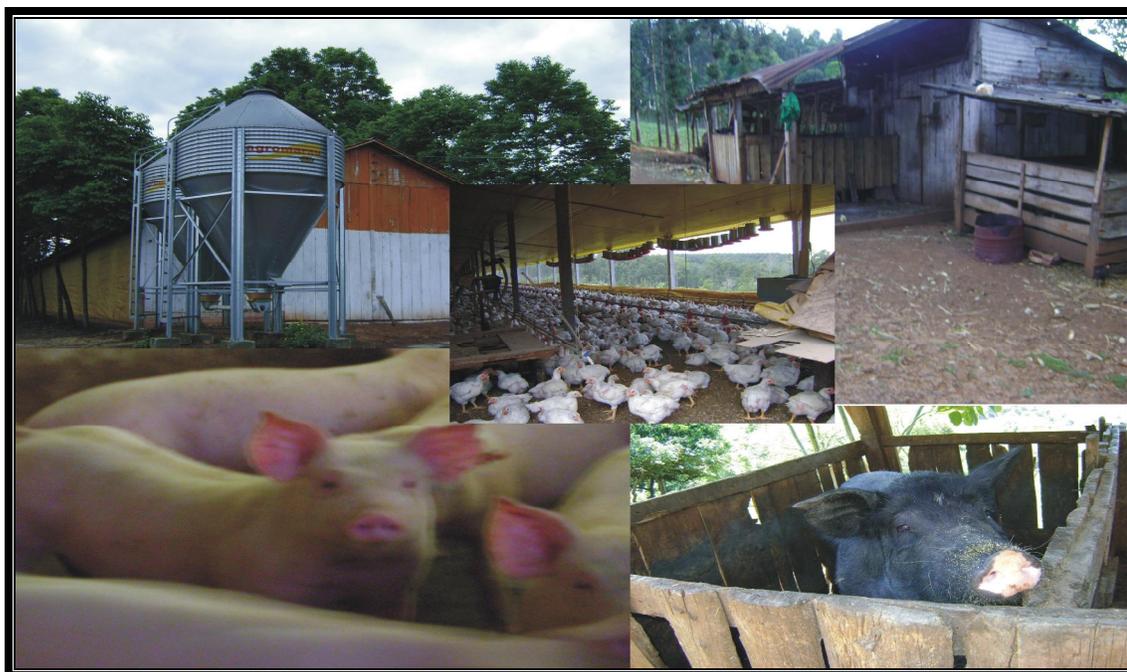
Nesse contexto, o município de Caibi, embora inserido tardiamente nas relações capitalistas de produção em desenvolvimento no País, soube, por meio da ação dos atores das diversas escalas espaciais que atuam em seu meio, assimilá-las, se lançando no cenário da circulação dos mercados em curso. Seu sistema de produção, até então baseado na rede de produção agropecuária, com exploração policultora de produtos e criatórios que apresentavam mercados em expansão para tais produtos, transformou oportunidades em ganhos qualitativos e estimuladores coordenando a produção com vistas ao mercado das plantas industriais, que se instalavam em pólos próximos de sua área produtiva.

As relações socioeconômicas estabelecidas em nível horizontal, pautadas pelo seu caráter endógeno, de certo modo, deram aporte ao surgimento das relações exógenas. São estas relações formadas, pelo que se pode chamar de redes horizontais baseadas em relações de caráter endógeno, as responsáveis pela dinâmica espacial, em virtude das demandas por insumos e serviços característicos de área urbana e da compra e venda da produção agropecuária. Estas relações, em determinados momentos, principalmente quando baseadas por relações de caráter endógeno, impulsionaram o comércio local e a produção agropecuária, inclusive proporcionando a formação de capital por parte de empresários desta espacialidade local, conforme relembram alguns dos entrevistados.

Caibi teve na pessoa do comerciante atravessador e, mais tarde, nas cooperativas, os precursores da disseminação dos insumos e instrumentos de trabalho para as atividades agropecuárias. Chegando aos anos 1970, sentindo os sinais da inserção dos processos de modernização no seu agro. Embora estes fossem incipientes no início da década de 1960. No entanto, foi no decorrer dos anos de 1970 e, com maior intensidade na década de 1980, que sua produção se caracterizou pelo que se pode chamar de padrão de acumulação capitalista, como pode ser constatado em seus sistemas produtivos, figura 10.

Nesse período, concomitantes ao comerciante atravessador, surgiram

ligações entre diferentes atores, produtores associados a cooperativas para comercialização da produção e compra de insumos e gêneros de primeira necessidade. Conforme dados do Censo (IBGE, 1970), em 1970, em Caibi já havia agricultores associados a cooperativas.



Fonte: Pesquisa de campo, BARÉA, N. M. M. S, 2008.

Figura 10: Contraste de produção fordista e não fordistas coexistente.

Não obstante este fato, nos dados históricos da atual Cooperativa A1, fundada em 1933, sediada no município de Palmitos/SC, que abrange o município de Caibi, revelam que esta estabelecia, desde aquela época, relações de compra e venda com os atores do rural. Comprando destes, na fase inicial de sua fundação, fumo, banha e mel, produtos de maior expressão na produção da época.

De uma produção inicial na época da colonização, destinada basicamente à subsistência e à venda de excedente, na década de 1980 esta se encontra, conjuntamente com seus atores, inserida no mercado, produzindo de acordo com os ditames deste, obedecendo aos padrões de qualidade e produtividade. É a era do modelo fordistas de produção, em pleno curso na agricultura brasileira, exigindo especialização e produção em escala, minando a diversidade existente nas

propriedades com pouca extensão de área. Fato este confirmado nas entrevistas com filhos de pioneiros colonizadores de Caibi. A agricultura familiar, praticada geralmente em pequenas propriedades, caracterizada pela diversidade da produção, teve que se inserir no mercado para garantir sua reprodução no sistema, passando, deste modo, a se especializar em determinadas atividades, reduzindo a policultura de produtos e o criatório diversificado de outrora.

Essas alterações no processo produtivo, sejam no meio urbano ou no rural, são reflexos de mudanças que ocorreram em âmbito global e afetaram a produção de cada fração do meio. Embora isso tenha ocorrido na espacialidade local com diferentes graus de intensidade. No meio rural, as transformações no processo produtivo ocorreram em virtude da inserção do uso de diferentes técnicas e insumos na produção. São novas máquinas operadas de forma manual e/ou mecânica acompanhadas do uso de aditivos químicos, como adubos e agrotóxicos, figura 11, bem como de sementes, aves e animais melhorados/modificados geneticamente.



Fonte: Pesquisa de campo, BARÉA, N. M. M. S, 2008.

Figura 11: Contrastes tecnológicos: um exemplo na cultura do fumo.

No meio rural em investigação foi no decorrer da década de 1980 que as mudanças no processo produtivo se manifestaram com maior intensidade, refletindo

em alterações na matriz produtiva dos sistemas de produção. Conforme tabela (2) e também através das informações obtidas nas entrevistas com agricultores filhos de pioneiros dos colonizadores, confirma-se que neste período há uma redução no plantio das lavouras de arroz e trigo e aumento na produção de feijão, milho, soja e fumo. Sendo que o plantio já era realizado com inserção de insumos químicos, agrotóxicos e novos instrumentos e técnicas de trabalho nas lavouras, visando o aumento da produtividade e qualidade da produção, como meta para garantir sua venda no mercado, em condições de competitividade.

Tabela 2 – Produção e área colhida, segundo os censos agropecuários e econômicos – Caibi, 1970, 1975 e 1985.

Lavouras	Produção (t)			Área colhida (ha.)		
	1970	1975	1985	1970	1975	1985
Arroz (casca)	158	250	127	176	242	171
Feijão (grão)	1.433	1.988	2.339	2.516	2.356	--
Fumo (folha)	28	102	130	--	100	77
Milho (grão)	8.716	13.806	16.353	4.679	5.426	6.582
Soja (grão)	410	2.182	1.820	774	2.143	1.820
Trigo (grão)	349	56	176	864	128	272

Fonte: IBGE * Censos econômicos, demográficos e agropecuários.

Org.: Baréa N. M. M. S, 2008

A produção de feijão, soja e milho já tem o uso do trator no arroteamento da terra e máquinas que facilitam a colheita. Por exemplo, na fase inicial de colonização se debulhava o feijão e o milho manualmente ou a mangua²⁴. Na atualidade, se tem o uso da trilhadeira, do batedor, da colheitadeira. No preparo do solo, há a inserção do trator com arado, do pulverizador e do distribuidor de adubo orgânico, instrumentos estes operados por meio do uso da força animal, humana ou mecânica. Ambos também podem ser operados com uso de uma ou mais forças concomitantemente. No entanto, o uso destes insumos e instrumentos não ocorreu de forma homogênea no meio local.

A aquisição desse pacote de novas técnicas para a operacionalização no

²⁴ Instrumento em madeira utilizado para debulhar feijão.

processo produtivo da espacialidade local não dependeu apenas da vontade dos atores em utilizá-los no processo produtivo. Além dos custos, houve outros limitantes, como a ocorrência de elevado índice de áreas dissecadas, impróprias à mecanização; o fator terra, com propriedades extremamente pequenas, inviabilizando a aquisição de certos equipamentos, em decorrência da reduzida extensão de suas áreas; tipo de cultivo e/ou atividade que demanda mão-de-obra manual e/ou humana de forma direta. Dentre estas atividades, pode-se destacar o fumo, que demanda grande quantidade de mão-de-obra braçal e pequenas áreas para o plantio. Atividade esta característica de pequena propriedade na espacialidade local, com o predomínio do uso de mão-de-obra familiar. Esta realidade pôde ser observada nos instrumentos utilizados dos sistemas de produção, em que coexistem formas heterogêneas nas redes de produção, com equipamentos de elevado grau tecnológico e técnicas rudimentares, refletindo em mudanças na matriz produtiva, figura 12.



Fonte: Pesquisa de campo, BARÉA, N. M. M. S, 2008.

Figura 12: Difusão e adoção parcial de tecnologias.

Este fato também se reflete na pecuária, com aumento e predomínio da produção de suínos, bovinos e aves. No ano de 1987, Caibi contava com um efetivo

de 25,413 suínos, um rebanho de bovinos representado por 8,773 cabeças. Nesta década, os suínos ainda eram criados na forma de ciclo completo, ou seja, se criava desde as matrizes até a fase de terminação (engorda). O suíno nascia na propriedade e desta era vendido aos abatedouros. O agricultor coordenava todas as etapas do processo produtivo e dispunha de autonomia para aquisição dos insumos necessários à produção, bem como para comercialização. Vendia para quem lhe oferecesse o melhor preço. No entanto, aos poucos, esse sistema de produção foi sendo minado, devido a mudanças no próprio modo capitalista de produção e, conseqüentemente no padrão de acumulação.

Nesse sentido, as informações obtidas nas entrevistas e em fontes documentais revelam alterações nos atores e no instrumental técnico envolvido nas redes de produção. Neste sistema, prevalecem as relações verticais, estabelecidas em redes verticais via atores exógenos. Tanto no fornecimento do aparato técnico produtivo quanto na compra da matéria-prima. A figura do comerciante à época da colonização cedeu lugar ao capital das agências bancárias e das empresas agroindustriais. São os reflexos das mudanças no modelo de produção fordista para um modo de produção baseado na flexibilidade.

Fato análogo ocorre com a criação de bovinos, que se destinava ao trabalho na lavoura e à produção de leite e derivados, para consumo alimentício. A venda do excedente passou a ser comercializada *in natura* junto às agroindústrias locais e regionais, formando redes verticais e horizontais nas relações comerciais. Em um primeiro momento, essa atividade é realizada como fonte de renda complementar na propriedade, sendo inclusive o trabalho executado pelo gênero feminino. Na atualidade, se constitui como o “carro-chefe” de um significativo número de propriedades, com elevados índices de especialização produtiva e inserção tecnológica, obedecendo a determinados padrões de qualidade e produtividade.

No criatório de bovinos, além das redes de produção de leite, também há a bovinocultura de corte. No entanto, esta não se caracteriza como atividade das unidades com reduzida extensão de área. Além disso, o número de unidades e atores nesta atividade não é expressivo. Geralmente se constituem por figuras do urbano e também do rural que adquiriram terras de atores que não conseguiram se inserir ao processo de modernização e/ou do mesmo modo, se manter no sistema de integração das empresas agroindustriais, devido às exigências de adequação ao conteúdo técnico das atividades juntos aos CAIs. Cabe salientar, também, que os

atores deste tipo de unidades de produção atualmente possuem expressivas áreas com plantio das exóticas pinus e eucalipto, figura 13, visualizando o mercado consumidor desta matéria-prima, que se encontra em expansão.



Fonte: Pesquisa de campo, BARÉA, N. M. M. S, 2008.

Figura 13: Plantio de exóticas: eucaliptos e pinus, uma tendência em áreas de evasão da população rural.

Em verdade, tem-se nesta espacialidade geográfica a mudança de atores e de redes de produção em decorrência da inserção de novos processos produtivos alicerçados, geralmente, por atores de escalas espaciais diferenciadas. Isto se repete com a criação de aves. No ano de 1986, foram iniciados e concluídos oito aviários conveniados ao frigorífico Frigoaves do município de Maravilha e mais seis para serem concluídos na época. Além disso, neste período, já existiam outros aviários conveniados a municípios da Mesorregião. Além destes datados da década de 1980, nos anos seguintes, esta atividade tem continuidade, com aumento do número de agricultores dedicados à criação de aves (frangos e aves).

Criatório este que era realizado semelhante aos de suínos, ou seja, para obtenção da carne e derivados para o consumo alimentar da família do agricultor e

venda do excedente. Neste caso, o frango caipira e ovos. A produção em grande escala, visando unicamente à comercialização do frango e, em alguns casos, de peru foi ampliada na década de 1990. Nesta década, expressivo número de aviários surgiram na Linha Roversi e em outras localidades do Município. Atividade esta exercida em sistema de integração com os CAIs da Região, principalmente com a Aurora, a Sadia e a Cooper Auriverde²⁵. Deste modo, predominavam relações exógenas na produção, estabelecidas via redes verticais, prevalecendo o domínio das relações exógenas com os atores do mercado regional e assim por toda década, aprofundando relações e aumentando a produção.

No último quartel do século XX, o meio rural desta espacialidade geográfica estava marcado por formas de produção e de relações heterogêneas estabelecidas pelos atores envolvidos na produção. Não obstante, essa multiplicidade possui especificidades notabilizadas pelos padrões fordistas e pós fordistas, os quais exigem especialização nas atividades, com elevação dos índices de produtividade e de qualidade, visando atender o mercado, com produtos que conciliem, sincronicamente, a qualidade e o baixo custo de produção, visando maximizar os lucros e minimizar os custos. Entretanto, para produzir de acordo com estes padrões, há a necessidade de constante adequação às inovações tecnológicas e a adição de insumos, que garantam a produtividade.

Neste contexto, houve seletividade social e espacial de atividades e indivíduos, ou seja, aqueles atores que não conseguiram adequar sua produção aos ditames dos atores que detêm o capital, neste caso, os agentes dos CAIs, foram excluídos do processo produtivo das empresas agroindustriais. Atualmente, podem ser encontrados atores que vivem em situação marginalizada em relação à produção no sistema. Inclusive filhos destes atores relataram, nas entrevistas, que a tendência é eles abandonarem o meio por não visualizarem possibilidades de futuro nas atividades produtivas desenvolvidas atualmente. Estes relatos incidiram em maior proporção em propriedades dedicadas à cultura do fumo e também naquelas que possuem um único produto visando à comercialização, além de apresentarem pouca diversidade na policultura de subsistência.

Na espacialidade local, este fato se verifica na redução do plantio de cereais: o trigo, o arroz e o feijão são as culturas que sofreram a maior queda na produção.

²⁵ Fonte das informações: IBGE, 1985; boletim informativo da Prefeitura Municipal de Caibi, 1987; entrevista com agricultores de Caibi, 2008.

Isso devido aos elevados custos produtivos e ao baixo preço pago por estes produtos, tornando-os inviáveis para produção em pequena escala. A soja e o milho ainda são cultivados. Porém, a soja em menor proporção que o milho, pois que o milho é produzido para consumo o interno da propriedade, como fonte de matéria-prima para o criatório. Já a soja tem seu plantio determinado pelo *boom* do mercado de *commodities*, pois que não se constitui como carro-chefe das atividades econômicas destinadas à comercialização nas propriedades, como também não o é o milho.

Atualmente, a matriz produtiva do meio rural dessa espacialidade possui combinação das atividades da agricultura, da pecuária e das agroindústrias familiares. Nas lavouras predomina o plantio de milho, fumo e soja. Na pecuária, tem destaque a bovinocultura de leite, a criação de suínos, aves e gado de corte. Tanto as atividades relacionadas à agricultura quanto à pecuária exigem elevados índices de inserção de inovações tecnológicas e de insumos na produção, principalmente aquelas produzidas de forma integrada. Nestas atividades, há destaque para o grau de especialização exigido nos sistemas de integração e/ou parcerias de suínos, aves, leite e, em menor grau, de fumo.

Analisando os sistemas de produção a partir das relações com os CAIs, destaca-se a suinocultura, que nos anos de 1990, entra no auge do processo de produção integrada. Neste sistema, o agricultor recebia os insumos da empresa e condicionava a venda da produção, perdendo parte de sua autonomia no processo produtivo. Na visão de um dos entrevistados, esse processo revela: “não se é mais dono daquilo que produz, é empregado das empresas, mas não recebe aquilo que deveria, entrega para eles pelo preço que determinam.” Esta perda relativa de autonomia segue nos anos seguintes, quando se fragmentam ainda mais as etapas de produção, inclusive com sua terceirização. Essas mudanças resultam em redução do número de atores que permanecem na atividade.

Atualmente, o sistema de integração na criação de suínos passa por mudanças em seu sistema produtivo. Há significativo aumento da produção, acompanhado de concentração da atividade. Cada vez mais se realiza a produção em maior escala, reduz-se o número de unidades produtivas, seguido do aumento no número de suínos criados. Neste sistema, há contínua segmentação das etapas de produção, com unidades específicas de maternidade e terminação. Geralmente, o agricultor executa somente a etapa de terminação (engorda). As outras estão

concentradas nas empresas agroindustriais e/ou em firmas terceirizadas. Além disso, há inserção de pessoas da área urbana investindo neste tipo de atividade, como renda complementar e visualização de lucro neste mercado. São as chamadas “granjas” que chegam a ter em fase de terminação no meio rural oito mil suínos (8.000), em apenas uma unidade de produção, figura 14. Quem trabalha nestas unidades são pessoas que geralmente, eram agricultores ou filhos destes, pessoas que abandonaram e/ou venderam suas propriedades devido à inviabilidade econômica das atividades que realizavam. E até mesmo por não dispor de acesso à compra de sua própria propriedade.



Fonte: Pesquisa de campo, BARÉA, N. M. M. S, 2008.

Figura 14: Instalações de criatório de suínos com capacidade para 8.000 cabeças.

A criação de aves em escala comercial é outro segmento que se calca no sistema de integração. As empresas fornecem desde a ave recém nascida (pintinho) aos insumos. O agricultor providencia as instalações e os equipamentos, geralmente feitos com recursos financeiros obtidos no sistema bancário, para pagamento em longo prazo. A especialização com inserção constante de inovações tecnológicas, bem como a exigência de aumento da produtividade e da qualidade são

semelhantes ao sistema de integração dos suínos. Há redução do número de agricultores que exercem a atividade, com concentração e aumento da escala de produção, inclusive favorecendo aos criadores que se localizam em áreas que apresentam melhores via de acessos para escoamento da produção.

A bovinocultura destinada à comercialização do leite, figura 15, juntamente com o plantio do milho, são as atividades predominantes das propriedades no meio rural. Grande parte do milho produzido é utilizada na alimentação dos bovinos. Segundo agricultores entrevistados e também pessoas ligadas a órgãos que prestam assistência e orientação técnica à agropecuária, tanto os vinculados ao Poder Público Estadual, quanto ao Municipal afirmam que a atividade leiteira é a motriz das propriedades rurais. É uma fonte de renda mensal “garantida, faça chuva, faça sol, sempre se tem esse dinheiro no final do mês.” Atividade que se intensificou na década de 1990, devido a intensividade provocada pela inserção das inovações tecnológicas, resultando em seletividade e concentração nos demais sistemas produtivos. No início era tido como fonte de renda complementar na propriedade.



Fonte: Pesquisa de campo, BARÉA, N. M. M. S, 2008.
Figura 15: Melhoramento genético de bezerras.

Na atualidade, é fonte de matéria-prima de interesse dos CAIs da região e inclusive de outros Estados Nacionais. De uma atividade inicial característica de unidades de produção com pouca extensão de área, passa, no decorrer da década em curso, a despontar como a matéria-prima da “menina dos olhos” das empresas

agroindustriais, as quais determinam o valor a ser pago ao leite, mediante os graus de produtividade e qualidade alcançada pelo agricultor. Tais graus dependem do uso de técnicas, insumos e genética melhorada. Novamente, é a difusão e a adoção do grau de tecnologia que determina a satisfação, a garantia de mercado para o produto advindo da produção agropecuária, bem como a permanência do agricultor na atividade e, de certa forma, no meio rural.

No sistema de integração da cultura do fumo, também há seletividade. No entanto, nesta atividade, apesar da empresa condicionar a venda da produção por meio do fornecimento dos insumos, da assistência técnica, dos equipamentos, instrumento de trabalho e do recurso financeiro para construção das instalações, esta cultura demanda de grande quantidade de mão-de-obra braçal. O diferencial é que há maior disputa das empresas e também dos comerciantes atravessadores por essa matéria-prima. Apesar de a concorrência ocasionar o desvio de matéria-prima para atores não integrados diretamente às agroindústrias fumageiras, essa prática também não traz benefícios significativos ao agricultor, pois é uma relação momentânea, baseada na diferença de preço pago pela mercadoria, que nesta etapa do ciclo produtivo foge ao controle das empresas.

A própria quebra na relação integrada também é momentânea, pois quando se inicia o plantio da nova safra, geralmente o agricultor vai estabelecer parceria com a mesma empresa ou com uma outra distinta. São raros os casos em que o agricultor tem condições de produzir de forma autônoma, arcando com todos os custos da produção. Uma vez que a lavoura de fumo exige grande quantidade de adubos, insumos químicos, principalmente os chamados agrotóxicos, que além de elevarem os custos financeiros do sistema produtivo, podem acarretar danos ambientais.

Além disso, conforme os relatos de entrevistas dos atores envolvidos nesta rede de produção, essa cultura tem um ciclo longo de produção, e a safra, com a venda propriamente dita, só ocorre uma vez por ano. Neste sentido, quando o agricultor não se dedica a outra atividade além do fumo, enfrenta dificuldade para se manter na propriedade, devido à peculiaridade de ser uma renda anual. Conforme comentários de alguns atores do meio rural, na atualidade se têm mais facilidade para “fazer dinheiro, porém se gasta mais, tem-se que ter uma renda mensal, pois os gastos são mensais”. São necessidades de consumo criadas pelo próprio modo capitalista de produção.

Neste contexto, a bovinocultura de leite é vista como uma atividade positiva no meio rural. Ela garante fonte de renda mensal, muitas vezes sendo responsável pela permanência do homem neste meio. A execução desta atividade pode vir acompanhada das lavouras de fumo, da soja e do milho; do criatório da suinocultura, da avicultura e do gado de corte ou como atividade única visando à comercialização. Neste caso, com elevados índices de produtividade e qualidade, propiciados pela especialização na produção, com a difusão e a adoção das inovações tecnológicas em todo processo produtivo. Envolve desde o nascimento dos animais até a ordenha mecanizada, bem como o armazenamento para posterior escoação, figura 16. No entanto, nesta atividade, conforme diálogos em trabalho de campo, também convivem atores em condições de produção heterogênea nas redes, desde aquele que vende trinta litros recolhidos a cada dois dias até aquele que comercializa um mil e trezentos litros (1.300) diariamente. São as diferentes formas de reprodução estabelecidas nas redes do sistema e na Mesorregião Oeste Catarinense esta se apresenta como a atividade mais importante do ponto de vista social.



Fonte: Pesquisa de campo, BARÉA, N. M. M. S, 2008.

Figura 16: Equipamentos e instalações na bovinocultura de leite.

Nesse período, o modelo produtivista encontrava-se em seu apogeu, no que tange à produção em escala, com sucessivos ganhos em produtividade. Sendo que,

essa superprodução necessitava manter o consumo de massa. Para isso, o mercado agora regido pela economia globalizada lançava mão de sucessivos processos de inovações tecnológicas, garantindo a venda do novo aparato técnico-produtivo, bem como de produtos com *design* inovadores, com ciclo de permanência da produção no mercado cada vez mais curto. São os reflexos da era pós fordista, que vêm à tona como produção em nova roupagem, que consagra uma nova etapa do modo de produção capitalista, que David Harvey denominou de modelo de acumulação flexível. Modelo este em pleno curso e expansão na espacialidade Municipal.

Os atores e os produtos do meio rural da espacialidade local, que não conseguiram se inserir ou manter somente com a produção de matérias-primas direcionadas para os CAIs, buscaram outras alternativas de reprodução no sistema. Entre estas alternativas, têm destaque os produtos advindos da agricultura de subsistência ou da policultura e do criatório diversificado, que eram destinados a alimentação e venda do excedente à época da colonização e que alguns atores do meio rural de Caibi praticamente nunca deixaram de produzir. No entanto, o faziam objetivando o consumo da família, vendendo apenas a “chamada sobra desta produção nas épocas de abundância da matéria-prima”. Por exemplo, frango caipira e ovos, queijo, pão caseiro, bolachas, melado, açúcar mascavo, feijão, pipoca, amendoim, mandioca, mel, embutidos de carne suína (salame colonial), vinho, cachaça, hortaliças, frutas e peixe. Atualmente, estes produtos despontam como alternativa à produção em grande escala das redes de produção do sistema de integração ligados ou não aos CAIs, por meio de redes verticais. Uma vez que foram as transformações neste sistema que induziram o agricultor a buscar outras possibilidades de trabalho e renda que lhes assegurassem a reprodução no sistema.

As iniciativas de agro-industrialização em unidades de produção familiares, visando a comercialização por meio de associação em Caibi, foram fomentadas por esferas institucionais do Poder Público Estadual. Conforme relatam atores associados à PAICA – Produtos Agro-industrializados de Caibi, eles foram mentores da idéia de num primeiro momento, comercializar a produção com agregação de valor no mercado local por meio de uma associação. Esta idéia surgiu como alternativa para enfrentar as dificuldades por que passavam os agricultores em seu sistema de produção.

Os atores do meio rural, que se aliaram a este tipo de redes de produção na

década de 1990, relatam que havia os resquícios provocados pela crise na suinocultura e a incerteza na produção das lavouras devido às adversidades climáticas. Somados há esses agravantes, mais a dificuldade de inserção no processo de modernização e o êxodo rural, principalmente dos jovens, que diante de tal cenário não visualizam possibilidade de futuro no meio rural, sobretudo, na agropecuária. Fator este que acarreta mais problemas na manutenção da propriedade, a falta mão-de-obra, que atualmente atormenta, inclusive as propriedades altamente produtivas inseridas aos CAIs.

É desta premissa que surge a idéia de agregar valor e aumentar a produção que antes era relegada ao auto-consumo da família e a eventuais vendas de excedente. Esses produtos são transformados na propriedade pelo próprio agricultor. Apesar da produção, em sua maioria, se caracterizar pela pequena escala produtiva, sua transformação e/ou agro-industrialização exige certo grau de especialização. Neste sentido, a PAICA, fundada em 1999, objetivou consolidar a perenidade destes produtos no mercado. Para isto, apostou na qualidade dos produtos e serviços da agro-industrialização, intermediando a capacitação dos agricultores junto ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), adequando a produção às normas de Legislação Sanitária, desde a qualidade das embalagens, a higiene, o local das atividades, a gerência, a formulação do preço e a colocação nos mercados locais por meio de parcerias estabelecidas via associação. Enfim, cursos de orientação/capacitação, visando a coordenação de todas as etapas de produção pelo próprio agricultor.

Lembrando ainda que os produtos já faziam parte da produção nas propriedades. O que se fez foi oferecer orientação para uma produção visando a venda, em que o produtor tenha autonomia no processo produtivo, coordenando todas as etapas. Esta produção se destina ao mercado local e regional, ressaltando que o mercado regional não tem maior abrangência devido a entraves da Legislação Estadual, a qual não prevê a venda de produtos de origem animal, produzidos em agroindústrias familiares em áreas fora dos limites municipais da localização da agroindústria. No entanto, os produtos de origem vegetal têm seu mercado consolidado, inclusive em outros Estados, como o melado e o açúcar mascavo, que são vendidos no Rio Grande do Sul, com possibilidade de expansão de mercado.

Os produtos agro-industrializados, comercializados atualmente com a marca PAICA ALIMENTOS são: derivados de leite (queijo, manteiga, ricota), de peixe (filé

de tilapia), de cana-de-açúcar (açúcar mascavo e melado batido), de aves (frango caipira e ovos), de massas (pão caseiro, cuca, bolacha e massas em geral), de mel (mel em pote e sachê) e pipoca, amendoim, feijão, mandioca, figura 17. Enfim toda linha de produtos da agricultura de subsistência. Além destes produtos comercializados sob a marca PAICA registrada, ocorre venda na Feira-livre municipal, que acontece semanalmente na cidade, e também a venda no comércio local ou de porta em porta ao consumidor.



Fonte: Pesquisa de campo, BARÉA, N. M. M. S, 2008.

Figura 17: Produção e agro-industrialização da PAICA.

A comercialização da policultura de produtos oriundos da agropecuária na Feira-livre municipal é realizada de acordo com a legislação para tal finalidade e efetivada pelos próprios atores produtores, que trazem sua produção de hortifrutigranjeiros conforme o ciclo produtivo da época. Diferentemente da PAICA, não possui uma produção que garante o abastecimento do mercado continuamente. Em geral, é tida como uma renda complementar na propriedade, produzindo um

pouco além daquilo que consome, procurando evitar o uso de aditivos químicos, se dirigindo para uma produção orgânica. Este modo de produção e comercialização foi incentivado pelo poder religioso local e por um ideólogo da produção orgânica, como alternativa de mercado para o excedente de produção das unidades de agricultura familiar, com vistas à adesão de hábitos mais saudáveis na alimentação.

Outra forma de rede de produção endógena é estabelecida pelo comércio de produtos *in natura* e/ou transformados de “porta em porta”, seja nas unidades do comércio local ou nas residências, realizado na informalidade, baseado em laços de vizinhanças e de solidariedade. Os atores que praticam esta atividade são moradores do meio rural e também do urbano. Os do rural, geralmente vendem o excedente da produção policultora, mais ou menos a mesma linha de produtos comercializados pela marca PAICA. De modo semelhante, os da área urbana também o fazem. No entanto, seus produtos se reduzem aos derivados de farinha (pães, massas em geral, bolos, salgados, bolachas, entre outros.), figura 18, os quais são vendidos direto ao consumidor ou nos estabelecimentos comerciais.



Fonte: Pesquisa de campo, BARÉA, N. M. M. S, 2008.

Figura 18: Produção agro-industrializada da PAICA e produtos da agricultura policultora.

Além destes sistemas produtivos, esta espacialidade geográfica congrega unidades pontuais de produção significativa de hortaliças, fruticultura e piscicultura, destinadas à comercialização no mercado local, como alternativa de renda em relação as atividades integradas aos CAIs.

São distintos atores de diferentes meios que atuam estabelecendo redes através de suas relações, no afã de se reproduzir no sistema e garantir a sobrevivência, sob concepções capitalistas de produção. Nesta luta pela sobrevivência, por vezes eles próprios se sentem prejudicados pela concorrência instalada, sem se darem de que ela é inerente ao sistema. Nesta espacialidade, atores de diferentes redes estabelecidas na horizontalidade tramam relações de caráter endógeno, organizando internamente a espacialidade de Caibi.

Os atores das redes estabelecidas de acordo com as exigências legislativas não vêem com “bons os olhos” as redes que atuam na informalidade, assim como reclamam dos entraves da Legislação Federal para com os derivados de animais da produção Municipal, para adentrar mercados regionais. Considerando estes fatores como entraves na manutenção da própria regularidade do abastecimento no mercado.

Não obstante essas peculiaridades de procedência, de manejo, de transformação e até formas de comercialização no mercado, não se pode esquecer que se constituem em possibilidades de inserção no mercado para atores, atividades e matérias-primas que não são de interesse dos CAIs. Sendo inclusive excluídos do processo e do sistema produtivo destas agroindústrias. São formas de produção que ora revitalizam o velho, ora criam o novo. De todo modo, são produtos diferenciados daqueles padronizados pela agro-industrialização convencional dos CAIs, que aliam qualidade e características dos produtos coloniais. Em verdade, o que há de novo nestes produtos é a adequação aos quesitos qualidade e quantidade para comercialização, para além do suprimento da família.

No caso da marca de alimentos PAICA, alguns atores a têm como atividade única da propriedade visando a comercialização, bem como em alguns casos é praticada conjuntamente com atividades ligadas às redes verticais estabelecidas com os CAIs. No entanto, segundo os atores que as desenvolvem conjuntamente com a produção de matérias-primas aos CAIs, consideram-nas rentáveis em relação às demais, em decorrência de disporem de autonomia no processo produtivo. Destacam como ponto positivo a agregação de valor, a liberdade de vender de

acordo com os preços estabelecidos por eles mesmos e a boa aceitabilidade do produto no mercado. Essa associação tinha de iniciou doze associados, depois declinou para nove, cresceu para dezesseis e atualmente conta com sete. Porém, com tendência à entrada de novos sócios para breve. Essa variação no número de associados decorre, dentre outros fatores, dos custos de manutenção da empresa e das exigências de qualidade nos produtos, que visam manter a credibilidade da marca no mercado.

No rural, assim como no urbano, as redes estabelecidas entre atores e agroindústrias e/ou diretamente com o consumidor, ou ainda com os mercados local e regional, têm suas unidades de produção distribuídas no meio rural e no meio urbano, estabelecendo relações. Conectadas por meio das relações de produção e comercialização em redes estabelecidas em diferentes escalas espaciais, envolvendo atores e redes, responsáveis pela impressão de formas na constante produção desta espacialidade geográfica.

Atualmente, esse modo de produção caracteriza-se pela predominância do sistema de integração entre agroindústrias de médio e grande porte, geralmente localizadas em outros municípios: as redes verticais e as unidades de produção da agricultura familiar, que se estruturam na espacialidade local, estabelecendo redes de caráter exógeno.

O sistema de integração agroindustrial apresenta significativo aumento da qualidade e da produtividade dos produtos padronizados. Apesar destas redes e seus atores se encontrarem inseridos com sua produção no mercado, não se pode afirmar que tais redes estariam promovendo processo de desenvolvimento rural. Isto pode ser observado no caráter vertical destas relações que se constituem em processos de desenvolvimento agrícola e não propriamente em desenvolvimento rural. Nesta perspectiva de análise, seriam responsáveis apenas pelo desencadeamento de processos do modelo de desenvolvimento exógeno. Estas empresas, em verdade, não possuem ligações e apegos com o lugar. Seus interesses estão restritos à seguridade de matéria-prima, ainda que os atores das redes de produção verifiquem melhorias em sua “qualidade de vida”, principalmente na aquisição das inovações tecnológicas, as quais não se reduzem somente ao aparato técnico produtivo, mas também no acesso ao conforto em eletrodomésticos e condições de cômodos das residências. Estas mudanças podem ser constituir como momentâneas, uma vez que a venda de sua produção está, em sua maior

parte, assim como o retorno financeiro condicionado a atores externos à espacialidade local. Salientando que a perenidade destas relações, em suas redes de produção depende do interesse dos CAIs por determinada matéria-prima.

Além do que, esse modelo pode apresentar inúmeros problemas, como os socioeconômicos relacionados às questões sociais e culturais dos atores e suas famílias. Por exemplo, o abandono das atividades no meio rural; a venda em massa das propriedades, salientando que essa venda ocasiona a concentração fundiária, uma vez que é vendida para atores bem estruturados, do meio urbano e do rural. Não se deve esquecer que existem, atualmente, propriedades no meio rural com mais de cem hectares (100ha). Há, ainda, a falta de perspectivas de futuro, principalmente para os jovens que provoca o êxodo rural. Inclusive resultando na exclusão de parcela significativa dos atores rurais e da produção em suas unidades produtivas. Geralmente os fluxos migratórios do meio rural se dirigem para a área urbana do Município, para os pólos regionais, para a Região Centro-Oeste do País, para as metrópoles Nacionais ou vão trabalhar como agregados/empregados nas propriedades consolidadas em atividades ligadas aos CAIs do próprio Município. Estes últimos, geralmente, são filhos de agricultores que não tiveram acesso à terra/propriedade.

Os problemas ambientais podem ser atribuídos, em grande parte, à maneira de coordenar os sistemas produtivos. Advêm da ação antrópica como resultado do próprio arroteamento do ambiente no atual modo de produção. Modo este que prioriza elevados índices de produtividade, com inserção de insumos químicos que podem prejudicar o meio ambiente, com possibilidade de contaminação do solo e da própria produção. Além disso, os sistemas de produção liberam rejeitos que contribuem para a destruição da biodiversidade, comprometendo inclusive o ambiente e por seu corolário a qualidade de vida do ser humano que nele vive e deste depende para sua sobrevivência.

Essa dinâmica na organização das estruturas da espacialidade local, pela trama das redes de produção e seus atores, é una e, ao mesmo tempo, diversa. Comporta antagonismo e contradições, que se apresentam como parte intrínseca das redes estabelecidas por meio de caráter endógeno na horizontalidade e das redes mantidas pela predominância do caráter exógeno nas relações verticais, como processos inerentes de reprodução no sistema capitalista de produção.

CONCLUSÃO

Os estudos realizados em diferentes áreas do Conhecimento derivam da motivação pela ânsia do saber, do entender, da busca das explicações e das possibilidades de encontrar soluções para relações estabelecidas, por vezes desarmônicas, entre a sociedade e a natureza. Por isso, a investigação acerca das relações de produção e de sua dinâmica na organização das espacialidades geográficas assume como premissa, neste estudo, que as redes estabelecidas por meio das ações de atores nas distintas escalas espaciais não são novas.

Por sua vez, as reflexões contidas nesta dissertação são frutos de avanço teórico possibilitado pelo uso da análise dialética e pela aplicação da metodologia sistêmica. Foram estes aportes teórico-metodológicos conjugados com as correntes teórico-conceituais que permitiram desvendar a gênese das relações de produção, suas contradições e seus antagonismos e, aplicá-los no estudo de uma realidade concreta. Imbuído deste arcabouço analisou-se o todo sem recortes temporais e concepções lineares, permitindo-se chegar ao almejado conhecimento completo do objeto, redes de produção e entender suas ações na dinâmica da organização das espacialidades.

Para isso, se conjugou o referencial teórico-conceitual-metodológico com o referencial empírico revelando que de novo, são as constantes mudanças estruturais nos objetos componentes das categorias de análise e de seus sistemas. Estas mudanças se acentuam conforme a aceleração do tempo, acrescida do aparato técnico-científico nos processos e nas funções da primeira natureza, resultando em sua metamorfose e revelando uma nova paisagem que contém a materialização dos objetivos, das idéias, das propostas e das motivações que provocam mudanças nas estruturas. O significado da paisagem está inscrito na revelação das idéias que a constroem no tempo e que pode ser constituído por um período longo ou curto.

Esses signos inscritos na paisagem são marcas impressas nas formas das espacialidades e se tornam visíveis nos elementos que compõem o modo de produção. Eles, também influenciam os diferentes atores em distintas escalas espaciais, no afã de reproduzir o sistema como ele se propõe no referencial empírico. O sistema de redes de produção no município de Caibi em seus subsistemas: histórico, político, ambiental, tecnológico, econômico, cultural e social

identificam a formação e as transformações ocasionadas por relações exógenas e endógenas nesta espacialidade, constantemente.

As relações capitalistas de produção, apesar do seu baixo grau de inserção, desde o início de seu estabelecimento se apresentam complexas e diversificadas. Isto decorre da ação dos atores que ocupam esta espacialidade e das conexões que se estabelecem por meio de relações exógenas em um sistema de alcance global, exercendo domínio sobre o modo de vida das espacialidades, independente do valor de sua produção no mercado e da condição que ocupa no contexto econômico.

Esse cenário é percebível em suas dinâmicas, na qual o modo de produção, apesar de padronizar o sistema produtivo, apresenta formas heterogêneas de reprodução dos atores, mesmo que se observe um só local. As mudanças, nessas formas são contínuas, porém chegam ao espaço em tempo, em época e com grau de intensidade diferenciado. Disto resultam feições multiformes nos atores e em suas redes de produção. Cada um, com seu trabalho e as ferramentas de que dispõem para arrotear o seu local, objetivando garantir a produção e a reprodução no sistema. No entanto, não se pode perder de vista que as ações dos atores locais também são reflexos de ações de atores globais, sob a prerrogativa de ampliar o seu modo de produção sobre a espacialidade, em um discurso que denomina de “desenvolvimento”.

Os atores no sistema são também os responsáveis pela des/construção e reconstrução das espacialidades, das mudanças nas suas relações, da aceleração do tempo e da técnica transformadora das paisagens. Nestas, os antigos atores presentes na figura do colono agricultor e do comerciante, agora se revelam no agricultor familiar integrado ao mercado, naquele ator excluído do meio rural juntamente com sua produção e no empresariado local. Isto demonstra as contradições e os antagonismos existentes no sistema e em seus subsistemas. Há uma situação de luta constante nas relações das redes de produção que é inerente ao sistema capitalista, que a um só tempo libera e aprisiona os atores, em espaço reticulado.

Estes atores, juntamente com seus sistemas de produção, passam por constantes mudanças que se reflete em novas formas de como orquestrar a produção e, conseqüentemente, em suas relações socioeconômicas e ambientais do seu meio de sobrevivência. Em um primeiro momento, a produção da agricultura policultora com criatório diversificado, visando à subsistência e venda do excedente

se reproduzia utilizando ao máximo os recursos naturais, inclusive com exploração de atividades extrativistas. Esta produção advinda do arroteamento da terra e de seus recursos, não havendo necessidade da inserção de aditivos químicos e, assim seus índices de produtividade era satisfatória para o modo de vida da época.

Tais condições deflagram no esgotamento dos recursos nos espaços que já se encontravam inseridos em relações capitalistas de produção e acumulação, conforme os ditames do mercado globalizado. Este mercado se apresenta como comprador de matéria-prima e promotor da agro-industrialização de uma produção especializada, por volta da década de 1970. Estas possuíam especialização em determinadas atividades concentradas em torno dos CAIs. As mudanças no sistema de produção foram implantadas apoiadas em um discurso de prover a espacialidade de maior dinamismo econômico e, também, porque se apresentavam como alternativa de reprodução frente ao comprometimento dos solos exauridos.

Nas redes de produção inicialmente prevaleciam as relações de caráter horizontal entre o comerciante e os atores do meio rural. Neste período houve dinamização da produção e do meio, inclusive com formação de áreas urbanas e de áreas tidas com rurais. Os atores destes meios tramaram relações que culminaram com a formação de um centro urbano que se organizou em função dos serviços de que o rural demandava e dos produtos de absorção no mercado urbano.

A especialização produtiva das atividades agropecuárias exigiu o estabelecimento de novas relações e de atores devido ao alto grau de inserção do conteúdo técnico nos sistemas produtivos. Nestas relações prevalecem as redes verticais e seus atores de caráter exógeno. As marcas destas novas relações não se refletem apenas na matriz produtiva das matérias-primas para os CAIs da Região. Elas estão impressas no sistema da espacialidade local, alterando a cultura, o meio ambiente, a economia municipal, a tecnologia de produção e os atores envolvidos nas distintas redes de produção. Há uma tentativa do capital em homogeneizar a cultura por meio do seu modelo de produção. Porém, o próprio modelo é contraditório, aliando isso aos seus antagonismos acaba por conduzir a heterogeneidade de processos de reprodução no sistema e de seus atores.

Essa condição dos processos transforma a dinâmica da produção da espacialidade local, que não se apresenta de forma homogênea. Há seletividade social e espacial de atividades e de atores. Os antigos produtos e criatórios da agricultura de subsistência de outrora, que não conseguiram se adequar ao novo

modo de produção integrado ao mercado, via ou não aos CAIs, juntamente com seus atores são excluídos do mercado, ficando a margem do sistema e constituindo a massa de pequenos produtores familiares excludentes.

Esse modo de produção integrado ao mercado exigente de inserção tecnológica, prima por elevados índices de produtividade e qualidade da matéria-prima com especialização em determinadas atividades. Tais atitudes revelam o desejo de alcançar a mais-valia pela redução de custos na produção, elevando os lucros. A eliminação de determinados produtos que não se adequar a produção padronizada e que também são descartados da produção, por interesse do capital, promovem excedente de mão-de-obra resultando em problemas de ordem social que se concretizam no êxodo rural constante.

A seletividade de atores é uma marca impregnada pelo próprio modo de produção capitalista e, é inerente aos espaços e seus sistemas socioeconômicos devido à presença da competitividade e do consumo de massa, que dão sustentação ao modo de produção. Mesmo com sua produção adequada a este modelo de produção, os atores continuamente buscam inovações para aumentar sua escala produtiva. Este círculo vicioso, pela busca da qualidade e da especialização, acaba por gerar novos processos de seleção de atores e de produtos. Atualmente, essa seletividade social e espacial de indivíduos e atividades esta em pleno curso na bovinocultura de leite, na suinocultura e no criatório de aves. Atividades estas, intensamente conectadas aos CAIs da Mesorregião.

Porém, os antagonismos, as lutas existentes no sistema de produção da matéria-prima, também estão presentes na transformação agro-industrial e se manifestam pelas constantes disputas pelos atores e suas redes de produção. Não obstante, atingem os distintos atores constituintes das redes, selecionando aqueles que lhes proporcionem maior possibilidade de mais-valia. Na espacialidade local essa peculiaridade de luta no sistema, além de exigir a especialização na produção, se dá pela escala produtiva e pela facilidade de acesso no escoamento da produção.

Nesse modelo de produção, o ator rural perde grande parte de sua autonomia, pois tem que produzir conforme os ditames do mercado, altamente intensivo em aditivos químicos que liberam rejeitos prejudiciais ao meio ambiente. Devendo ainda, arcar com o ônus da adequação a Legislação ambiental.

No entanto, são as contradições do sistema, que no processo de adequação ao modelo de produção integrado ao mercado, e apesar de ter causado ruptura no

antigo sistema de produção, não mina por completo sua produção policultora e seu criatório, devido a sua não homogeneidade. Alguns atores destas antigas redes de produção não deixam de produzir para sua subsistência, até mesmo àqueles inseridos nos CAIs. Atualmente é das antigas atividades relegadas ao consumo familiar e a venda de excedente que desponta as alternativas de produção para garantir a reprodução no sistema, como forma de sobrevivência.

Lançando olhar ao conjunto local, observa-se que a economia se reveste de um misto de atividades agrícolas e não-agrícolas. Estas duas formas apesar de divergirem em suas estruturas, revelam relações constituídas em virtude de suas próprias necessidades de reprodução socioeconômica. Não obstante, essas peculiaridades em seu caráter de relações surgem em decorrência de exigências do sistema capitalista, atuante no local, que se impõe como único nas relações de mercado. Esta influência é que determina o novo, caracterizado por redes distintas.

Essas distintas redes de produção alicerçam os atores e a produção diferenciada. As horizontais, com relações de caráter endógeno, revigoram a produção diversificada da agricultura familiar, excluída do mercado, que agora se reveste de nova roupagem e se apresenta com produção diferenciada e como alternativa de inserção a produtos e atores, que se encontram a margem das atividades ligadas aos CAIs. Como é o caso dos atores da PAICA, com sua forma coletiva de comercialização da produção, agregando valor e dispondo de autonomia na coordenação do processo produtivo. As redes de produção, calcadas em estruturas verticais e com relações de caráter exógeno, são responsáveis pela produção agropecuária de matéria-prima, voltada para mercados externos. Sendo representadas na cultura do fumo, na suinocultura, na avicultura e na bovinocultura leiteira.

De modo análogo a rede de produção da PAICA se estabelecem outras redes na horizontalidade. Estas, ainda que comercializem produtos diversificados da agricultura tradicional, provenientes da cultura do colono migrante e resultante de seu saber-fazer, atuam informalmente no comércio local. Em verdade, este tipo de rede estabelecida por relações endógenas ressurgem nos moldes das redes de produção dos pioneiros da colonização, como era a figura do comerciante e/ou em suas relações de troca. São estas redes, as que dinamizam o local e seus atores, e estes acreditando em sua produção consideram as possibilidades de se manterem no rural, pois até mesmo aqueles atores inseridos nas redes verticais, também se

filiam as redes de produção endógena, como fonte de renda complementar e/ou para reduzir custos, promover à poupança interna a unidade de produção e, assim, visam maior acumulação.

Entre os atores das redes de produção com laços verticais e horizontais encontra-se a figura do Poder Público, exercido nas diversas escalas espaciais. É ele que coordena as ações do modo de produção capitalista, podendo estar atuando nas esferas municipais, estaduais, nacionais e internacionais, concomitantemente, deliberando o tipo de relação estabelecido nas ações dos atores locais. De todo modo, ele libera e ao mesmo tempo aprisiona, eliminando os entraves para a reprodução do capital. Em verdade legisla, ora a favor dos interesses dos atores das redes de produção de matéria-prima, ora contra eles, favorecendo os atores da agro-industrialização familiar, mesmo que esta se utilize do comércio informal. Porém, em nenhum momento o Poder Público manifesta ações contrárias ao capital agroindustrial, por que este, em pequenos e médios municípios detém tanto ou maior Poder do que o próprio Poder Público local.

Esta diversidade que se apresenta complexa, permeada de antagonismos e de contradições, não só revela, mas também reforça a descrença de que ocorra desenvolvimento, em espacialidades dominadas pelo modo de produção capitalista. E nem há possibilidade de vir a ocorrer, enquanto este tipo de relação se definir por um caráter concentrador do capital, espoliador do trabalho, apropriador da produção e da circulação. Os efeitos nefastos deste modo de produção também se manifestam como inibidores da cultura original dos atores sociais, negando seus sistemas de produção por entender serem diferentes do sistema padronizado, *alóctone*.

Atualmente este modelo de produção atinge o ápice da exploração dos recursos naturais depreciando-os, através da intensa e voraz ação como se expande sobre o espaço. Isto se denota através da fragilidade a capacidade dos biomas em se recompor, alterando o equilíbrio e eliminando a biodiversidade. Nestas condições o que se pode alcançar são situações ilusórias de desenvolvimento. Em verdade, o que se observa é a presença de crescimento econômico concentrado e, até mesmo, este pode ser momentâneo e pontual. Tudo depende do interesse do capital.

Quando o homem é espoliado em sua cultura, em seu trabalho, na sua autonomia, no seu saber-fazer (sua tecnologia) e de seu próprio meio ambiente, não há como conjugar a tríade: social, ambiental e econômica. Esta é a chave para o

desenvolvimento ao proporcionar o equilíbrio entre a sociedade e a natureza, provedores do bem-estar humano.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo – Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

ALVEZ-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2ª Ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Tradução: Ricardo Brinco. Porto Alegre: FEE, 2002.

BAVARESCO, Paulo R. **Ciclos econômicos regionais: modernização e empobrecimento no Extremo Oeste Catarinense**. Chapecó: Argos, 2005.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI**. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.

BERNARDY, R. J. ; MONTEIRO, R. R. ; ZUANAZZI, J. . Fragmentação Territorial: análise do processo de desvitalização no Oeste Catarinense. In: **III Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, 2006, Santa Cruz do Sul - RS. Anais do III Seminário sobre Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul - RS, 2006. v. 3.

BERTALANFFY, L. V. **Teoria Geral dos Sistemas**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

BOLETIM INFORMATIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI. **Prefeitura municipal de Caibi**, 1987. V. único.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 8.ed. Tradução: Ronei de Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CASSETI, V. A natureza e o espaço geográfico. In: MENDOÇA, F; KOZEL, S. (Org). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba/PR: Editora da UFPR, 2002.

CENSOS AGROPECUÁRIOS E ECONÔMICOS DE SANTA CATARINA, 1970, 1975, 1985.

CORRÊA, L.R. Dimensões de análise das redes geográficas. In: SILVA, J. B. da. (org.). **A cidade e o urbano: temas para debates**. Fortaleza: EUFC, 1997.

DIAS, L. C. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, L. C. & SILVEIRA, R. L. L. da. (Orgs) **Redes, sociedades e território**. 1ª Ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

DUARTE, R. **Pesquisa qualitativa**: reflexões sobre o trabalho de campo. *Cad. Pesqui.*, Mar. 2002, no.115, p.139-154.

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S. A., 2007. disponível em: www.epagri.rct_sc.br/. Acesso em: Jan./Dez., 2007.

ESPÍNDOLA, C. J. **As agroindústrias no Brasil**: o caso Sadia. Chapecó/SC: Grifos, 1999.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**. São Paulo, Fundação Getulio Vargas, v. 35, n.2 Mar./Abr. 1995^a, p. 57-63.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisa**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: WOLFGANG, S. (org.) **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Tradução: Vera Lúcia M. Josclyne, Suzana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000, p.59-83.

HAGETTE, T. M. F. M. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 9ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 8ª Ed. São Paulo, 1999.

HASS, M. **O linchamento que muitos querem esquecer**. Chapecó: Argos, 2003

IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas cadastrais**. Brasília, 2007. disponível em: www.ibge.gov.br/. Acesso em: Jan./Dez., 2007.

KLEIN, J. L. Iniciativa local y desarrollo: respuesta social a la globalización neoliberal. In: Revista **eure**, vol. XXXI, N° 94, p. 25-39, Santiago de Chile, diciembre de 2005.

LAMARCHE, H. (Org.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução: Ângela Maria Naoko Tjiwa. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

LEFEBVRE, H. **O marxismo**. 5ª ed. São Paulo: DIFEL, 1979.

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização em rede**. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

MELLO, J. M. C. de. **O capitalismo tardio**. 6ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

MONTIBELLER FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. Florianópolis: Ed. Do UFSC, 2004.

MIORIN, V. M. F. **Modo de produção e organização do espaço agrário: uma abordagem teórico-metodológica**. Rio Claro: UNESP, 1988. Tese. (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 1988.

MORIN, E. **O método I. A natureza da natureza**. Tradução: Maria Gabriela de Bragança, Portugal: Europa-América, 1977.

MULLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC: EDUC, 1989.

PÁDUA, E. M. M. de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico prática. Campinas/SP: Papyrus, 1996.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 8 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

POLI, J. Caboclo: pioneirismo e marginalização. **Cadernos do CEOM**, Chapecó: Fundeste, ano 5, n. 7, p. 47-88, 1991.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália Moderna. Tradução: Luiz Alberto Monjardim 4ª Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2005.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RENK, A. **Migrações**: de ontem e de hoje. Chapecó: Grifos, 1999.

_____. **A luta da erva**: um ofício étnico no oeste catarinense. Chapecó: Grifos, 1997.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª Ed. São Paulo/SP: Atlas, 1999.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Studio Nobel: Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.

SACHS, I. **Em busca de novas estratégias de desenvolvimento**. Estudos avançados 9 (25), 1995. São Paulo: EDUSP. p. 29-58.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 4ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

_____.(a) **Natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____.(b) **Espaço e método**. 4ª ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, B. C. N. Método quantitativo aplicados em geografia: uma introdução. **Revista de geografia**. São Paulo, UNESP, v. 3, n. 6, Out/, 1978, p. 33-37.

SILVA J. G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. São Paulo: Campinas: IE, 1996.

SOUZA, M. L. de. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. In: **Território**. n.1, v.1, Jul/Dez. 1996. p. 5-22.

_____. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In: **Território**. n. 3, Jul/Dez. 1997. p. 13-35.

SCHUMACHER, E. F. **O negócio é ser pequeno**: um estudo de economia que leva em conta as pessoas. Tradução de Octávio Alves Coelho. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WERLANG, A. **A colonização do Oeste Catarinense**. 1ª Ed. Chapecó/SC: Argos, 2002.

_____. A colonização do Oeste: cotidiano e experiências de migrantes e imigrantes teuto-brasileiros, ítalo-brasileiros e teuto-russos. In: **cadernos do CEOM**, Chapecó: Grifos, ano 13, n. 13, Ago, 1999. p. 12-53.

YUNUS, M. **O banqueiro dos pobres**. Tradução: Maria Cristina Guimarães Cupertino. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

APÊNDICES

INSTRUMENTOS DE INVESTIGAÇÃO

APÊNDICE A

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS

ROTEIRO PARA ENTREVISTA – ATORES E SUA VIVÊNCIA NO MEIO

1. Em que período/ano houve as primeiras ocupações no município de Caibi/SC?
2. Qual o motivo da vinda desses produtores rurais para Caibi?
3. Qual origem dos primeiros produtores? De quais cidades/estados eram provenientes?
4. Onde se localizaram as primeiras ocupações agrícolas neste município?
5. Em geral, qual o tamanho médio (hectares) das propriedades dos primeiros produtores a se estabelecer no município? E quem eram esses produtores? Colonos? Qual etnia?
6. Como ocorreu o processo de acesso a terra para produção/colonização do município, quem incentivou a vinda para esse local, quem intermediou? Compra....
7. No início da ocupação quais eram os principais cultivos/criatórios produzidos nas propriedades?
8. Em caso da existência de criatórios/cultivos, esses eram tratados de forma extensiva ou intensiva?
9. Qual era a finalidade desses cultivos/criatórios?
10. Quais cultivos/criatórios desta produção eram comercializados? E quem os comprava?
11. Quais cultivos/criatórios possuíam maior comercialização?

12. Qual era a principal forma de comercialização? Venda? Troca? Depósito?
13. Qual o destino/mercado desta comercialização? Local? Municípios? Estados? Países?
14. Outras funções econômicas das propriedades além dos cultivos/criatórios?
15. Realizavam algum tipo de transformação desta produção para agregação de valor?
16. Possuíam algum tipo de integração e/ou parceria na produção?
17. Que técnicas eram empregadas no preparo do solo? Pousio? Queimada? Adubação/química?
18. Quais eram os principais instrumentos utilizados para o preparo do solo e/ou colheita?
19. Qual era a principal mão-de-obra utilizada nas propriedades? Familiar? Contratada/terceirizada?
20. Em geral qual era o grau de instrução da mão-de-obra familiar? Até que séries estudavam pais/filhos?
21. Houve mudanças dos produtos cultivados/criatórios? Quais?
22. Atualmente quais são os produtos cultivos/criatórios que se destacam? E quem são os produtores que os produzem? Filhos de agricultores? Arrendatários? Agregados?
23. Atualmente quais são as técnicas mais utilizadas para o preparo do solo? Plantio direto/veneno? Adubação orgânica/química? Rotação de culturas? Queimada?

24. Quais os principais instrumentos hoje utilizados no preparo do solo /ou colheita?
25. Atualmente os cultivos/criatórios são tratados de forma extensiva ou intensiva?
26. Atualmente qual o tipo de mão-de-obra mais utilizada nas propriedades? Familiar? Contratada?
27. Hoje qual é a principal forma de produção e comercialização da produção agrícola?
28. Hoje quais os principais limitantes da produção agrícola? Preço? Concorrência? Crédito?
29. Qual seria o elemento determinante na diferenciação dos agricultores?
30. Quais fontes de informações o produtor do meio rural teria regularmente?
31. Quais são as instituições de serviço/apoio agropecuário? Federal, Estadual Municipal.
32. Quais são as organizações/representantes de agricultores existentes no município?
33. Existem moradores do meio rural que não desempenham nenhuma atividade agropecuária, utilizando o meio apenas como moradia? Quais são?
34. Existem moradores do meio rural que não desenvolvem nenhuma atividade agropecuária própria, trabalhando como assalariados de outras propriedades rurais? Quem são?
35. Existem moradores do meio rural da região que não desenvolvem atividades agropecuárias, que sobrevivem da aposentadoria? Quem são?

36. Existem unidades de produção que objetivam o lazer (pesque-pague/turismo rural)? Quais são?

37. Existe significativa diferenciação na extensão das unidades de produção agropecuárias?

38. Quais as classes conforme o tamanho das propriedades e a porcentagem de produtores?

- Até 20 ha___;
- De 20 a 50 ha _____;
- De 50 a 100 ha _____;
- De 100 a 200 ha _____;
- Mais de 200 ha _____.

APÊNDICE B

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS

ROTEIRO PARA ENTREVISTA – IDEALIZADORES DA PAICA

1. Em que ano foi fundada a PAICA e quais os motivos que influenciaram a fundação? O que o levou a ingressar na atividade de comercialização de produtos *in natura* e/ou agro-industrializados na propriedade?
2. Inicialmente havia quantos produtores associados? E hoje têm quantos?
3. Quais são os produtos produzidos pela PAICA e de que cultivo/criatório são derivados?
4. E de que forma são produzidos? Houve mudança? Artesanal? Agro-industrializado?
5. Qual o destino/mercado da produção da PAICA? Sempre produziram somente os produtos hoje vendidos pela PAICA? Existe algum produto comercializado pela PAICA que não era produzido antes.
6. Os produtores associados produzem somente para a PAICA? Ou suas propriedades têm outras finalidades?
7. Quais são os produtos produzidos disponíveis para a comercialização atualmente?
8. A mão-de-obra que trabalha na atividade é somente familiar ou contrata mão-de-obra?
9. Além dos produtos agro-industrializados comercializa algum produto *in natura*? Destes quais têm melhor oportunidade de mercado?.

10. Houve planejamento e/ou assessoria profissional para ingressar nessa atividade?
11. Para comercializar o produtor recebe algum tipo de orientação?
12. Como é divulgado o empreendimento aos potenciais consumidores/mercado de comercialização?
13. Quais os fatores avaliados para a formulação do preço dos produtos?
14. Qual foi a maior dificuldade para ingressar nessa atividade?
15. Qual (is) o(s) principal (is) problema(s) enfrentados ao comercializar os produtos in natura e/ou agro-industrializados?
16. Qual a importância econômica do valor que essa atividade representa à propriedade? (Carro-Chefe)
17. Outras propriedades produzindo o mesmo produto ajudam ou você considera um fator negativo?
18. Geralmente, de onde provem os consumidores dos produtos comercializados?
19. Quais os aspectos positivos e negativos em relação a esta atividade?
20. Quais os fatores que favorecem a venda do produto agro-industrializado e/ou *in natura*?

APÊNDICE C

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS

ROTEIRO PARA ENTREVISTA – ATORES DA PRODUÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA PARA OS CAIs

1. Sempre residiu no município? Em caso negativo, de que cidade/ou Estado é proveniente?
2. Normalmente, quantas pessoas compõem a força de trabalho da propriedade? Houve mudanças ao longo do tempo no número de pessoas? Por quê?
3. Em geral qual é o grau de instrução (estudo) da mão-de-obra familiar? Sempre foi assim?
4. Quanto ao valor da renda mensal da propriedade, qual a sua importância mensalmente?
5. Ao longo dos anos percebe alteração na renda mensal?
6. Qual a área da propriedade em hectares (ha)? Sempre foi este ou houve mudanças?
7. Como ocorreu o processo de acesso a terra? Herança? Compra? Arrendamento, Financiamento....
8. Quais as atividades que caracterizam/predominam na propriedade? Agricultura, Pecuária? Outra?
9. Na composição da Renda Bruta da propriedade, qual(is) destas atividades tem maior participação?

10. Em relação as instalações da propriedade: a casa, os cômodos, o banheiro, a água canalizada, e os utensílios utilizados, quais as mudanças que considera que representaram facilidades nas tarefas cotidianas.....energia elétrica, os eletrodomésticos, equipamentos agrícolas, telefone, fogão a gás.....
11. Que outros tipos de benfeitorias, além da casa, possuem na propriedade? Qual a finalidade dessas benfeitorias?
12. Quais as explorações econômicas (cultivos/criatórios) da propriedade que você considera mais importantes?
13. Em caso da existência de cultivos/criatórios esses são realizados de forma extensiva ou intensiva?
14. Qual é a finalidade desses produtos/criatórios? Consumo? Comercialização?
15. Quais cultivos/criatórios desta produção são produzidos exclusivamente para comercialização e quais se destinam em parte para o consumo e a comercialização?
16. Qual o destino/mercado desta comercialização? Local? Regional? Municípios? Estados? Países?
17. Quais são as empresas em que se comercializa a produção agropecuária e em que município se localiza?
18. Quais são os principais equipamentos utilizados para o cultivo/criatório?
19. Qual é a principal mão-de-obra utilizada na propriedade? Familiar, contratada/terceirizada?
20. Possui algum tipo de integração e/ou parceria na produção? Em quais atividades?

21. Existe alguma atividade não agropecuária na propriedade que tenha importância econômica?
22. Realizam algum tipo de transformação desta produção para agregação de valor aos produtos?
23. Em caso afirmativo, quais são esses produtos e a que mercados se destinam? Local, Regional, Outros...
24. Qual a forma de comercialização? Associações/parcerias, direto ao consumidor?
25. Quais são as instituições de serviço/apoio agropecuário? Federal, estadual, municipal?
26. Quais são as organizações/representantes de agricultores existentes no município?
27. Atualmente quais os limitantes existentes na produção agropecuária? Preço, concorrência, acesso a crédito...
28. Com qual produto ele se diferencia dos demais produtores e se mantém no mercado (produto carro-chefe CAI)?
29. Quais os produtos que mantém a propriedade ao longo de sua história? (salientar os momentos de início e fim das atividades, e os motivos de sua introdução ou abandono).
30. Quais são os planos futuros do produtor em relação as suas produções (atividades produtivas)?
31. Se o produtor tivesse condições, que tipo de investimento faria em sua propriedade?
32. Alguém da família já migrou para a cidade e/ou para trabalhar em outra

atividade?

33. Vê possibilidade de seus filhos continuarem na atividade agropecuária?

34. Quais são os meios de acesso a informações relacionadas ao meio rural?

APÊNDICE D

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS – ATORES DA PRODUÇÃO AGRO-INDUSTRIALIZADA (PAICA)

1. Quais são os produtos produzidos na propriedade? E de que forma são produzidos?
2. Qual o destino/mercado da produção da propriedade? Sempre foi essa a finalidade da produção, ou houve mudança ao longo do tempo? Se houve quais e por quê?
3. Quais produtos são transformados para agregação de valor na propriedade e de que cultivo/criatório são derivados? Estes produtos se destinam somente a agregação de valor?
4. A propriedade se destina somente a produção e elaboração de produtos agro-industrializados o ano todo?
5. Quais são os produtos produzidos disponíveis para a comercialização atualmente?
6. A mão-de-obra que trabalha na atividade é somente familiar ou contrata mão-de-obra?
7. Além dos produtos transformados comercializa algum produto *in natura*? Destes quais têm melhor oportunidade de mercado?
8. O que o levou a ingressar na atividade de comercialização de produtos *in natura* e/ou agro-industrializado na propriedade?
9. Houve planejamento e/ou assessoria profissional para ingressar nessa atividade?

10. Para comercializar o produtor recebe algum tipo de orientação?
11. Como é divulgado o empreendimento aos potenciais consumidores/mercado de comercialização?
12. Quais os fatores avaliados para a formulação do preço dos produtos?
13. Qual foi a maior dificuldade para ingressar nessa atividade?
4. Qual (is) o(s) principal (is) problema(s) enfrentados ao comercializar os produtos *in natura* e/ou agro-industrializado?
15. Qual a importância econômica do valor que essa atividade representa à propriedade? (Carro Chefe)
16. Outras propriedades produzindo o mesmo produto ajudam ou você considera um fator negativo?
17. Geralmente, de onde provem os consumidores dos produtos comercializados?
18. Quais os aspectos positivos e negativos em relação a esta atividade?
19. Quais os fatores que favorecem a venda do produto agro-industrializado e/ou *in natura*?
20. Cite alguns benefícios possibilitados com a implantação da comercialização dos produtos agro-industrializados e/ou *in natura*....